



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III – GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA**

**LUTAS E CONQUISTAS DO ASSENTAMENTO VAZANTE: A  
CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA**

**GUARABIRA  
2017**

**JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA**

**LUTAS E CONQUISTAS DO ASSENTAMENTO VAZANTE: A  
CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - Monografia), apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia, Território e Territorialidade

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva.

**GUARABIRA  
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica.  
Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na

S586I

Silva, José de Arimateia de Oliveira

Lutas e Conquistas do Assentamento Vazante [manuscrito] : a construção de um território de esperança / José de Arimateia de Oliveira Silva. – Guarabira: UEPB, 2017.

95 p. : il. collor.

Digitado.

Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Geografia) –

JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA

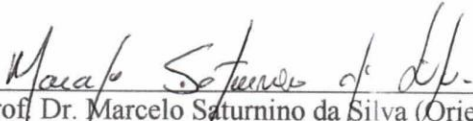
**LUTAS E CONQUISTAS DO ASSENTAMENTO VAZANTE: A  
CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA**


"Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - Monografia),  
apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura  
Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba,  
como exigência para obtenção do título de Graduado em  
Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo  
Saturnino da Silva".

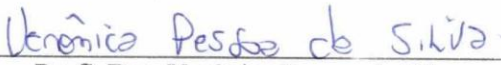
**Linha de Pesquisa:** GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Aprovada em: 04/08/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Orientador)  
Doutor em Ciências Sociais/UFCG  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto  
Doutor em Sociologia/UFCG  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.ª Dra. Verônica Pessoa da Silva  
Doutora em Educação/UFPB  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## RESUMO

Este trabalho buscar analisar as condições de vida e de trabalho das famílias camponesas do Assentamento Vazante/Tacima – PB, visando compreender, por um lado, a importância e as potencialidades do acesso à terra para os camponeses e, por outro, a atuação/implementação da reforma agrária de 1964 até 1990 no território brasileiro. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório para a qual foram utilizados dados de fontes indiretas: (Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) e direta, estes últimos colhidos mediante entrevista semiestruturada junto aos assentados e assentadas do assentamento, lócus do presente estudo. A pesquisa de campo foi precedida de pesquisa bibliográfica (livros e artigos) com destaque para os seguintes autores: Moreira (2007), Caume (2006), Oliveira (2007), Rodrigues (2010), Sparovek (2003), Thomas Jr. (1990) e outros. Os dados sinalizam para a importância do acesso à terra enquanto condição para a reprodução do modo de vida camponês ao tempo em que questionam a fragilidade da Reforma Agrária, considerando que, embora importante, o acesso à terra sem as condições necessárias, não é suficiente para a reprodução da família em condições de existência dignas. No entanto, é possível vislumbrar que a terra conquistada, representa o sonho camponês de um local para “morar e trabalhar”, constituindo-se assim, enquanto territórios de esperança. Nesse sentido, a desapropriação da propriedade capitalista é mais do que uma conquista de um pedaço de terra, é a conquista do território do amanhã, território de desejo, o qual abre possibilidades para os camponeses-assentados construir outros sentidos e formas para o uso a terra, com foi observado no assentamento Vazante.

**Palavras-Chave:** Reforma Agrária. Assentamento Rural. Território e Territorialidade. Esperança.

## ABSTRACT

In this study we sought to analyze the living and working conditions of peasant families of the Settlement Vazante / Tacima – PB, aiming to understand, on the one hand, the importance and potentialities of land access for peasants and, on the other hand the action / implementation of the agrarian reform from 1964 until 1990 in the Brazilian territory. It is about a exploratory field research to which indirect data sources were used: (Institute of Geography and Statistics - IBGE, National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA) and direct data, the latter were collected through a semi-structured interview with the men and women seated from the settlement of the study. The field research was preceded by bibliographic research (books and articles) featured for the following authors: Moreira (2007), Caume (2006), Oliveira (2007), Rodrigues (2010), Sparovek (2003), Thomas Jr.) and others. The data point to the importance of access to land as a condition for the reproduction of the peasant lifestyle, whereas, although important, access to land without the necessary conditions is not enough for the reproduction of the family in dignified conditions of existence. However, it is possible to see that the land conquered represents the peasant dream of a place to "live and work", constituting itself as territories of hope. In this sense, the disappropriation of capitalist property is more than a conquest of a piece of land, it is the conquest of the territory of tomorrow, territory of desire, which opens up possibilities for settled peasants to construct other meanings and forms for land use, as observed in the Vazante settlement.

**Keywords:** Agrarian Reform. Rural Settlement. Territory and Territoriality. Hope.

## LISTA DE FIGURAS

01 Figura - Jornal Correio. Galpão da Fazenda Vazante 1988. ....	54
02 Figura - Galpão da Fazenda Vazante.....	54
03 Figura - Jornal Correio da Paraíba, 1988.....	55
04 Figura - Jornal Correio da Paraíba, 1988.....	55
05 Figura - Centra Única dos Trabalhadores (CUT).....	56
06 Figura - Centra Única dos Trabalhadores (CUT), 1988.....	56
07 Figura - O NORTE-PB, 1998.....	56
08 Figura - Diário da BORBOREMA, 1988.....	56
09 Figura - Casa Grande ou Casa Sede.....	63
10 Figura - Nucleação do Assentamento Vazante.....	68
11 Figura - Capela em Construção, Nossa S <sup>a</sup> das Vitorias.....	68
12 Figura - Escola do Assentamento.....	68
13 Figura - Casa Grande ou Casa Sede.....	69
14 Figura - Trator Coletivo.....	70
15 Figura - Grade Aragem.....	70
16 Figura - Cisterna-calçadão.....	70
17 Figura - Roçado de Feijão Macaça Verde.....	73
18 Figura - Roçado Xadrez de Milho.....	73
19 Figura - Plantio de Macaxeira.....	73

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
CEOP	Centro de Educação e Organização Popular
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNBB	Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Food And Agriculture Organization Of The United Nations
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IR	Imposto sobre a Renda
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IE	Imposto sobre a Exportação
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBRA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
I PNARA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
JUC	Juventude Universitária Católica
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
MIRAD	Ministério de Reforma Agrária e de Desenvolvimento
PIN	Plano de Integração Nacional
PSF	Posto de Saúde da Família
PA	Programa Alimentar
PA	Proe de Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCERA	Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAE	Serviço Nacional de Aprendiz Industrial
UNE	União Nacional dos Estudantes
UGT	Unidade Gestora Territorial



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: PROCESSOS E RETROCESSOS NO ACESSO A TERRA.....</b>	<b>15</b>
2.1	Contextualização dos processos de reforma agrária.....	15
2.2	Breve histórico a respeito da formação-estruturação do latifundiário brasileira.....	17
2.3	O longo caminho da Reforma Agrária no Brasil.....	20
2.4	Políticas de Assentamento Rural no Brasil: entre estratégia política.....	26
2.5	Embates e lutas pela reforma agrária em território paraibana.....	33
<b>3</b>	<b>SE ORGANIZAR, LUTAR, CONQUISTAR E CONSTRUIR: A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO VAZANTE.....</b>	<b>36</b>
3.1	Aspecto Geoambiental do Município de Tacima.....	36
3.2	Aspectos Socioeconômico.....	39
3.3	A situação Agrária do Agrária Município.....	40
3.4	Assentamento Vazante: uma história em construção.....	42
<b>3.4.1</b>	<b>O tempo do“cativeiro”.....</b>	<b>42</b>
<b>3.4.2</b>	<b>O tempo da luta rumo ao território da esperança.....</b>	<b>46</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Construindo-se enquanto sujeitos assentados: embates e divisões interna... ..</b>	<b>60</b>
<b>4</b>	<b>O ASSENTAMENTO VAZANTE: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA.....</b>	<b>66</b>
4.1	Caracterização do assentamento.....	67
<b>4.1.1</b>	<b>Principais Fontes de Renda.....</b>	<b>71</b>
4.2	Os espaços associativos.....	75
4.3	Juventude, migração e trabalho no espaço do assentamento.....	77
4.4	A (des)assistência técnica no assentamento.....	78
4.5	Entre o passado e o futuro: ou sobre a esperança!.....	79
<b>5</b>	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, A TÍTULO DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pelos debates acerca das desigualdades sociais produzidas no campo, consequência da concentração fundiária aliada à expansão do capital agrário que historicamente tem excluído da terra um contingente expressivo de camponeses, surgiu bem antes de cursarmos o Ensino Superior. Mesmo tendo surgido anteriormente, tal interesse germinou e ganhou uma importância maior, ao cursarmos a Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.

A afinidade com estas questões partiu de nossa própria condição camponesa, atrelada a nossa inserção numa família camponesa, como tantas outras, desprovida de terra para plantar e, por isso mesmo, condicionada à “boa vontade” dos fazendeiros que cediam parte de sua propriedade para ser trabalhada, fato este que deixou registros<sup>1</sup> irreparáveis.

A visível situação de sujeição às condições dos fazendeiros levava-nos a vislumbrar a terra como uma saída para tal dependência. Acreditávamos que ter um pedaço de terra significaria o fim dessas relações de exploração. Tal pensamento, hipotético, por sinal, ganhou mais importância no curso de Geografia, especificamente na disciplina de Organização do Espaço Agrário Brasileiro (2013.1/2014.2).

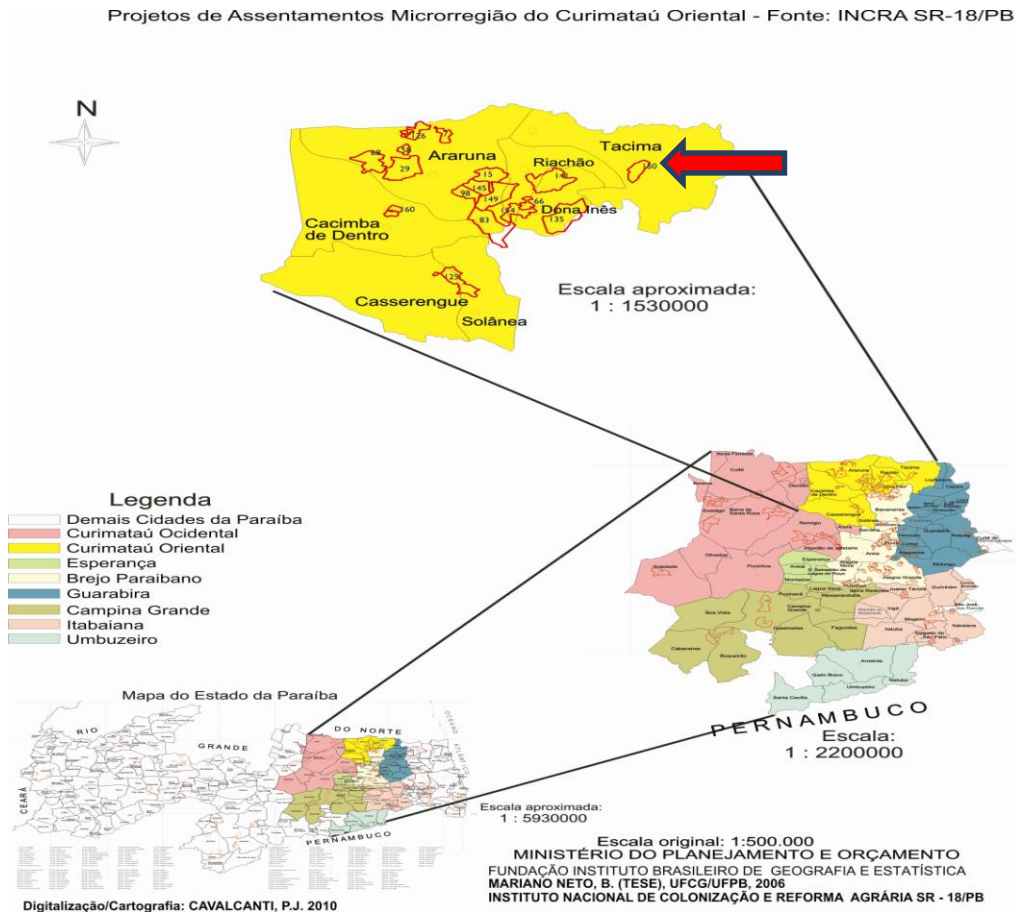
No âmbito da referida disciplina começamos a questionar a “reforma agrária”, sobretudo quando a mesma se baseia, quase que exclusivamente, na garantia do acesso à terra sem garantia de condições que torne possível a reprodução social da família camponesa. Nesse sentido, nos perguntávamos: será que somente um pedaço de terra daria as condições necessárias para o camponês e sua prole trabalhar e viver dignamente a partir do que era produzido na unidade familiar?

Em vista de encontrar respostas para estes questionamentos ou, no mínimo, discutir com pertinência, foi que nos propusemos o estudo de uma realidade concreta. Instigado em querer pesquisar as condições de vida e de trabalho de assentados da Reforma Agrária, escolhemos pesquisar o Assentamento Vazante (identificado no mapa 1), no município de Tacima-PB, inserido na Microrregião do Curimataú Oriental (MARIANO NETO, 2011). Escolheu-se tal lugar devido o mesmo ser próximo de nosso lugar de moradia, o que facilitaria a realização e viabilidade da pesquisa, e porque nos inquietamos com a percepção da saída de parte da juventude do referido assentamento para outras regiões do país.

---

<sup>1</sup> Dependíamos da decisão do dono da terra (qual área trabalhar, quando plantar e até quando colher) e ainda tínhamos prejuízos com as eventuais invasões do gado na lavoura - nunca eramos ressarcidos.

Assim, buscamos com este trabalho monográfico analisar as condições de vida e de trabalho das famílias camponesas do Assentamento Vazante, visando compreender, por um lado, a importância e potencialidades do acesso à terra para os camponeses e, por outro, a atuação/implementação da reforma agrária de 1964 até 1990 no território brasileiro.



Inspirados em Moreira (2007) pensamos o espaço dos assentamentos enquanto territórios de esperança. A autora explica que, para o camponês, conquistar a propriedade capitalista é mais do que a conquista de um pedaço de terra, é a conquista do território do amanhã, que quer dizer, território de esperança. Para tanto, a conquista do assentamento significa para além de um território fruto da ruptura capitalista, mas também, a possibilidade de transformar a vida desses trabalhadores que a conquistou.

Assumimos que o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 2). Em vista de interesses pessoais ou coletivos, tais atores se valem de práticas *legais* (decretos e leis, a polícia) ou *ilegais* (violência, repressão, expulsão, uso de capangas) para se apossarem dos territórios naturais (RODRIGUES, ET., AL, 2016). Ao possuir os territórios, cujo/s

sujeito/s decide/m o que fazer ou não fazer com eles, assim transformando-o aos seus desejos, onde produzem territórios diferentes dos anteriores<sup>2</sup>.

Os processos de territorialização envolvem conflitos entre distintos atores, depositários, cada um deles, de distintos e, muitas vezes antagônicos projetos/sonhos/desejos. No que diz respeito às áreas rurais, de um lado, vê-se a introdução de “práticas e processos produtivos” na terra pelo Estado, fazendeiros, empresas rurais. Do outro, identifica-se uma resistência camponesa contra este referido grupo, uma vez que estes sujeitos identitários buscam manter viva suas “representações simbólicas identitárias” construída na terra, quanto às práticas e o modo de vida nela (RIBEIRO ET.AL., 2016, p.125).

Os proprietários rurais usam de meio vis para expulsar ou negarem aos trabalhadores o direito à terra. Os camponeses, por sua vez, despossuídos de terra, não têm condições financeiras (dinheiro) sequer para comprar um mínimo pedaço terra. Com base nas palavras de Fernandes et.al., (2008), nas relações capitalistas, em que se consolidam os territórios capitalistas, além da terra assumir o papel de moeda de troca e venda (se tornar mercadoria), ela ainda sofre um processo de inversão social, perdendo a função principal: a garantia das condições de vida para aqueles que nele desejam trabalhar, como é o caso dos camponeses.

José de Souza Martins (1984) explica que,

A racionalidade econômica e política dominantes correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluiu da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país (MARTINS, 1984 apud FERNANDES, 1994, p. 48).

No entanto, os camponeses organizados/apoiados pelos movimentos populares (Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Trabalhadores Sem Terra, Sindicatos Rurais e outros), assumem a condição de conflitar pelo retorno a terra, via ocupações e outras estratégias que lhe assegurem territorialidades de resistência, tendo em vista, fomentar uma luta social e política consistente contra a força impetuosa dos latifundiários e do Estado.

---

<sup>2</sup> Como aconteceu com as terras da Fazenda Vazante (fora no passo um território privado capitalista), após a vitória dos trabalhadores rurais ex-arrendatários na disputa territorial com o então dono, a referida terra passou a ter e ser vista com outras funções de uso, fazendo surgir ali um novo território (não capitalista), agora de domínio camponês.

Os sujeitos que marcham em defesa de um território constroem no processo de reterritorialização uma relação de identidade com a terra disputada. Os camponeses têm a terra como principiado a sua existência, logo o território é produzido de acordo com as interações sociais, porque se procede à percepção psicossocial de ali ser um espaço de vida, a partir do qual vislumbram a possibilidade de uma vida digna, longe das relações de opressão e dominação. É este processo que dá sentido ao termo “territórios da esperança”, para pensarmos os espaços dos assentamentos.

Até que ponto os assentamentos se constituem enquanto espaços de esperança é uma das questões que norteiam este trabalho, conforme anunciado no objetivo geral. Como objetivos específicos elencamos: Analisar a configuração e intencionalidades das políticas de reforma agrária nos diferentes momentos; compreender as lutas/embates dos camponeses da então fazenda Vazante pelo direito ao acesso à terra; Averiguar as potencialidades e os limites do assentamento Vazante, tendo em vista a garantia das condições de vidas dos assentados/as.

Creemos que estudo sobre o Assentamento Vazante é de grande importância no âmbito social, tanto para corroborar com a luta dos movimentos populares pela terra quanto para enriquecer as discussões acerca da luta de resistência camponesa e de outros grupos dentro das Ciências Sociais e áreas afins. Trata-se de um estudo que não só sinaliza para a importância de uma distribuição fundiária justa (igualitária), mas, principalmente, porque registra mais uma vitória dos camponeses frente ao capital agrário. Espera-se que o referido estudo sirva de base para outras pesquisas e que seja uma referência para as famílias do assentamento analisado, bem como para todos que lutam pela Reforma Agrária.

Os passos metodológicos da monografia foram dados em três etapas: 1) escolha do material bibliográfico, no qual se teve a oportunidade de dialogar com estudiosos respeitadores das questões sociais e agrária, como Moreira (2007), Caume (2006), Oliveira (2007), Rodrigues (2010), Sparovek (2003), Thomas Jr. (1990) e outros; 2) levantamento de dados em Site do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Censo Agropecuário, se apropriando de informações para dá sustentação a análise; 3) a pesquisa de campo no Assentamento Vazante, seguida de entrevistas semiestruturadas com os assentados a fim de conhecer a dinâmica social e econômica deste território.

As investigações *in lócus* foi essencial para a problematização das questões levantadas, como para estruturar os capítulos subsequentes, através das informações adquiridas. Thomaz Jr (1990) fala que o trabalho de campo compreende uma alternativa real

para construção metodológica da pesquisa, pois o mesmo permite ao pesquisador interpretar e refletir sobre as manifestações sociais efetivadas no território analisado.

Antes de fazer a pesquisa de campo de fato, foi feita uma visita prévia ao Assentamento Vazante em busca de saber do presidente da Associação se havia disponibilidade do assentamento e das famílias serem pesquisadas. Após o consentimento dos assentados, procuramos planejar os caminhos da pesquisa (as visitas, elaboração de perguntas, quais grupos entrevistados, entre outras coisas) elaborando um roteiro de como seria o dia dedicado às entrevistas e, assim, ir logo a campo.

Algo que devemos esclarecer aos leitores é que as falas usadas tiveram consentimento dos responsáveis (anexo). Para preservar a identidade dos colaboradores, cada entrevistado recebeu um nome fictício. Entrevistamos ao todo 06 assentados, a saber: os agricultores e agricultoras, atualmente aposentados, que participaram da luta pelo acesso à terra: Sra. Maria do Carmo (62 anos, casada, ensino superior completo), Sr. João Felício (66 anos, casado, alfabetizado) e a Sra. Maria Benedita (73 anos, casada, analfabeta). Além disso, entrevistamos outros assentados: Sra. Antônia (50 anos, casada, ensino médio completo), que trabalho como agente de saúde no município de Tacima, a Sra. Joana (45 anos, casada, ensino médio completo), atua como agente de saúde no próprio assentamento, e o Sr. José Carlos (28 anos, casado, ensino fundamental completo), desempenha atividades da agropecuária.

No entanto, ainda tivemos conversas informais com mais três assentados: Sr. Costinha Felix (agricultor aposentado), Sr. Tarcísio Felix (agricultor) e o Sr. José Firmino (jovem, agricultor. Contudo, não foi dado informações a mais sobre eles (Idade, estado civil e escolaridade) porque foram conversas informais, portanto, sem o uso de gravador.

Através das entrevistas, teve-se em mente tomar conhecimento a respeito dos diferentes momentos da luta pela terra da Fazenda Vazante até chegar à desapropriação para fins de Reforma Agrária. Identificar quais os sujeitos estiveram à frente do conflito e quais instâncias políticas articularam o movimento de luta por tal terra; como era à vida das famílias antes de ter a terra; como foi o conflito por ela; como se deu as primeiras experiências territoriais com o Assentamento Vazante logo após ganhar a terra e, mais precisamente, como vivem as famílias assentadas e que avaliação fazem da vida no assentamento.

Em nenhum momento, poderíamos nos esquecer das memórias desses trabalhadores rurais que se lançaram na luta por um pedaço de terra. Eles e elas são os heróis da resistência, aqueles que falaram grandes coisas e fizeram grandes feitos. Suas ações estão enredadas às ações de milhares de homens e mulheres, de ontem e de hoje que vivenciaram outras lutas no

cenário agrário paraibano e brasileiro ao longo do tempo. É preciso contar essas e outras histórias, ora a partir do momento que silenciámos sobre essas lutas, não só negamos a condição de camponeses e do direito de viver e trabalhar na terra, mas também, nos tornamos míopes perante estes sujeitos que, permanentemente, continuam a resistir e contrariar as forças antagônicas do capital agrário.

Desde já nos posicionamos a favor de uma reforma agrária ampla no País, ao mesmo tempo em que questionamos a posição do Estado em não a querer fazê-la. Temos entendimento que uma reforma agrária não se limite somente a redistribuição da terra. A partir de assistências e investimentos públicos aos assentamentos, as famílias asseguram a autonomia social e econômica, logo que se reproduzindo como camponeses, ao mesmo tempo em que garantem o futuro do assentamento.

Este trabalho está organizado em três Capítulos: Iniciamos o capítulo fazendo uma breve apresentação de algumas Reformas Agrária ocorridos no século XX, com enfoque ao caso brasileiro. Cujas situações agrárias, em que tem suas raízes fundadas na formação do grande latifúndio, restrito a uma classe rural patrimonialista e usurpadora dos direitos dos trabalhadores do campo, nunca foi de interesse do Estado. É diante deste contexto que a luta camponesa pela terra, bem como os debates dos movimentos sociais do campo por uma Reforma Agrária sólida (e outros direitos ainda não garantidos) vão buscar possíveis mudanças para esse quadro vigente, sobretudo na década de 80.

O capítulo II apresenta a história de luta dos trabalhadores rurais ex-arrendatários (agora assentados) pelas terras da Fazenda Vazante. O texto consiste em relatos dos principais frenteiros que lutaram pela desapareção (aconteceu em 1994) da fazenda vazante para formação de um assentamento rural. São narrativas que contam a importância da luta de resistência camponesa tramada por estes sujeitos para continuar a trabalhar naquelas terras até a sua conquista, ao qual se dá novas experiências de uso da terra, bem enfrentam novos desafios na/para construção do território de esperança.

O capítulo III, enfoque central do nosso objeto de estudo, propõe enquadrar o assentamento vazante dentro da perspectiva do território de esperança. A partir das experiências empíricas, certificou-se a novas formas de uso que estes assentados e assentadas têm introduzido nas unidades familiares. Contudo, também se apresentará as melhoras nas condições de vida e de trabalho, bem como os desafios e dificuldades que se apresenta dentro desse novo território para as famílias.

## **2 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: AVANÇOS, EMPECILHOS E ATRASOS NO ACESSO A TERRA**

Neste capítulo apresentaremos o desinteresse do Estado brasileiro no sentido de efetivação da Reforma Agrária na perspectiva de se contrapor às históricas marcas das desigualdades sociais e contradições produzidas no campo, fruto dos 500 anos de exploração. Compreende-se que a pouca vontade do Estado aliada aos interesses particulares de uma classe agrária patrimonialista e usurpadora dos direitos sociais continuam a ser um empecilho para as mudanças no quadro agrário brasileiro. As ligeiras e incompletas tentativas de Reforma Agrária no país se constituem enquanto campo privilegiado para entendermos os conflitos sociais no campo e o quanto o poder sobre a terra e as lutas sociais pela sua democratização vai ganhando relevância ao longo do tempo.

### **2.1 Contextualização dos processos de reforma agrária**

Há na essência das lutas dos trabalhadores rurais pela terra o anseio por mudanças vindouras e que eleve as condições humanas e de trabalho destes sujeitos envolvidos. O acesso a terra demonstra a necessidade do homem do campo de se reproduzir enquanto camponês em uma unidade espacial. Estes quando assentados, veem no assentamento a esperança de uma vida melhor.

Nas mais diversas experiências de reforma agrária, sobretudo, no Século XX, há registros de grande parte de trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra, contra a ampla concentração da propriedade privada nas mãos de uma minoria. Pode se dizer que, em cada país, nenhuma reforma agrária aconteceu de forma igual, ao contrário, aconteceram de maneira diferente e obedeceram a múltiplos interesses (ABRA, 1976, *apud* SPAROVEK, 2003), subordinados a circunstâncias de natureza política, social, econômica, religiosa, cultural e por causa da disponibilidade de recursos naturais.

Para termos ideia, Oliveira (2007) explica que nos países capitalistas (Europa, Ásia e Estados Unidos), a reforma agrária tratava da desconcentração e melhor distribuição da renda e da terra; modernização do campo; criação de novos capitalista e inserção da agricultura no mercado; hegemonia capitalista. Para tanto, “a reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo” (OLIVEIRA, 2007, p. 68).



Como se pode ver, a reforma agrária constituía-se, no sentido conjuntural, onde teve como objetivo maior, a desconcentração da terra e a produção de novos proprietários capitalistas. “Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações” (OLIVEIRA, 2007, p. 70). Os governos buscavam desenvolver, a partir do enquadramento fundiário, condições que possibilitassem converter os valores de uso da terra em dinheiro ou capital disponível para os novos proprietários capitalista.

Em países socialistas, liderados pela União Soviética, a Reforma Agrária visavam uma melhor redistribuição da terra e renda, abastecer o mercado interno com produtos alimentícios, entre outras coisas. Um tanto diferente desses dois casos, em parte da América-central, os interesses com a Reforma Agraria limitavam a acalmar os conflitos. O autor supracitado fala que, “a Reforma Agrária tem sido constantemente adiada, por isso, está na base das revoluções sociais e guerras nos países centro-americanos” (OLIVEIRA, 2007, 96). Para melhor dizer, os camponeses continuam a se mobilizar e lutar por um projeto político de redistribuição fundiária de forma significativa.

No caso da América-Latina, “foram vários os países que experimentaram a execução de políticas de reformas agrárias visando reduzir as possibilidades de vivenciarem revoluções socialistas” (OLIVEIRA, 2007, p. 98). Nos países que a-compõe, de modo geral, foram até sancionadas leis que previam o acesso a terra aos camponeses, mas, por outro lado, a implementação e a evolução desses processos ainda caminham a passos lentos, onde, na prática, pouco tem sido feito até os dias de hoje. Isso também mostra que as reformas feitas tenham sido pensadas, primeiro, para conter os conflitos pela terra.

Uma das implicações deste atraso corresponde a situações políticas vividas nesses países (Brasil, Chile, Equador, Paraguai e etc.). Muitos, quando buscaram institucionalmente enquadrar modelos de reordenamento fundiário, logo em seguida, sofreram Golpes Militares - séc. XX - que inviabilizaram esse processo. Embora alguns países (Peru e Venezuela) tenham se sobressaído em relação a outros, isso não foi e, talvez, ainda não seja suficiente para que o desencadeamento de mudanças profundas no quadro social vigente.

Em meio a esses percalços, não devemos esquecer, portanto, das palavras de Cater (ET.AL., 2010), quando explica como e porque aconteceu os casos de Reforma Agraria na América-latina. A maioria dos programas de redistribuição fundiária foi desencadeada e efetivada na pratica por meio das ocupações de terras e outras estratégias populares e políticas – movimentos sociais de esquerdistas -, sendo ascendida pelas consistentes pressões por parte dos camponeses. De todo modo, e por isso, os movimentos camponeses continuam

vivos e cada vez se mobilizam por uma sociedade justa e menos desigual em meio às contradições sócio-políticas e diversas reformas parciais que têm sido implementadas.

No intuito de compreendermos melhor a ideia de Reforma Agrária em sua dimensão mais ampla, Sparovek (2003) esclarece que este conceito é entendido de duas formas básicas. Para alguns, significa a liquidação da propriedade privada sobre a terra, quando há a democratização desse bem social de maneira igualitária a todos. Já outros, acreditam que só há reforma agrária, quando existe financiamento de créditos agrícolas, garantia de preços, políticas educacionais, assistências técnicas e outros serviços. Para esta segunda vertente, o acesso à terra, por si só, não garante a efetividade de uma política agrária na perspectiva de emancipação da população camponesa.

De qualquer forma, ambas as concepções compreendem a descentralização da terra nas mãos de poucos. Stedile et.al., (2012) reforça esta ideia ao afirmar que a política de reforma agrária é um meio capaz de eliminar o latifúndio, através de órgãos estatais, substituindo-os por pequenas propriedades camponesas. No entanto, o referido autor, não descarta a importância da implantação de políticas e programas assistenciais e serviços que garantam melhor aproveitamento da terra.

## 2.2 Breve histórico a respeito da formação-estruturação do latifundiário brasileiro

Os povos brasileiros do campo, desprovidos de meios de produção e de riquezas mercantis, têm sua história marcada pela negação dos direitos cívicos, onde se decorreu um processo de expropriação/exploração/exclusão da terra no espaço agrário. Podemos falar que, embora seja de uma forma extrapolada, mas um tanto motivado como os *cercamentos*<sup>3</sup> na Europa século VII e VIII, no Brasil, a usurpação das terras e expropriação da terra dos camponeses é um fenômeno duradora, como bem revela, em seu clássico estudo, a professora Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), para quem:

No que tange ao Brasil, a apropriação da terra, sob a forma capitalista, remonta ao período de 1850, quando a *Lei das Terras* põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio da compra. Sem remontar ao período colonial das Sesmarias, em que as terras eram doadas pela Coroa Portuguesa aos membros dos setores dominantes, pode-se afirmar que, a partir da *Lei das Terras*, o governo continua

---

<sup>3</sup> Os *cercamentos*, período de transição do período feudal para o sistema capitalista. Ocorreu a privação das terras aos camponeses que viviam nas glebas dos feudos, Altamira Borges et.al., (2007).

possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda, como e quando lhe aprouver. Isto significa que a propriedade da terra, que antes atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de *compra* dos futuros proprietários. É por meio deste monopólio que a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão atos do direito público (SILVA, 1999, p. 30).

A Questão Agrária, desde cedo, tornar-se-ia uma doença quase crônica no Brasil. Segundo Moises Vinhas et.al., (2011), na mesma esteira de Silva (1999), teve-se um advento quando a Coroa Portuguesa, através da Sesmaria, ocupou o território e o fracionou em grandes extensões de terras, concedendo a poucos donatários, por esse processo “o território colonial foi parcelado em 14 capitânicas, divididas em 15 lotes e distribuídos por meio de um intermédio de uma *Carta de Doação* e de um *floral* [...]” (FELIPPI, 2005, p. 62). O *floral* era um documento que tramitava direitos e deveres aos donatários dos pedaços de terra.

Com o surgimento do sistema sesmarial, o permissionário da capitania legislava a concessão de certos lotes aos colonos (ou sesmeiros) para exploração. Alberto Passos Guimarães (2011) fala que isso acontecia da seguinte forma; logo que se delimitava o tamanho do pedaço de chão, eram conferidos e declarados oficialmente os possíveis direitos e deveres do sesmeiro que recebia aquele solo para fins econômicos. Este deveria contribuir com o pagamento de tributos à Coroa portuguesa. Porém, o foreiro, por sua vez, tanto pagava os tributos a Coroa quanto o foro, ao donatário da terra.

O Rei de Portugal concedia Cartas de Doação aos administradores das capitânicas para comercialização de forais. Os forais assemelhavam-se a um tipo de contrato, no qual os foreiros, meeiros, arrendatários entre outras classificações estavam comprometidos ou sujeitos em pagar os impostos da Coroa ou do dono da capitânia em que se tinha firmado um acordo. Desde então, os donatários da capitania podiam conceder pequenos pedaços de terras para outros colonos explorá-las, logo se introduziu aí um modelo de exploração daquele solo.

Com base em Stedile et.al., (2011), a doação de terras dava direito à herança, ou seja, o eleito da capitânia poderia deixar as terras como um patrimônio para os seus herdeiros, filhos e filhas, onde caberiam a estes possuidores, caso o quisessem, continuar a exploração. Porém, os mesmos não tinham o direito de vendê-las, porque ainda eram (as terras) da Coroa. Até 1850, o solo colonizado fora apenas para concessão – hereditária - de uso pela corte real a aqueles com capital, que pudesse explorá-las com culturas voltadas à exportação. A terra não era vista como mercadoria e nem havia compra e venda entres os sesmeiros.

Já em relação à exploração das terras coloniais adotou-se o modelo de *plantation*<sup>4</sup>, para designar e organizar a produção agrícola nas fazendas (STEDILE, ET.AL., 2011). Foram áreas de tamanhos enormes destinadas ao cultivo de monoculturas de exportação, exemplo da cana-de-açúcar, do cacau, algodão e entre outras culturas. A criação bovina também foi empreendida tendo em vista o abastecimento das demandas do mercado externo. Para isso ser consumado, a mão-de-obra escrava compilou, predominantemente, a força-de-trabalho matriz do sistema de *plantation* durante três longos séculos de colonização da coroa portuguesa.

A classe política-latifundiária, visando antecipar a perda do trabalho escravo nas fazendas anos mais tarde, devido o possível fim da escravidão (ocorrerá em 1888), que, se caso acontecesse, proveria uma massa significativa de ex-escravos em busca de um pedaço de terra, tratou de garantir o latifúndio a partir da criação da Lei de Terras nº 601, em 18 de setembro de 1850. A lei de terras teve duas pretensões básicas: impedir com que os negros ex-escravos e índios ex-cativos pudessem adquirir as terras devolutas da Coroa, e, ao mesmo tempo, mantê-los como trabalhadores “livres” nas fazendas (SILVA, 1999).

A promulgação desta lei impossibilitou que a maioria da população formada de índios, negros e imigrantes pobres, possuíssem legalmente tal bem (a terra). De acordo com Bezerra e Elias (2011), só poderiam adquirir legitimamente a terra, os indivíduos que pudessem compra-la em dinheiro ou pudessem pagá-la com qualquer outra moeda de troca, ou seja, títulos, bens materiais, ou outras formas. A terra, antes um recurso natural, foi transformada em mercadoria, condicionou a um produto resultante dos esforços do dono que o adquiriu, tornando-se um bem privado, acessível só aos que detinha capital, caso dos ricos.

A terra deixou de ser utilizada somente para o cultivo e passou a ser moeda de troca, compra e venda, podendo ser um patrimônio particular. A terra se reafirma simbolicamente como instrumento de poder, para o qual acentua as desigualdades fundiárias. A “(má)divisão” econômica e diferença de *status* sociais entre a burguesia agrária e os trabalhadores rurais sem a terra terá consequências marcantes.

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2005, *apud* RODRIGUES ET.AL, 2009, p. 132).

---

<sup>4</sup>Stedile (ET.AL., 2011) esclarece que, *plantation* é um termo inglês, usado por estudiosos, sobretudo sociólogos e historiadores para dizer o tipo de funcionamento do modelo de exploração da colônia.

Fragmon Carlos Borges et. al., (2011, p. 283) falam que, “a Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras”. A partir daí, passou-se a constituir com o tempo, a grande estrutura latifundiária, cujos senhores expulsam continuamente trabalhadores do campo. A terra foi se concentrando, cada vez mais, nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que produzia um antagonismo na criação e recriação do campesinato. O latifúndio vai se afirmar como um símbolo de poder e dominação da aristocracia rural. Guimarães et. al., (2011) falam que são os senhores donos de grandes extensões de terras que;

Determinam as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar, ditam as sentenças judiciais e impõem as restrições à liberdade que lhes convêm, sem o mínimo respeito às leis vigentes (GUIMARÃES ET.AL., 2011, p.51).

A concentração da propriedade da terra tornar-se-á fundamental para compreendermos a organização-manutenção-submissão da classe trabalhadora do campo. Consoante França e Silva (2012), essa população de origem pobre, de modo geral, não teve condição de comprar um lote de terra por meio de dinheiro, então, passaram a vender sua força de trabalho nas fazendas, vivendo como moradores, arrendatários, meeiros e parceiros, tendo em vista, em um futuro-próximo, adquirir recursos financeiros que lhe assegurassem a compra da terra.

### 2.3 O longo caminho da Reforma Agrária no Brasil:

As lutas sociais e dos movimentos populares no campo pelo acesso a terra terá suas primeiras conquistas políticas e agrárias a partir da década de 1964, com a criação do Estatuto da Terra, através da Lei 4.504/64, no governo militar (1964-1984). O documento assinalava o seguinte objetivo a Reforma Agraria, segundo as emendas constitucionais, o documento “permitia que indenizações às terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos das dívidas pública após a desapropriação” (MEDEIROS ET.AL., 2010, p. 123).

O Estatuto da Terra definiu o conceito de “função social da terra”, sendo introduzidos novos critérios e exigências para o uso da terra. Identifica-se em Maestri (ET.,AL, 2012), além de Rodrigues (ET.AL., 2016), que a suposta Lei 4.504/64 compreende o texto base a respeito da exploração dos solos nos grandes latifúndios, cujo inciso constitucionalmente teve

tamanha influencia ao ponto de ser transcrita anos mais tarde no artigo 186<sup>5</sup> da Constituição Federal de 1988 - seguido ao pé da letra, com os mesmos objetivos apresentados abaixo. As finalidades de uso das terras foram determinadas da seguinte maneira:

I. aproveitamento racional e adequado; II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (MAESTRI ET.AL., 2012, p. 275).

No entanto, o Estatuto da Terra não foi colocado em prática como tão bem foi pensado/elaborado. Na verdade, ele revelou-se como instrumento político para combater as lutas no campo. Nas palavras de Ferrante (1989), o Estatuto da Terra (1964) colocava os boias-frias como filhos naturais das obrigações trabalhistas na terra. Porém, os dispositivos normatizados a garantir o direito da terra aos trabalhadores rurais, ou que deveria facultar a divisão dos latifúndios, não significou nada além do que um documento legal. Ele foi escrito e promulgado com apenas um interesse: suprimir as pressões dos camponeses e entidades políticas opositoras a ditadura.

Além desses predicativos alegados o Estatuto da Terra apresenta certos critérios que define os supostos “beneficiários” da reforma agrária, a saber:

O próprio proprietário do imóvel desapropriado (desde que trabalhe a terra com sua própria família); os trabalhadores que trabalhavam no imóvel desapropriado (posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários); os minifundiários, aqueles que possuem uma parcela de terra inferior ao módulo rural regional e “os tecnicamente habilitados...ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas” (BRASIL, 1983, *apud* CAUME, 2006, p.32).

Os critérios avaliativos para fazer de alguém, um assentado da reforma agrária segundo Caume (2006), é ter certa experiência agrícola ou já ter desempenhado atividade relacionada à agropecuária, de modo que fosse competente no cumprimento das objeções apresentadas no projeto de reforma agrária realizado pelos órgãos estatais, cujo papel, direciona-se ao desenvolvimento agrário, maior produção e produtividade agrícola.

---

<sup>5</sup> Isso é destacado no capítulo IV, no conteúdo referido à Reforma Agrária, em que objetiva-se intencionalmente a desapropriação de terras improdutivas para fins de projetos de Assentamento Rural. O Art. 186 explica que, “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, *simultaneamente*, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei”, sendo os mesmos requisitos apresentados acima (RODRIGUES ET.AL., 2016, p. 103).

Por vezes, “as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos, sendo que durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos por terra ao ano” (MARTINS, 1984, *apud* FERNANDES, 1994, p. 27). Como pode ser observado, não havia a intensão de resolver o problema da terra, uma vez que a Reforma Agrária resumia-se a propaganda usada pelo governo militar, através de projetos de colonização, para viabilizar a exploração das terras na Região Norte.

O Estado tratou-se de fazer desta proposta de colonização uma brecha para atender os interesses do empresariado nacional/internacional. As terras para fins de Reforma Agrária na Amazônia consistiam não apenas em amenizar os embates, tinha-se em vista, abrir passagem para a exploração dos recursos naturais ainda não explorados. Com o passar dos anos, a proposta de Reforma Agrária defendida pelo Estatuto da Terra não saiu do gabinete. Junto a este regulamento fundiário, em 1965 foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

As dificuldades e os empecilhos para que se fizessem reformas na estrutura agrária do país se encontrava dentro dos aparelhos do Estado. De 1964 a 1970, os órgãos públicos responsáveis para promover a redistribuição da terra, o IBRA e o INDA estavam envolvidos em casos de corrupção, por ora, legalizavam a grilagem de terras, por outro, a venda e concessão a estrangeiros. Com os sucessivos episódios de irregularidades, foram extintos ambos os órgãos públicos. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nasceu através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/70, com a função de colonizar as terras na Amazônia com fins de promover a Reforma Agrária.

Como o Nordeste apresentava uma estrutura agrária bem concentrada, sendo alvo de fortes tensões sociais, os Militares buscaram meios que controlassem a efervescência dos conflitos e que não mexessem na estrutura fundiária de tal região. Havia por parte dos governantes planos ambiciosos quando se tratavam de ocupar novas áreas ainda não exploradas, visando, portanto, a expansão das fronteiras agrícolas. Até aquele momento,

Os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então “*fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia*” ou, como preferia dizer o General Médici, *vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia* (OLIVEIRA, 2007, p. 122).

A pretensão de ocupar a região Norte (Amazonas) com homens sem terra da região Nordeste, representou uma tentativa falha de colonização da Amazônia. Para isso, os

imigrantes nordestinos e os que vinham da região Sul tinham um papel fundamental para promover um modelo de exploração da Amazônia, que então era pouco habitada. A elaboração de um Plano de Integração Nacional – PIN – pareceu trazer novos fios de esperança ao passo que elegeu a Reforma Agrária como uma das bandeiras de luta. No entanto, o referido plano logo deu sinais de fracasso.

A partir deste mecanismo (Governo Medici), foi criada uma estrada que surgia no Nordeste e passava pela Amazônia, onde se consolidou um fluxo migratório. As ações coordenadas pelo PIN estavam subordinadas aos interesses do INCRA, isto é, o plano assegurava a colonização de terras em faixa de 10 km ao longo das rodovias, responsabilidade de colonização do INCRA. Ianni (1979) *in* Oliveira (2007) crítica à proposta de Reforma Agrária introduzida pelo então governo autoritário, ela rebaixava o projeto de colonização a condição de contra-reforma. Em nenhum momento, os militares objetivavam acabar com o latifúndio, tampouco, democratizar a terra para aqueles lavradores que tanto a necessitavam.

Um novo ciclo de mobilizações por terra vai entrar em cena na década de 1980, com o surgimento e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) na região Sul do país, no momento em que a nação brasileira passará por significativas mudanças constitucionais e políticas. Com base nas afirmações de Cater et.al., (2010), o MST ganha vida sob apoio de uma ala progressista religiosa e assistência de parte do sindicato de trabalhadores rurais, de outro, em meio a forte modernização no campo, demandas sociais pela reconstrução da democracia e no fim do regime ditatorial.

A influência da CPT (Comissão Pastoral da Terra), do Sindicalismo Rural, do MST e outras instâncias populares, consoante Caume (2006), fez com que crescesse o número dos conflitos no campo, particularmente na década de 1980. Fernandes fala que “nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos por terra” (FERNANDES, 1994, p. 49). Nesse período, alguns movimentos populares se fortaleceram e outros surgiram com grande vigor no campo. Tais organizações sociais se mobilizavam tanto no campo quanto nas áreas urbanas.

A CPT, criada em 1974-1975, terá grande participação nas lutas contra o grande latifúndio na região Nordeste, resgatando o prestígio e o papel social da igreja católica esquecido em outrora – período do Golpe Militar -, tendo forte apoio da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros). Tal seguimento eclesial contribuiu fundamentalmente para a conquista da terra, tendo grande influência na forma de organização política dos camponeses, desde já, a incentivá-los a lutar pela posse da terra.



Com influência da CPT, a CNBB assumiu a questão da luta pela terra como tema central na Assembleia Geral de 1980. Os debates convergiram para elaboração do “documento igreja e problemas da terra”, propondo um redirecionamento do pensamento da CNBB acerca do direito da terra, antes exclusiva a famílias patriarcais. O conteúdo foi inovador para os lavradores, assim sendo, “a propriedade de “terra de trabalho” é legítima, pois seu uso, através do trabalho, a coloca a serviço da vida (POLETTO ET.AL., 2010, p. 144). As terras de exploração e especulação, que privilegiam apenas um proprietário, não estaria cumprindo sua função social, tornando-se, portanto, ilegítima.

Em respostas as pressões sociais advindas dos movimentos, o Governo Sarney, em 1985, elabora o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado em Brasília pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). No ano seguinte (1986), foi criado o Ministério de Reforma Agrária e de Desenvolvimento (MIRAD) para atuar junto ao INCRA nos processos de desapropriação de latifúndios improdutivos para remates de reforma agraria.

O PNRA assume um caráter contraditório e ineficaz, no qual fica evidente no conteúdo do artigo 2º (artigo 2º, § 29, do Decreto n.9 91.766), quando diz, “se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios” (OLIVEIRA, 2007, p. 126), e também, os imóveis que apresentassem relevante presença de arrendatários e/ou parceiros. O mesmo se revelava anverso à reconfiguração da estrutura latifundiária. Fernandes (1994) ainda identificou no final do mandato do governo Sarney que, mesmo havendo as pressões dos movimentos populares, apenas 6% do PNAR foi cumprido.

Os números apresentados por Filippi (2005) mostram o descompromisso do Governo com o problema agrário. O PNRA através do Ministério Extraordinário juntamente ao Ministério de Desenvolvimento de Reforma Agrária (MIRAD) visava assentar 1,4 milhões de famílias em 45 milhões de hectares até o final do seu governo presidencial, em 1989. Como sempre a meta não foi alcançada. De acordo com os dados oficiais; pouco mais de 83 mil famílias foram assentadas em 4,5 milhões de hectares, ou seja, menos de 6 % da meta inicial.

O Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária (PROCERA), criado (1986) para dá apoio subsidiário aos assentamentos, com assistência creditícia e com taxas de juros abaixo dos percentuais de mercado não correspondeu ao previsto. Segundo Felippi, o *Relatório de Gestão do Procera* descreveu que “os resultados positivos alcançados não foram suficientes para tornar o produtor capacitado a gerir seus próprios empreendimentos ou independentes dos recursos públicos” (2005, p. 112). Os problemas mais identificados foram: falta de

assistência técnica contínua, de infraestrutura básica (água, energia, estradas, escolas, etc.) e um sistema bancário despreparado para atender os trabalhadores rurais assentados.

A princípio, a política fundiária ou “política de assentamento” rural como bem cita Caume (2006) se mostrava uma medida paliativa. “Mais do que um projeto de desenvolvimento agrícola e agrária diferenciada do domínio (centrado na grande propriedade modernizada), a política de assentamentos é prática estatal de controle de conflitos sociais no campo” [...] (2006, p.22). Cujas políticas se restringe a uma lógica estratégica muito próxima daquela que comandou o processo de colonização de novas terras em décadas anteriores (período militar), a qual, supostamente, a política de Reforma Agrária sucederia.

Ao fazer uma análise comparativa da distribuição espacial dos “Programas de Colonização” criados entre 1965-1984 e dos assentamentos de reforma agrária implantados no período de 1985-1994, José Vicente Tavares dos Santos *apud* Caume (2006) aponta para uma pertinente relação entre ambos, levando em conta, as regiões que mais foram beneficiadas. Conforme dados do INCRA, as regiões mais atingidas pelos Programas de Colonização no Governo Militar foram à região Norte (65% de “beneficiados”) e Centro-Oeste (17%); em relação aos “Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária”, mais uma vez, a região Norte se destaca com 50 % de famílias assentadas, seguidas da região Nordeste (26%) e Centro-Oeste (13%). Esquematizado no quadro 1.

Quadro. 1 – Regiões mais beneficiadas por projetos de redistribuição de terra entre os anos 1965-1984 e 1985-1994.

Governo Militar			Governos Pós-militar		
Programas de colonização			Projetos de Assentamentos de Reforma Agraria		
1965-1984			1985-1994		
<b>Regiões</b>	Norte	65%	<b>Regiões</b>	Norte	50 %
	Centro-Oeste	17%		Norte	26%
				Centro-Oeste	13%

Fonte dos dados: Caume (2006) Organizado por SILVA, José de Arimateia Oliveira

Esses dados apresentam a pouca efetivação de cada um dos programas em períodos de implantação. No entanto, o INCRA vai ser extinto juntamente com o MIRAD em 1989, mas, o congresso nacional decidiu pelo reativamente do INCRA. O PROCERA também terá seu fim, isso em 1999, tendo suas funções-atributivas contempladas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Caume, 2006).

Com base em Caume (2006), Filippi (2010), e também Fernandes (2009), além de França e Silva (2012), mesmo diante desses pontos controversos dos programas estatais

direcionados ao desenvolvimento dos trabalhadores rurais sem terra ou para aqueles que já estão assentados, devemos considerar que, neste período de 1985 para frente, o tal contexto de contestação social pelo direito de aquisição da terra, em razão das desigualdades no campo - inerente a permanente concentração fundiária pouco superada -, foram determinantes para evolução da quantidade de assentamentos formados no país.

É importante termos conhecimento que, ao mesmo tempo em que se iniciava um forte processo de produção-expansão de culturas agrícolas voltadas para o mercado externo, intensificavam-se os conflitos pela terra, representado pelo aumento considerável de processos fundiários para formação de assentamentos rurais. Os números são apresentados na tabela 1 (França e Silva, 2012), entre os quais, situa-se alguns como quantidade de ocupações e de famílias assentadas e dos assentamentos criados no período de 1985-2006.

Período	Ocupações	Famílias ocupantes	Famílias assentadas	Assentamentos	Área(há)
(1985-89)	229	34.333	122.598	800	8.248.899
(1990-94)	507	82.600	461	461	4.485.953
(1995-98)	1987	301.908	240.819	2211	10.706.365
(1999-2002)	1991	290.578	149.140	1712	7.296.429
(2003-06)	2387	343.958	192.257	1879	17.092.624
TOTAL	7.101	1.053.377	766.639	7.063	47.830.270

Tabela 1. Evolução da Ocupação de Terras no Brasil (1985-2006)

Fonte: França e Silva (2012, p. 6), adaptado de Fernandes (2008), seguido de base o Data Luta (2008).

Como vemos, os dados que apresentam a evolução da quantidade de assentamentos são bem expressivos – exceto 1990-94. “De modo geral, o aumento das pressões sociais através da intensificação das ocupações, proporcionou a ampliação das conquistas tanto em número de assentamentos quanto em dimensão de área ocupada por eles” (França e Silva, 2005, p. 6). As informações foram mostradas apenas para situar o leitor da importância das potentes lutas eclodidas no campo, sobretudo, a partir de 1985.

#### 2.4 Políticas de Assentamento Rural no Brasil: entre estratégia política

A política de assentamento rural tem representado novas alterações na estrutura latifundiária brasileira. No entanto, não devemos ignorar o fato de que, muitos dos assentamentos criados pelo Estado não foram pensados para viabilizar o desenvolvimento

social, político e econômico das famílias assentadas, mas sim, como uma ação política engendrada visando diminuir as pressões dos movimentos sociais no campo.

A fragilidade deste mecanismo fundiário se encontra nas raízes do poder estatal, já que o termo assentamento rural surgiu e é de domínio das políticas públicas para instituir qual o modelo encarregado/adequado para realizar as devidas intervenções agrárias segundo a visão do Estado, explica Marcelo Leles Romarco de Oliveira (2011). Para que haja a construção dos assentamentos, são assinaladas múltiplas práticas, a exemplo de desapropriação de imóveis rurais, comercialização de terra e uso de terras de controle público para assentar posseiros, lavradores ameaçados ou expulsos de determinadas propriedades e indivíduos pertencentes a diferentes movimentos populares.

Consoante Buainain et.al., (2008), a política de assentamento tem sido compreendido como uma política compensatória, demonstrando ser mais uma estratégia federalista do que, verdadeiramente, uma tentativa de promover o fim da estrutura fundiária, na perspectiva de sua democratização. Autores como Caume (2006) ressalta que os assentamentos são construídos com menores custos econômicos, sendo assim, a instalação dos assentamentos rurais não se afirmam no cenário da Reforma Agrária dita e nem no sentido de melhorar as condições sociais das famílias assentadas, conforme atestado por Lima (2010),

Os assentamentos rurais são áreas criadas a partir de projetos de Reforma Agrária com o objetivo de diminuir a concentração fundiária e a miséria no campo, contudo, de forma geral, as áreas onde esses assentamentos rurais se localizam são ordinariamente associadas à concentração de pobreza e a crises em setores produtivos específicos, que levaram a processos de estagnação econômica no espaço agrário em que se situam (LIMA, 2010 *apud* RIPOLL ALVES e BATISTA ALVES, 2012, p. 4).

Há um forte desinteresse das esferas públicas em relação à espacialização dos assentamentos e ao tratamento dos trabalhadores rurais contemplados. Consoante Caume (2006), estes não são organizados e geridos como os do MST. Os assentamentos organizados por tal Movimento funcionam por meio de cooperativas e associações (agroindustrial ou agrovilas), com manejos ecológicos dos recursos naturais, mantendo-se bastante consolidado os núcleos organizativos. Apresentam escolas que seguem as diretrizes do movimento. Trata-se de um currículo orientado a desempenhar as atividades camponesas, com aprendizagem de técnicas e práticas intrínseca aos jovens e à sobrevivência do assentamento.

A descaracterização e realização de políticas ou programas ineficazes acabam por implicar no funcionalmente e na qualidade de vida do assentamento. Em muitas situações, segundo as pesquisas de Ferrante (ET.AL., 2008), a carência de planejamentos, deficiência de

um calendário para aplicação de investimentos financeiros e o afastamento periódico da assistência técnica, o que, além de comprometer a produção agrícola dos agricultores, também atrasa o desenvolvimento econômico dos assentados.

A cada governo, percebe-se que nenhum deles tem por interesse primar pela eliminação da grande propriedade privada concentrada nas mãos de poucos, tampouco, em realizar de forma ampla a construção de assentamentos rurais para os trabalhadores se reproduzirem. Isso porque, a cada assentamento criado, via programas de acesso a terra e ao crédito, sem sombra de dúvidas, representa novas alterações no perfil da estrutura agrária. A descentralização da concentração da terra e dos recursos públicos passa a produzir novas relações sociais e possibilitam outras dinâmicas para o campo.

Em partes, a política de assentamento rural não funciona como se é “idealizada” pelos órgãos públicos cabíveis desta função, ou como os projetos de assentamento rural. Mas, por outro lado, os assentamentos tem sido uma das saídas (se não há única) viáveis para as mudanças no campo, nos acampamentos, entre outros espaços ou territórios que tomam forma e sujeitos que se vestem da bandeira da reforma agraria, como bem afirma Sparovek (2003).

Os assentados de hoje são os acampados de ontem, aqueles que perderam o emprego no campo, tiveram que vender suas terras ou migraram para a periferia das cidades. O fato de eles aceitarem as condições dos assentamentos de forma passiva, isto é, independentemente de sua qualidade; reforça a importância do programa de reforma agrária e a necessidade de ampliação das ações do governo na intervenção fundiária (SPAROVEK, 2003, p. 95).

O autor ressalta que, as famílias contempladas visualizam o acesso a terra além dos recursos recebidos - crédito e serviços. Os objetivos dos assentados compreendem processos relativos a elevação da qualidade de vida, em que o assentamento está passivo de assegurar condições de estabilidade financeira e subsídios monetários extraídos nas atividades econômicas do lote, e, garanta também a permanência desses sujeitos no campo. Assinala para o mesmo, a realização de práticas tradicionais intercaladas a técnicas/práticas novas e equilíbrio dos conflitos pela terra.

Por isso, uma Reforma Agrária ampla, do ponto de vista econômico e social, pode ser ou é a proposta mais adequada para atender as demandas da sociedade ou de parte dela. Então, jaz-se para além da resolução dos conflitos pela terra e da organização dos trabalhadores rurais em território. De forma um tanto abrangente, tal processo fundiário delibera articulações políticas e econômicas, movimentando a geração de economia local, regional e até nacional. Uma reforma agrária desta magnitude, leva em conta a

desconcentração da terra e o seu acesso, envolvendo o máximo de pessoas e possibilitando a aquisição de meios de produção para desenvolver o assentamento.

Este contexto, segundo Sparovek (2003), assegura um comércio promissor, em vista da necessidade de uso de sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, da engenharia mecânica e automotora, a partir tratores, arados, batedeiras, colheitadeiras, semeadoras, carretas e caminhões. A funcionalidade e participação de agências de serviços (bancos, consultórios, empresas de assistência técnica). As articulações da relação trabalho-terra e economia-produção compreende um gerador de empregos voltados às atividades do campo.

Em prática, os programas fundiários possibilitam o desenvolvimento do meio rural, contribuindo para diminuir problemas urbanos, causados pelo êxodo da população do campo para as regiões metropolitanas. Logo diminui o fluxo migratório, o inchado nas cidades, o desemprego, a favelização, a pobreza, a saúde, a má-distribuição de renda e etc. A saída desse contingente para as áreas cidadinas acontece em decorrência da concentração fundiária e exclusão da terra. A maioria das pessoas sem a terra e trabalho, destina-se para cidades em busca de uma vida melhor, diferente das condições precárias vividas no campo.

A instabilidade do trabalho e a incerteza do dia de amanhã acentua-se a um dilema na vida dos trabalhadores rurais sem terra, isso é visto na incerteza dos boias-frias, dos arrendados, parceiros, moradores de condição e outras formas categorias de trabalhador. São constantemente forçados a transfere-se de um lugar para outro em busca de trabalho ou de terra para labutar. A formação dos assentamentos pode ser uma das formas para gerar empregos no campo e ser um dos caminhos para redução da migração populacional e até fortalecer a economia das pequenas cidades, devido diversificação das atividades econômicas.

O aumento da renda dos trabalhadores e das famílias beneficiadas pela reforma agrária pode também proporcionar a oportunidade da ampliação da aquisição de bens de consumo duráveis como geladeira, fogão, mesa, cadeira, rádio, televisão, roupa e sapato. O que também significa a geração de empregos nas indústrias produtoras desses bens (SPAROVEK, 2003, p. 22).

Logicamente, a transferência de grande parte das terras para as famílias beneficiadas por projetos de assentamento, quando cultivadas, corresponderia numa maior produção agrícola a serem consumidos diariamente, a exemplo do feijão, da batata, macaxeira, inhame, verduras e hortaliças. A disponibilidade da terra assegura a criação de animais e a comercialização dos derivados. Isso contribuiria para uma alimentação balanceada na mesa

dos brasileiros, sobretudo, dos mais desprovidos de dinheiro, além de estar no mercado a um preço mais barato, devido à agricultura camponesa e criação ser realizada a um custo menor.

No Brasil, de maneira expressiva, os alimentos que mais se destacam e mais são consumidos (tabela 2) segundo Oliveira (2004) citado por Cater et.al., (2010), são produzidos nas pequenas propriedades camponesas. Outro fato importante refere-se a maior produtividade destes agricultores, onde a produtividade por hectare ultrapassa a dos proprietários de grande escala, haja vista que as pequenas propriedades geram 87% de toda mão de obra no espaço agrário.

Tabela. 2 – Produtos agrícolas mais consumidos no Brasil.

Mandioca	92%
Carne de frango e ovos	88%
Bananas	85%
Feijão	78%
Leite	07%
Café	70%

Organizado por Arimateia, com base em Oliveira (2004).

Em relação à arrecadação de tributos e impostos<sup>6</sup> ao Estado. Na pesquisa sobre A Qualidade dos Assentamentos Rurais no Brasil, embora haja enormes dificuldades, Esparovek (2003) explica que os impactos são bastante reveladores da importância da distribuição da terra, via projetos de reforma agrária. Só para ter um exemplo, o autor explica o caso de Promissão-SP, uma área de quase 15.000 hectares, que fora no passado lugar inteiramente voltado à pecuária extensiva, quando desapropriada para atender 630 famílias, em oito anos se tornou uma referência em termo de arrecadação de impostos e desenvolvimento regional.

Antes, a maior parte da propriedade compreendia terra inativa, sendo a renda quase toda detida na mão de um único dono. Com a formação do assentamento, as atividades econômicas foram ampliadas, resultando na maior extração da renda da terra, que passou a ser revertida ao próprio município, já que os assentados moravam e consumia bens duráveis e não duráveis no próprio assentamento. Isso permite a descentralização da terra e o fortalecimento da economia local. Contudo, este não poderia ser um fato isolado afirma Sparovek (2003).

Pesquisas realizadas pela FAO, em assentamentos, nas mais diversas regiões do País, comprovam uma substancial melhoria em todos os indicadores sociais pesquisados relativos à moradia, educação, saúde, mortalidade

---

<sup>6</sup> Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Imposto sobre a Renda – IR, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Exportação – IE (SPAROVK, 2003, p. 23).

infantil e lazer (ROMEIRO, 1991; ITESP, 2000; cit. SPAROVEK, 2003, p. 24).

As melhoras apresentadas pela FAO (Food And Agriculture Organization Of The United Nations) correspondem ao aumento da renda obtida, somado ao crescimento da produtividade e do consumo dos assentados. Atendidas as prioridades básicas: terra, trabalho, renda, maquinário, estabilidade de moradia, transporte, rompimento do poder latifundiário, os familiares têm mais tempo para dedicar-se as atividades de lazer e manifestações culturais e religiosas. Os assentados podem reascender os valores culturais e com a própria terra, isso pode possibilitar tanto fortalecimento dos laços familiares, quanto exercício da cidadania.

Para tal realidade, “o assentamento representa a possibilidade de reinserção na terra, daqueles que um dia foram expulsos, e de reprodução da família camponesa” (RODRIGUES, 2010, p. 11). Consoante Fernandes (2003; 2004), e também Rodrigues (2010), a conquista do assentamento não significa o fim da luta dos trabalhadores pela terra, mas, demarca na sua trajetória de luta a abertura para novos horizontes visíveis de melhores condições de vida e de trabalho na terra, as quais possibilitam a realização de sonhos já mais pensados em serem concretizados por estes sujeitos.

De acordo com Neves (1999), o assentamento rural não deve ser compreendido apenas como uma unidade espacial (território), com características de redistribuição fundiária, na qual há o recebimento de recursos públicos e outros serviços. Mais do que isso, “o assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns” (NEVES, 1999, p. 8). Nesses lugares, mantêm-se permanente relação com a terra, mediante as relações de trabalho e, por meio do trabalho, se dá própria reprodução da vida camponesa.

Esses territórios apresentam uma quebra de oposições sociais (proprietário rural e trabalhadores rurais em terra), onde se sobressai à coesão de ideias e interesses comuns. Para o qual, o dito grupo, partindo-se das demandas do assentamento e através de pressões ao Estado, eles buscam assegurar benefícios estatais que lhe são de direito<sup>7</sup>. No entanto, tais benfeitorias estão subversivas a ações estatizadas e intermediações de dirigentes de movimentos populares, entre os quais se destaca: o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e vários outros.

---

<sup>7</sup> Direitos garantidos por leis constitucionais: Educação e saúde de qualidade, investimentos agrícolas e apoio familiar, bem como a inserção da produção camponesa ao mercado e seu escoamento.



A territorialização camponesa, via assentamento, sinaliza o advento do processo de (re)configuração do espaço agrário, aponta Fernandes (2003; 2004). Mejia (2004) vai um pouco além e fala que a territorialização do espaço para formação de um assentamento alude à sua reorganização física e social do território-assentado. O INCRA é competente de analisar e definir o tamanho da área direcionada ao assentamento. Após concluir esta fase, o mesmo órgão público se encarrega de selecionar as famílias que irão ser contempladas com um lote de terra e com os possíveis benefícios estatais.

Os sujeitos beneficiados, ao adquirirem uma pequena propriedade, têm na terra, um meio de se reproduzirem em quanto camponeses. Logo organizam a vida e as atividades econômicas no assentamento no intuito de garantir através da relação de trabalho, sua sobrevivência e de sua família. Felício (2006) assinala que:

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família propiciando a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. A combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Desta forma a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio (FELÍCIO, 2006, p. 213).

Na Paraíba, embora a pequena propriedade familiar abranja uma área de aproximadamente 23% das terras cultivadas, por outro lado, a produção agrícola nesses imóveis corresponde mais de 40% da produção agrícola e criatória. Já em relação as principais lavouras temporárias cultivadas, os pequenos estabelecimentos também apresentam números significativos, nos quais destacam: “feijão (79,71%), milho (64,25%), mandioca (80,18%), arroz (63,57%), batata-doce (99,89%) tomate (99,71%), inhame (99,51%) algodão em caroço (48,34%) e abacaxi (44,06%)” (SOUZA E TARGINO, 2009, p. 19) (quadro 2).

Quadro.2 – Lavoura Temporária produzida em pequenos estabelecimentos Paraibanos

<b>PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS</b>	
Feijão	79,71%
Milho	64,25%
Mandioca	80,18%
Arroz	63,57%
Batata-doce	99,89%
Tomate	99,71%,
Inhame	99,51%
Algodão de caroço	48,34%
Abacaxi	44,06%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Apresentado por SOUZA e TARGINO (2009).

A lavoura temporária produzida nos pequenos estabelecimentos mostra a importância das terras camponesas para manutenção familiar e para o fornecimento de alimentos a população. Outro dado importante refere-se à pecuária, “mais de 70% da produção de asininos e de suínos está centrada nos pequenos estabelecimentos. Estes apresentam também 42,16% da criação de equinos; 45,16% de caprinos e 42,85% da criação de ovinos” (SOUZA e TARGINO, 2009, p. 23). Em relação a derivados, 65,57% da venda de leite de vaca; 54,42% de leite de cabra e 24,44% da produção de ovos são todos produzidos nesses imóveis rurais.

## 2.5 Embates e lutas pela reforma agrária em território paraibano:

Os embates sociais pela terra na Paraíba não estão dissociados dos conflitos delongados intensamente no campo brasileiro, nas Décadas de 1970, 1980 e assim por diante. Entretanto, é importante realçar que cada conflito obedece a certas especificidades da luta e dos atores envolvidos.

Para se situarmos brevemente no contexto paraibano, as marcas de um passado recente também perpassaram pelas formas de exploração/organização do território e da força-de-trabalho indígena, depois negros escravos (africanos), mais na frente morador<sup>8</sup>, até surgir às categorias que conhecemos. Isso permitiu que houvessem transformações consideráveis a respeito da produção-primária. Formaram-se três regiões econômicas: Litoral Açucareiro ou Zona da Mata, Sertão Pecuárta-Cotonicultor e o Agreste Policultor-Pecuárta.

O modelo agro-primário-exportador introduzido desde o início da colonização, consolidou-se a partir dos anos 1970, em detrimento a *modernização conservadora* da agricultura, onde passou a consumir cada vez mais as terras aráveis, rompendo com as relações clientelistas concedidas a parceiros, arrendatários, moradores. A inserção do capital nos grandes estabelecimentos rurais culminou no fechamento das terras e na massiva expulsão desses sujeitos. Na metade dos anos de 1970, a cana-de-açúcar tomará conta das terras litorâneas e o Agreste experimentava um gradativo processo de pecuarização.

---

<sup>8</sup>Os lavradores e o camponês-morador surgiram quando o valor dos escravos aumentava. Os donos de engenho permitiam que certos camponeses trabalhassem no interior de suas terras. Estes agricultores (lavradores) subordinava a produção de cana para os engenhos, trabalhando em terra própria ou em pedaço alugados. Os moradores eram pessoas que não tinha terra e recebia a permissão de morar e trabalhar num pedaço de terra da fazenda.

Os camponeses ameaçados e expropriados das terras passaram a enfrentar aqueles que lhe queriam fora dela. Moreira e Targino (2011) explicam que, “a reação da classe trabalhadora se deu em duas frentes de luta: a luta por terra e a luta por condições de trabalho e salário” (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 156). O ato de resistência conduzia a luta dos trabalhadores expropriado da terra que tanto beiravam por um meio de reprodução familiar, que para eles, é compreendido só a partir da terra.

A pesquisa de Rodrigues (2010), baseada na coleta de dados em Moreira (1997) e de dados do INCRA-PB sobre a Paraíba, aponta que, entre 1970 a 2008 registrou-se 283 áreas de conflito no estado. Segundo a **Superintendência Regional Paraíba - SR 18**, o INCRA desde 1986 até 2011, formou 308 assentamentos rurais, que, somando todos, resulta em uma área de 288, 700, 95 ha. Neste período foram assentadas 14.441 famílias na Paraíba (INCRA, 2013). Nas áreas Agrestina, junto ao trabalhador na luta, fazia-se também força propulsora dos conflitos a CPT seguida do Sindicato de trabalhadores Rurais.

Assistido em grande parte pela CPT, por paróquias locais e pela Diocese de Guarabira, o camponato conquista parcela importante do território agrestino. De fato, entre 1986 e 1999, foram criados no Agreste (excetuando-se aqui o Brejo), 35 Projetos de Assentamento onde foram assentadas 1.715 famílias (MOREIRA e TARGINO, 2011, p. 156).

É só a partir dos conflitos que jaz de ocorrer um processo de inclusão do camponês na terra enquanto dono dos meios e do seu trabalho. Há as leis que garantem o cumprimento social da terra e seu uso democrático, mas, a Reforma Agrária só se faz e acontecerá na prática por meio da marra contra os “filhos” do Estado, a burguesia agrária. “É assim que, pouco-a-pouco, novas conquistas vão se tornando possíveis no cenário das forças políticas do Brasil hoje” (FERNANDES, 1994, p.54). Os novos territórios camponeses apresentam características distintas dos territórios capitalistas, terras de especulação ou de agropecuária.

Com isso, será no processo de luta que, no primeiro instante, nos atemos em reconstruir a memória social destes sujeitos, de suas falas, da vida na terra e por meio da terra sua sobrevivência. Com base nas pretensões explicitadas por Emília Moreira (1996) no livro *Capítulo de Geografia Agrária na Paraíba sobre o espaço agrário paraibano*, no qual a referida autora assinala que as produções espaciais na Paraíba vão se dá de maneira heterógena.

Na maioria das vezes, os movimentos dos trabalhadores rurais lutam por interesses comuns, como a aquisição da terra e condições sociais que permitam seu desenvolvimento.

Isso ocorre em lugares diferentes, por isso, é fundamental entendermos que cada conflito tem sua especificidade, como visto no assentamento vazante, objeto de pesquisa neste trabalho.

### 3 SE ORGANIZAR, LUTAR, CONQUISTAR E CONSTRUIR: A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO VAZANTE

O capítulo II está organizado em duas partes. Primeiro, apresentamos aonde se localiza o assentamento Vazante, que é no Município de Tacima-PB, apresentando seus aspectos físicos (*geologia, geomorfologia, clima, solos e vegetação*) e sua situação Econômica e Agrária. No segundo momento, abordaremos sobre o nosso *locus* de estudo, para o qual buscamos reconstruir a luta dos trabalhadores arrendatários da Fazenda Vazante. Assim, descrevemos como iniciou a luta pela terra; como foi a trajetória até a desapropriação da fazenda e como se deu as primeiras experiências das famílias com o assentamento.

Segundo dados do INCRA no dia 05/01/1994 35 (trinta e cinco) famílias foram assentadas, em uma área de 533.13, no município de Tacima – PB. O assentamento, denominado de Vazante, é resultado da luta dos trabalhadores rurais, ao longo do tempo, pela aquisição da terra. Contar a história dessa luta, a partir da memória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, é o que nos propomos neste segundo capítulo.

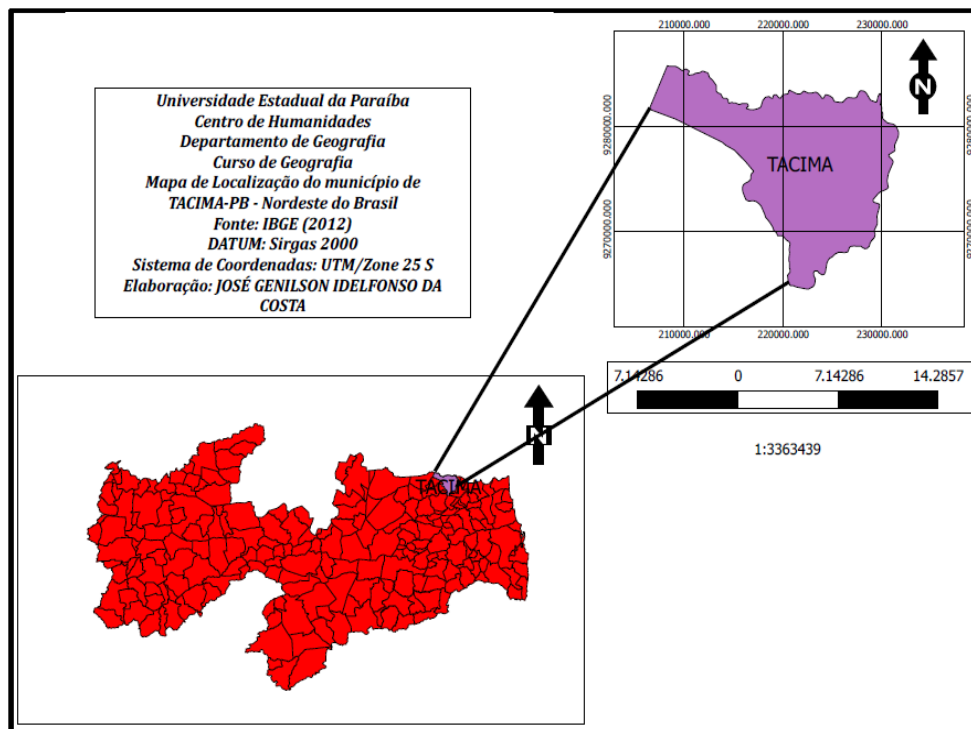
#### 3.1 Aspecto Geoambiental do município de Tacima-PB

A *geologia* do território de Tacima compreende a mesma formação geológica da Borborema, constituído, em sua maior parte, por rochas cristalinas, formadas no período Pré-Cambriano (PRODER-SEBRAE-PB, 1996). A *geomorfologia* está inserida na depressão Curimataú, na unidade da depressão Sertaneja. Apresenta um relevo de topos planos, com distintas variações de tamanhos, da mesma forma que são formatos ondulados suaves de diferentes grandezas e profundidades de drenagens, em que se desenham vales profundos planos (PROJETO RADAM BRASIL, 1981, *in* SILVA, 2010).

O *clima* é “definido como quente e seco (grupo BSH) de Kupper ou seja: semi-árido atenuado pela ocorrência de chuvas de outono-inverno e um período de estiagem de 5 a 6 meses” (SILVA, 2010, p. 41). As precipitações de chuvas médias estão em torno de 800 mm anualmente. Segundo Mascarenhas et.al., (2005), o período chuvoso se inicia em novembro com término em abril. O Município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Curimataú Oriental. Os principais rios são: Calabouço, Salgado e Curimataú, e o riacho do Braga, todos de escoamento temporário, isto é, o curso de água seca no período mais seco – final de ano.

Os *solos* são compostos basicamente por planossolos Solódico (solos cristalino em presença de minerais não-metálicos; rasos e pedregosos. Predomina-se solo argiloso-arenoso em 70% argiloso e 10% arenoso( PROJETO-SEBRAE-PB, 1996, *in* SILVA, 2010). A *vegetação* é bem típica do semi-árida Nordeste, formada por “*Caatinga Hiperxerófila* com trechos de *Floresta Caducifólia*. Há jurema preta (*Umimosa nigra*) jurema branca(*Pithecolobium Férra*), marmeleiro (*Cróton Sincorensis*) Aroeira (*Astronium urundeuva*), além de várias outras espécies (PROJETO RADAM, 1981, *in* SILVA, 2010).

O Município de Tacima (mapa 2) localiza-se na microrregião do Curimataú Ocidental, sendo as coordenadas geográficas é: 35° 38’ 14’’Longitude W, e 06°29’18 Latitude Sul e 35°38’14 (Silva, 2010). Está inserido na Mesorregião do Agreste paraibano, possuindo “uma área de 13.020,0 km<sup>2</sup>, o que equivale a 23,1% do território estadual” (SOUZA e TARGINO, 2009, p. 14). A região Agrestina faz fronteira ao norte com Rio Grande do Norte, na direção sul, limita-se com o Estado de Pernambuco, ao leste, divisa com a mesorregião da Mata Paraibana e ao oeste com a mesorregião da Borborema.



Mapa 2: Município de Tacima, José Genilson Idelfonso Costa (2012).

Em terras paraibanas, o território de Tacima limita-se com o Município de Araruna, Riachão e Logradouro. Faz fronteira, ainda, com o estado do Rio Grande do Norte, na divisa com o Município de Passe e Fica. Segundo o censo de 2010, realizado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população era de 10.263 hab., distribuídos em um raio de 246, 659 km<sup>2</sup>. Para 2014, estima-se 10.745 habitantes.

Ainda se valendo das informações disponibilizadas pelo IBGE (fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do território tacimense, este apresentava 0,551 em 2010. Embora saibamos que está longe do ideal (0,800), o município teve uma evolução quando comparado aos períodos anteriores, anos 2000 (0,379) e em 1991(0,261).

Com base nos estudos de Silva (2010), “Estudo Prospectivo da Dinâmica Populacional de Tacima-PB com Vista a um Planejamento Econômico na Área Urbana e Rural (1980-2010), há registros de Tacima<sup>9</sup> desde o Século XVIII. O lugar aparece em Documentos datados e que foram transcritos na publicação “*Os ferreiros de Tacima – paraibano da fronteira*” da professora Zilma Ferreira Pinto. Segundo Lucena et. al., (2002), o documento nº 147 datado em primeiro de novembro de 1717 referenciava um recinto com este codinome.

(...) descobriu no sertão desta capitania terras capazes de criar, quais são no riacho que lhe chama tacima para a parte sul e faz barra no curimataú-mirin, as quais terras estão devolutas e por isto requeria três léguas de comprido e uma de largo no dito riacho, começando da barra dele para cima, por uma e outra parte de largura de dita légua (LUCENA ET.AL., 2002 *apud* SILVA, 2010, p.32).

Além deste documento, um lugar chamado Tacima também é citado em uma das Sesmarias de nº 152 de 3 de novembro de 1717.

(...) tem terreno capaz para criar seus gados, cujo riacho Seco fica no Curimataú Grande para parte do norte, requeria três léguas de terras de comprido e uma de larga, meia para cada banda, começando esta na boca do dito riacho Seco, onde sai a picada que vai do Curimataú Grande para os “Campos de Tacima” até se encher das ditas três léguas de terras de comprido e meio largo cada banda (LUCENA ET.AL., 2000 *apud* SILVA, 2010, p.33).

Segundo Silva (2010) sabe-se que os primeiros registros do povoamento de Tacima datam do século XVII, entretanto, há alguns historiadores que acreditam que suas terras

---

<sup>9</sup> O nome Tacima derivava da junção ITA-CIMA, palavra Tupi-Guarani, que quer dizer, Pedra Lisa ou Pedra Alta. Cujos paredões rochosos que levaram a titulação deste nome, atualmente, é chamado de Pedra da Boca, devido apresentar um desenho tridimensional em formato de boca, esculpido pelos processos erosivos. É um substrato de rocha cristalina aflorado do Planalto da Borborema, situado em Araruna, a 5 km de Tacima (PRODR-SEBRAE-PB, 1996).

tenham sido descobertas bem antes deste século. Eles falam de uma expedição portuguesa e holandesa que houve anteriormente a este momento. Existem registros de que estes dois grupos foram até a Capitania do Rio Grande do Norte – atual estado do Rio grande do Norte – com o objetivo de encontrar a Celebre Mina do Cunhaú. As tais expedições são datadas entre os anos de 1643 a 1645.

Silva (2010), parafraseando Pinto (2000), realça que antes de surgir como sesmaria, as terras de Tacima, este lugar já tinha sido percorrido por portugueses, neerlandeses e luso-brasileiros em busca da Mina Cunhaú. Este local foi no passado e é até os dias de hoje, em detrimento a sua situação geográfica – a divisa entre duas capitanias –, onde um ponto que dava passagem de uma capitania para outra e vice-versa. Sua situação fazia da localização de Tacima caminho indispensável, indo da Paraíba a suposta Mina situada na capitania do Rio Grande do Norte.

Antes, Tacima pertencia à administração-política de Bananeiras. No entanto, em decorrência da Lei Provincial de 10 de julho de 1876, a qual permitiu a emancipação política de Araruna-PB (desmembrada de Bananeiras), o espaço físico do povoado tacimense passará a ficar sob as ordens administrativas de Araruna. Através dos Decretos-Lei estaduais de nº 1164 de novembro de 1938, e 520 de 31 de dezembro de 1943, o povoado de Tacima é elevado oficialmente à condição de vila e Distrito de Ararunense (através da lei estadual nº 1164/38). Isso foi até o dia 20 de abril de 1959, ano em que Tacima foi emancipada.

### 3.2 Aspectos socioeconômicos

A economia do município é desenvolvida, basicamente, pelo comércio local (pequena feira-livre) e a oferta de bens e serviços (os supermercados, farmácia, caixa lotérica, Banco do Brasil), a prefeitura e administração pública (postos de saúde, instituições escolares, transporte e outros, em que mais se emprega), bem como de seu setor primário, o mais importante, mesmo que não apresente números tão consideráveis, afirma o secretário da Agricultura na entrevista cedida no dia 10/03/2017 (Marcondes Balbino Ferreira Barbosa).

Com base nos dados do IBGE (2015), a diversificação da produção agrícola municipal é voltada para lavoura temporária de base alimentar, destacando-se o milho, feijão e a fava, além da batata-doce e da mandioca (macaxeira e aipim). Contudo, o plantio do algodão herbáceo também fazia parte das culturas temporárias mais cultivadas.



No ano de 2015, foram dedicadas 767 hectares de terras para este tipo de lavoura na agricultura, sendo que, o milho e o feijão eram os mais plantados. Ao todo, os produtos agrícolas citados acima geraram em torno de 361mil R\$ (reais) neste período. Já em relação à lavoura permanente, o IBGE só dispôs informações da manga (3 hectare) e do caju (10 hectare), que juntas, renderam 25 mil R\$ (reais) no ano referente.

Na pecuária, também se observa uma razoável dinâmica criatória. A criação bovina é a que mais se destaca frente a outras espécies, isto porque registrava no ano de 2015, uma quantia de 14.174 cabeças de gado, sendo 681 vacas de ordenha. Os suínos somavam no total, 1.117 animais, 182 eram matrizes suínas. O rebanho de ovinos estava em torno de 1.404 cabeças, caprinos 452 e equinos 288 bichos. Em relação aos galináceos, a criação de galinhas chegou a totalizar 10.201 aves.

Já os seus derivados, como leite de vaca, correspondente a 735 mil litros de leite, renderam 1.103 R\$ (reais), os ovos de galinha contabilizaram 23 mil dúzias e produziram 129 mil reais. Por outro lado, também foi adquirido o mel de abelha, no qual se extraiu 564 quilogramas, tendo um rendimento de 5 mil reais.

No entanto, não podemos deixar de pontuar que outras informações referentes a determinadas espécies de animais presentes no território tacimense não constam nos dados do IBGE de 2015, caso dos asinios (asnos) e muares (mulas) e outras aves - o nome e espécie dos animais estão indisponíveis. Diante disso, e dada à realidade de sua existência atual, buscamos basear-se em números mais antigos, isto é, dados do censo agropecuário de 2006 do IBGE. Nesse tempo, quantificavam-se 131 asnos, 65 mulas e 402 aves.

### 3.3 A situação Agrária do Município

A área territorial de Tacima contém 05 assentamentos rurais: Bola, Boa Esperança, Lajedo e Pombos, os quatro implantados pelo ITERRA (Instituto Técnico de Estudos e Pesquisa da Reforma Agrária), através de negociação e venda da propriedade, de forma amigável para fins de Programas de Reforma Agraria. Já o quinto, o assentamento Vazante, foi realizado pelo INCRA, resultado da luta e do conflito direto pela terra, sob o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em termos da concentração/e/distribuição fundiária do Município de Tacima, não foi possível trazer informações mais precisas, visto que, houve uma dificuldade maior em

adquirir tais informações nos órgãos competentes (EMATER, Secretária de Agricultura, Sindicato de trabalhadores Rurais), tampouco conseguimos no IBGE.

Ainda, conforme o censo de 2006, no que tange as terras utilizadas para o desenvolvimento da agropecuária e para organização do espaço agrário do Município, levando em conta homens e mulheres, sem separação de gênero, os dados estão organizados no quadro abaixo (quadro 3) tendo sido organizados da seguinte forma: Condição do produtor, Quantidade de Estabelecimentos (Quant. E.A) e Quantidade de Área dos Estabelecimentos por Hectares (Quant. A.E.Hs).

Quadro 3 – Município de Tacima - Condição de Produtor (Censo 2006)

Condição do produtor	Quant. E.A	Quant. A.E.Hs
Arrendatário	40 unidades	151 hectares
Ocupante	242 unidades	1.563 hectares
Parceiro	4 unidades	10 hectares
Produtor sem área	3 unidades	Indisponível
Proprietário	416 unidades	14.119 hectares
Produtor total	726 unidades	15.842 hectares
Proprietário, condomínio, consociado ou sociedade de pessoa.	1 unidades	Indisponível
Condição legal do produtor - Governo Federal, Estadual e Municipal	1 unidades	Indisponível
Condição legal do produtor – proprietário individual	724 unidades	15.362 hectares

Fonte: IBGE (2006). Organizado por Silva (José de Arimateia de Oliveira, 2017).

Chama a atenção nos dados apresentados acima a alta concentração de terras no município. Com efeito, o produtor ocupante, arrendatário e o parceiro, somado as áreas em que estes se encontram, totalizam-se apenas 1.714 hectares de terra, fragmentados em 286 estabelecimentos rurais. Já o produtor proprietário, sozinho, consegue cobrir um território de 15.362 hectares, distribuídas em 416 unidades. Logo, fica visível a quem pertence a maior parte das terras, uma vez que os proprietários se referem às médias e grandes glebas.

No entanto, partes das terras também foram usadas para construção, benfeitorias ou caminhos, todavia, espalhados em 86 unidades (contabilizavam 263 ha). Para florestas naturais (exclusivo a área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais), reuniam-se em 3 estabelecimentos rurais (22 ha), bem como terras destinadas a preservação permanente ou reserva legal, registradas em 5 unidades (1.017 ha). E, por último, terras utilizadas degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.), presentes em 4 unidades (91 ha) e terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária, em 8 unidades (139 ha).

Feita esta apresentação geral do município, passaremos, a partir de agora, a focar especificamente no Assentamento Vazante, lócus e objeto do presente estudo. Iniciaremos pelo resgate da história do assentamento, a partir das vozes e das memórias dos assentados e assentadas que participaram ativamente da conquista do assentamento.

### 3.4 Assentamento Vazante: uma história em construção

Os embates dos camponeses acerca da terra e pela permanência na terra frente aos latifundiários vem de longas datas. Targino (2002) fala que “os conflitos sociais no campo se iniciam já no século XVI, no período colonial, com a disputa pela terra entre colonizadores e indígenas” (TARGINO, 2002 *apud* RODRIGUES ET.AL., 2009, p. 130). Além desses, o autor demarca os conflitos entre sesmeiros e posseiros, que resultavam do crescimento das atividades da cana, ou seja, o aumento da área de exploração canavieira nos engenhos levava a expulsão de posseiros.

A luta pela conquista do Assentamento Vazante teve seu início de fato em 1985, mas, bem antes disso, os agricultores já dialogavam entre a possibilidade de adquirirem um pedaço de chão para viver e dali tirar seu sustento a partir das atividades agrícolas. Primeiramente, devemos contextualizar o modo de vida e as relações de trabalho e como se dava o uso da terra naquele período (antes da luta), para que, assim, possamos compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização daquele espaço, onde se formou o assentamento.

#### 3.4.1 O tempo do “cativeiro”

Segundo atuais moradores, as terras onde está situado o Assentamento Vazante, pertenciam ao fazendeiro popularmente conhecido como “Lula da Cruz” (Luiz Pereira da Cruz), passando posteriormente ao seu filho Tercílio Teixeira da Cruz - chamado popularmente por Tercílio Cruz. Não dispomos de maiores informações sobre os antigos proprietários, uma vez que ambos (pai e filho) não estão mais vivos e não foi possível, no âmbito da referida pesquisa, entrar em contato com seus familiares.

Uma pequena parte das famílias - cinco (5) ou seis (6) moradores -, atualmente assentadas, já trabalhava nas terras, na condição de moradores; as demais famílias eram arrendatárias das comunidades vizinhas, como Braga, Tapuio, Chanco e outras. Há muito tempo, o arrendamento dessas terras já vinham sendo uma prática comum.

Os arrendatárias, para que pudessem trabalhar na terra, deveriam pagar anualmente o foro, sempre no final de cada colheita. O fora é o sistema de pagamento utilizado pelas famílias para pagar pelo uso de um pedaço de terra, de modo que, o valor a ser pago ao dono da propriedade pelo uso de um pedaço de terra vai de acordo com a quantidade de hectares utilizada. De acordo com os informantes, pagava-se uma quantidade X em dinheiro para cada hectare, em torno de 5 (cinco) Cruzeiros, moeda da época, por cada hectare alugada.

O trabalho das famílias nas partes arrendadas (chamadas de manga) começava no mês de outubro, com a preparação da terra. No primeiro ano de trabalho, se brocava o mato para o plantio, isso ocorria no final do ano, aproveitando, portanto, o período seco. No início do ano seguinte, que coincidia com o período chuvoso, iniciava-se o cultivo. Uma vez brocado o mato, por um período de três anos, os trabalhadores podiam optar por arrancá-los.

De acordo com a Sra. Maria do Carmo, o fato deles (as famílias arrendatárias) pagarem, anualmente, o foro, isso assegurava certa “liberdade” para elas no que tange ao uso da terra. Porém, novas lacunas surgiram em relação a que tipo de liberdade os agricultores se referiam, já que eles possuíam pouca autonomia sobre as áreas destinadas ao arrendamento, além de sempre estarem sujeitos às manobras demandadas pelo proprietário. Não contente, indagamos mais uma vez a entrevistada Maria do Carmo a que sentido a dita cuja se referia ao usar a palavra liberdade. Logo ela respondeu assim,

A liberdade era o seguinte, a terra na mão do patrão, a gente não tinha acesso há uma colheita completa, porque, muitas vezes, não chegava nem a colher a produção. Era uma terra alugada, além do foro que pagava, não tinha liberdade de ficar com a terra até o final da colheita (Sra. Maria do Carmo)

Os entrevistados descrevem esse tempo de “antes”, como o tempo da não liberdade. “Era uma terra alugada, além do foro que pagava não se tinha a liberdade de ficar com a terra até o final da colheita” (Maria do Carmo). Ainda segundo a mesma informante, não se chegava a colher a produção, pois o dono da terra podia, a seu bel prazer, colocar o gado para pastar, ocasião em que os trabalhadores não tinham direito a colher na integridade o que plantara. Mesmo o fato de pagar anualmente o foro, não assegurava aos trabalhadores a certeza de que iriam conseguir colher integralmente os produtos em seus roçados como bem ficou claro nas falas dos informantes, abaixo transcritas:

É como diz a história, não era bem ser livre na terra... porque quando completava seis meses já se colocava dentro da área o gado que destruí... se tivesse colhido, tudo bem, se não tivesse, tudo era destruído pelo gado do

patrão. Demorava muito pra tirar o gado e voltava a colocar o gado cedo [...] (Sra. Maria do Carmo).

O pior era que, às vezes, antes de retirar o último algodão, o fazendeiro colocava o gado na plantação. Plantava quando ele queria, só tirava o gado quando fosse tempo. Da uma chuvinha hoje, o fazendeiro, “não há chuva, tá pouca” (Sr. João Felício).

Observa-se, portanto, que a sobrevivência desses lavradores, naquele momento, não só dependia do desenvolvimento da produção agrícola em seus roçados - algo diretamente associado ao clima, mas também, das próprias condições de trabalho na terra. Em tese, o arrendamento significava uma garantia dos trabalhadores de labutarem e usufruírem dos benefícios da terra, na prática, porém, o foro servia para maquiagem a subordinação das famílias ao proprietário, através de um contrato oral. A liberdade não passava de uma ilusão, pois, era o patrão, Tercílio Cruz (nome que os entrevistados direcionavam ao tal fazendeiro), quem comandava e ditava as etapas agrícolas das terras arrendadas.

Além de plantarem seus próprios roçados, na condição de arrendatários, os atuais assentados, ainda trabalhavam para o dono da terra, na condição de “alugado”. Para tanto, o trabalho alugado atribuía-se a aos agricultores que vendia sua força-de-trabalho por certa quantia em dinheiro (os empregadores pagavam o mínimo) para trabalharem, quase sempre, nas atividades produtivas e na manutenção das terras dos fazendeiros ou, a outras pessoas que pudessem pagá-los. O trabalho alugado era uma das formas dos trabalhadores obterem renda (dinheiro em espécie) para comprarem os produtos básicos às necessidades da família.

Embora o valor pago por um dia de serviço não estivesse de acordo com a força-de-trabalho executada, o trabalho alugado, através da diária, era a principal forma de ganhar dinheiro. O trabalho no sistema de diária conforme Moreira e Targino (1996), é o recebimento de uma quantia em dinheiro pelo trabalho realizado em um dia. Ex: o sujeito que trabalhou 8h por dia no corte da cana-de-açúcar ou no plantio de grãos (feijão, milho), receberá em troca um valor em dinheiro de acordo com a sua força de trabalho produzida em tal tarefa.

No entanto, a Sra. Maria Benedita nos contou que, na época, em muitas situações, as pessoas trabalhavam apenas por um prato de comida. “Quando o cara dizia: “vá trabalhar que você almoça”, mas menino, o cara já queria, porque passar um dia sem comer é ruim” (Sra. Maria Benedita, 37 anos, casada, analfabeta). Mesmo quando recebiam pagamento pelo serviço executado, os preços pagos por um dia de trabalho era baixíssimo, conforme se pode perceber a partir do relato abaixo:

Pra melhor dizer, é que naquela época ninguém comprava um quilo (1 Kg) de açúcar. Um dia de seviço dava pra comprar; uma fubá de milho, que é cinquenta gramas (50g); uma banda de rapadura e meia quarta de café, (ou 5g), um café de caroço que se comprava. Trabalhasse a semana, os cinco (5) dias, você ia dividir, ia comprar 1 kg de feijão, que na época era 1(um) lito, 1 (um) lito de farinha, você que ia saber o que ia fazer (Sra. Maria Benedita)

Durante parte do ano, no inverno (período mais chuvoso na região Nordeste), os agricultores plantavam nos roçados para consumo próprio, basicamente, o feijão, milho, fava, macaxeira e a roça (mandioca) para produção de farinha. Os roçados são os terrenos organizados e dedicados à lavoura, sendo de forma consociada ou não no mesmo solo, como por exemplo: milho e feijão, milho fava, milho-fava e feijão, e até outras combinações, milho e algodão ou milho-fava e algodão.

Nesse tempo, as áreas destinadas à roça de mandioca (também de macaxeira), um dos roçados dos agricultores, eram plantadas em uma área separada, sem a presença de outras culturas. A farinha de mandioca, ou também, chamada de farinha de roça, era tão importante na alimentação das famílias quanto o feijão, um completava o outro nas refeições diárias. Os roçados de roças demandavam de um maior tempo de cuidado e trabalho até chegar o período de extração das raízes de mandioca do subsolo, lugar onde elas se desenvolvem.

Além destes, também se plantava muito o algodão, tendo em vista, o retorno financeiro, devido às boas condições climáticas, baixo custo de produção aos agricultores e em virtude da demanda do mercado. No entanto, o caso do fim do cultivo de algodão é uma questão emblemática. Isso por que, além de poucas chuvas, a praga do bicudo<sup>10</sup> foi o principal responsável pela diminuição gradual da produção algodoeira. A partir do momento em que o inseto picava a *maçã*, a tal não mais abrochava como deveria. Foram usados venenos químicos para matá-lo ou combatê-lo, mas, não obtiveram muito êxito. No entanto, perpassa na mentalidade da maioria das famílias, que esta praga veio de fora do País, nos anos 70.

De acordo com Moreira e Targino (2007), em 1985, no semi-árido paraibano a praga do bicudo atingirá proporções consideráveis, ao ponto de provocar quase por inteiro a eliminação da produção cunicultora. Só para ter uma ideia, isso trouxe resultados negativos, visto que, entre 1990 e 2000, houve uma enorme diminuição das áreas plantadas com

---

<sup>10</sup> Caroline Kleinubing (atualizado em 2015, São Paulo) explica que “O bicudo-do-algodoeiro (*anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos, de coloração cinzenta ou castanhas de mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros. A origem do inseto é América-central e ele chegou ao Brasil em 1983, no Estado de São Paulo. No mesmo ano também foi encontrado no Nordeste”. Disponível em: [www.canalrural.com.br/noticias/guias-e-servicos/bicudo-do-algodoeiro-saiba-tudo-sobre-inseto-melhores-formas-controle-praga-9446](http://www.canalrural.com.br/noticias/guias-e-servicos/bicudo-do-algodoeiro-saiba-tudo-sobre-inseto-melhores-formas-controle-praga-9446). Acesso a 1h:48min do dia 27 de julho de 2015.

algodão: na mesorregião do Sertão o decréscimo foi de 99,8%, seguida da mesorregião da Borborema de 97,6%.

### **3.4.2 O tempo da luta rumo ao território da esperança**

O estopim que acarretou o início da luta pelo assentamento vazante partiu de possíveis comentários de que o proprietário Tercílio Cruz iria vender a terra para o Fazendeiro Humberto Soares de Oliveira. Os agricultores arrendados, temendo a veracidade dos boatos e falácias que circulavam entre o povo, logo se mobilizaram. Foram realizadas reuniões com intuito de discutir as consequências possíveis no caso da venda da terra ser concretizada. Os trabalhadores temiam que com a venda, a terra passasse a ser usada exclusivamente para a pecuária, tornando-se terra de criação em contraposição à terra de trabalho. Nesse contexto inicial, a Comissão Pastoral da Terra e o Padre Luigie Pescarmona foram essenciais no direcionamento da luta, desde o início até o seu fim, se constituindo, dessa forma, em principal apoio. Segundo Filippi (2005),

A CPT é um serviço dedicada à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil, que colabora diretamente com as iniciativas da igreja cristão, acompanhando a organização das lutas e prestando assessoria pastoral, teológica, jurídica política e sociológica (FILIPPI, 2005, p. 111)

A CPT foi criada em 1974-1975, período de vultosas contestações da população ao autoritarismo do Golpe Militar, que impusera fortes repressões aos líderes e os movimentos esquerdistas opositores a este sistema. Tal setor religioso nasce/cresce com a necessidade da Igreja Católica rever seu trabalho religioso e reorientar seu papel evangelizador no que tange as causas dos mais pobres. Desde a sua criação, a entidade e seus desmembramentos religioso fora importantíssima para as comunidades indígenas e os trabalhadores rurais em seus diversos seguimentos em relação às lutas pela terra no campo.

A CPT deveria articula, assessorar e dinamiza os trabalhos que realizavam em favor dos camponeses e, mais amplamente, deveria as igrejas locais assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses em seu planejamento pastoral. Com isso, a CPT se propôs o isolamento dos agentes da pastoral, criando espaços para trocar experiências para aprofundar os conhecimentos da realidade, qualificar os trabalhos da pastoral da terra e refletir sobre o sentido teológico desse engajamento na defesa e promoção dos direitos dos camponeses (POLETTI ET.AL., 2010, p. 147).

Os trabalhadores que iam à Pastoral Rural<sup>11</sup>, lá contava que não tinham terra, trabalhavam de forma arrendada e o dono ia vender a propriedade. Então, num futuro próximo, eles ficariam sem um lugar para trabalhar. Inicialmente, a equipe da pastoral orientou-os a conversarem com Tercílio Cruz. Diziam assim, “vá lá! converse com ele, negocie, se ele ceder” (Sra. Maria do Carmo). Assim orientados, quatro trabalhadores (João Felício, José Maia, José Dantas, Tarcísio Felix) se organizaram e foram falar com Tercílio Cruz, que morava e trabalhava na Capital do Estado - João Pessoa -, vislumbrando a possibilidade de comprarem a terra a partir do Plano de Reforma Agrária, via o INCRA.

O então proprietário afirmou, perante o pequeno grupo de agricultores, que não ia desfazer-se da propriedade. Segundo os entrevistados (João Felício, Maria do Carmo, Maria Benedita), Tercílio Cruz teria respondido dessa forma, “o INCRA não compra terra minha não, uma porque eu não quero vender e outra porque o INCRA só compra terra quando morre 10, 12 pessoa na bala... quando o INCRA viessem comprar a terra já tinha mais de dez”. Para muitos dos trabalhadores que mantinham relação contratual, tal resposta sinalizava que o proprietário não queria ou não pretendia vender a terra ao INCRA, o que foi confirmado pouco tempo depois – final de ano de 1984 e início de 1985 -, quando a propriedade foi vendida para o fazendeiro Humberto Soares de Oliveira.

Em muitas situações, a sujeição é inevitável diante da sobrepujança do capital restrito ao patronato agrário (fazendeiros, empresários, industriais e etc.). Consoante Oliveira (2007) despontam-se duas características inerentes a terra vista enquanto um produto do capital. A primeira, no modo de produção capitalista, a terra representa um meio de produção específico, se trata de uma reserva econômica, de uma mercadoria que tem um preço e que pode ser pago por ela. A segunda, a renda da terra pode ser extraída por meio do aluguel ou pela comercialização. Enquanto um meio de produção, a terra permite, portanto, à retirada da mais-valia subtraída no pagamento pelo seu uso, caso do arrendamento ou venda.

A comercialização da terra não só significa a existência/apropriação do capital no campo, mas também, um adiantamento do que vinha a ser a classe detentora da propriedade privada e dos possíveis condicionantes da miséria e pobreza no campo. Sendo assim, tal problemática aplica-se ao contexto da vazante.

---

<sup>11</sup> A fundação da Pastoral Rural tinha como intenção desenvolver um trabalho voltado as questões sociais, inclusive à expulsão/expropriação dos camponeses das terras dos fazendeiros. Isso gerou um diálogo entre o clero vinculado à teologia da libertação e os camponeses sem-terra, sendo a cede de discursões em Guarabira. A Pastoral Rural permaneceu de 1981 a 1983, pois, neste ultimo ano, houve a substituição do nome local de pastoral rural e para o nome CPT (PAIVA NETO, 2005).



Uma vez comprada a terra, o seu novo proprietário, Humberto Soares não mais alugaria, nem proporia outras combinações (parceria, meia, foreiro, entre outros seguimentos) de exploração de suas terras aos trabalhadores que eram arrendatários. Humberto não pretendia manter as antigas relações de trabalho - arrendamento da terra aos agricultores -, pois tinha como objetivo, desenvolver a pecuária, com criação de gado.

De acordo com a Sra. Maria do Carmo, foi aí que começou o tempo do cativo, como ele bem afirma em suas palavras: “a gente não tinha mais direito nenhum de trabalhar na terra, nem pagando o foro, ele não queria pobre trabalhando na terra”. É ainda a Sra. Maria do Carmo que explica o sentido da palavra “Cativeiro”:

No meu entendimento, é que tira toda liberdade de um ser humano sobreviver, né? Porque, a gente sabe que a terra é nossa mãe, é dela que a gente tira nosso sustento, é dela que a gente vive. E na hora que ele entrou, pronto, a gente não tinha mais essa terra para trabalhar, e aí, como é que a gente ia viver? Como a gente não tinha nenhuma outra profissão, não era médico, não um era, na época, professor, não era nada... Era só... nada no sentido de que num tinha outras profissão. A profissão que agente sabia era trabalhar na agricultura. Depois foi que eu estudei, mim formei [...] (Sra. Maria do Carmo)

A situação a qual se encontravam, substancialmente, exprime o sentimento de injustiça vivido por eles, uma vez que labutavam naquelas terras há tanto tempo, desde o seus pais e avós. O termo cativo refere-se ao fato de terem sido privados de cultivar aquele solo, de não terem mais permissão de trabalhar na terra. “Era negar todos os nossos direitos de trabalhador. E quando você é negado de seus direitos você passa ser um cativo daquela situação” (Sra. Maria do Carmo). A percepção das famílias sobre os direitos negados não estava além de sua compreensão comum de camponês.

Mesmo sem permissão, os trabalhadores objetivavam entrar na manga dos futuros roçados. O Sr. João Felício fala que, a manga de terra era o nome dada à área a qual iria ser feita os roçados das famílias. Ali, eles trabalhavam durante o período de preparação até a colheita da produção agrícola (Sr. João Felício).

A notícia que a terra tinha sido vendida tornava-se um infortuno na vida desses trabalhadores. Então, José Dantas - mais conhecido por Zé Dantas - e sua família -, excluídos nesse processo, assume a função de liderar o movimento. Sob a influência do padre Luigie

Pescarmona<sup>12</sup> e da equipe da CPT (Comissão Pastoral da Terra), as famílias passam a fazer reuniões com o objetivo de discutir a situação ali posta. Conforme os entrevistados (Maria Benedita, Maria do Carmo, João Felício), Zé Dantas surge como o principal líder, de modo que, ao longo da luta-e-conquista, ele vai se tornando uma figura emblemática.

No início do ano de 1985, os trabalhadores arrendatários que participavam das referidas reuniões decidiram por entrar na terra para plantarem logo os seus roçados, sem a permissão do atual dono Humberto Soares. Para isso ser concretizado, todavia, algumas pessoas que estavam à frente dessa decisão, organizados em um grupo, primeiro, foram nas casas dos chefe-de-famílias que também usufruíam daquelas terras, fazendo um levantamento de quantas eram a fim de convencê-los a fazer o mesmo. Havia mais de 60 chefes-de-famílias.

Em abril do mesmo ano (1985), quando começaram a cair às primeiras chuvas, foi organizado o primeiro o mutirão – homens, mulheres e crianças - com pessoas de diferentes lugares (Braga, Cachoeirinha, Chanco, Tapuio) e com os moradores da Fazenda Vazante para ocuparem determinada área da propriedade, onde seriam os roçados. Das 60 famílias que trabalhavam ali na condição de foreiras ou morador, contudo, só compareceram de fato 45 chefes-de-famílias, uns estavam a sós e outros com as esposas e filhos. Além destes, havia também outros que participaram do mutirão apenas para reforça a causa desses trabalhadores.

O dia que o mutirão ocupou parte da terra e semeou-lhe os roçados, como fazia todos os anos, foi marcado pelo confronto direto dos trabalhadores ex-arrendados com o dono da propriedade. O entrevistado Sr. João Felício fala que, eles plantaram de manhã e, à tarde, o vaqueiro colou o gado, o qual foi retirado da área cultivada, pelos trabalhadores, tornando explicito o conflito. Embora Humberto Soares não estivesse cotidianamente presente no território em disputa, os seus subordinados, o administrador e o vaqueiro recebiam ordens para contornar a situação, utilizando inclusive de vários meios de repressão aos lavradores. Como bem lembra Sra. Maria do Carmo.

aí começou a luta. Os trabalhadores já se organizavam para construir algumas casinhas, só umas choupanas mesmo. Ele – Humberto Soares - vinha com o trator e derrubava tudo, se batia alguns tijolos, ia e passava com trator por cima, destruía tudo”. Houve a necessidade de construir habitações

---

<sup>12</sup> Segundo Paiva Neto (2005). O padre Luigie Pescarmona de origem italiana, influenciado pela Teologia da Libertação, foi um defensor das causas sociais, principalmente, nos conflitos pela terra em partes da mesorregião do Brejo e Agreste da Paraíba. Nascido na cidade de Canale d’Alba -Norte da Itália, veio ao Brasil em 1966 sob convencimento de um bispo de Teófilo Otoni (MG). Depois veio para cidade Guarabira (PB) realizar o seu trabalho. Saber mais; ler o artigo escrito por Francisco Fagundes de Paiva Neto, A igreja e a reforma agrária no brejo paraibano (Década de 1980-1990).

para as pessoas que vinham de outros lugares, as choupanas, que era uma casa improvisada, simples e pequena (4m<sup>2</sup> - quatro metros quadrado), feita de taipo, palha de coco, de pendão de agave e lonas. Havia umas que se dividiam em dois cômodos e outras em um só. Algumas dessas casas chegaram a abrigar famílias com dez pessoas. Certas famílias chegaram a morar nessas habitações de 3 (três ) a 5 (cinco) anos (Sra. Maria do Carmo).

As choupanas, quase sempre, eram construídas nos lugares seriam os futuros lotes dos chefes-de-famílias. À falta de condição socioeconômica dos grupos familiares, estava estampada na precariedade das casas. Mas, de todo modo, as cabanas feitas pelos indivíduos nada mais era do que uma das formas adotadas pelos trabalhadores para lutar e resistir, uma vez que as ameaças do patrão implicavam tanto no encorajamento do grupo quanto na conquista da terra. Os embates entre lavradores e patrão se prolongaram, pois, o segundo mutirão também é desenrolado em meio às intimidações aos trabalhadores sem terra.

As ameaças vinha do vaqueiro, que ele trazia recado do patrão, que aqui, ninguém ia trabalhar, ia matar... não ia sair ninguém vivo, que a gente tinha que desocupar a terra... É mandado do patrão, “amanhã eu quero chegar aqui e não encontra mais ninguém”. Era um mandado e umas ameaças (entrevistada, bebé). Se fizéssemos uma cerca eles derrubava abaixo, eles não deixava agente criar nada (João Felício)

Como bem realça Fernandes (1994, p. 47), “a luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia-a-dia pelos trabalhadores sem terra”. Os momentos de tensões e medos faziam parte da luta. O sentimento de melhorar de vida em meio ao estado de pobreza na época, também significava romper com as amarras do patrão e a sujeição a terra. A rejeição as imposições se fazia presente no discurso dos trabalhadores rurais da fazenda vazante.

Dali nos ia tirar nosso sustento, nossas crianças eram muito pequenas...e nos precisava. Meu pai era agricultor, meu marido também, nos dizia isso nas conversas, pro patrão, pras autoridades. Nos não vamos abrir mão, porque nos tem as nossas famílias e não queremos ver nossas famílias se prostituírem nas ruas, agente vai pra onde, sem terra a gente não sobrevive, a gente não tinha como sair da terra, dos nossos costumes, da nossa origem para outro lugar totalmente diferente e ameaçador (Sra. Maria do Carmo).

A ocupação da área não só marcou o retorno a terra para estas famílias agricultoras, mas também, foi o ponto de partida para novas experiências de resistência vivenciadas por esses sujeitos em contraposição a negação da terra feita por Humberto Soares. Os mutirões

foram importantíssimos para ocupar e trabalhar na terra. A maioria das famílias agia de maneira coletiva, se encarregavam de levar algum tipo de suprimento alimentício para abastecer o grupo. “Cada um trazia um punhadim de farinha, de feijão... quando juntava os feijões, ficava tudo colorido. Era muito feijões... Aí botava no fogo e comia com farinha. O que a gente comia mermo era com a farinha, as vezes tinha uma misturinha... se arrumasse” (Maria do Carmo).

Nessa época, os agricultores trabalhavam de forma comunitária. Isso durou muito tempo. O terreno ocupado era repartido em pequenos lotes de terra e, o grupo, coletivamente, ia decidindo a quem cada lote pertenceria, e, assim, a área era toda dividida para fazer os roçados. Nos roçados, onde uns optavam por plantarem milho, outros plantavam feijão, além da fava, bem como outras culturas – estes produtos agrícolas estavam, quase sempre, presentes nos roçados de cada família – seu trabalho e rendimento produtivo cabia ao grupo família, isto é, cada qual tinha sua plantação e dela cuidava e tirava o sustento alimentar.

Já os roçados de roças ou de mandiocas era um caso à parte, porque neles o trabalho se fazia de forma coletiva, onde todas as famílias da área ocupada deveriam trabalhar juntas no mesmo roçado, obedecendo as seguintes etapas:

- 1º etapa: preparação do solo e plantio;
- 2º etapa: tratamento e limpa;
- 3º etapa: a colheita.

A divisão da safra acontecia a partir de um ciclo de exploração da mandioca, sendo da seguinte maneira: uma família arrancava dez (10) cargas<sup>13</sup> de mandioca, na sequência, outro arrancava mais dez, logo o seguinte explorava do mesmo tanto, até chegar a última família, e começar tudo de novo. A produção da roça era dividida entre os trabalhadores. Segundo a Sra. Maria Benedita, houve um período que eles passavam seis meses fazendo farinhada. Na semana, eram dedicados três (3) dias de serviços para trabalhar na roça.

O trabalho comunitário fortalecia a identificação dos trabalhadores com a luta pela terra. “O dia era maravilhoso, no instante se passava, era maravilhoso, todo mundo tranquilo, todo feliz, uma cantava, outro sorria, outro brincava, quando a gente pensava que era 12h:00

---

<sup>13</sup> As cargas de mandiocas eram transportadas no lombo dos jumentos (asnos), em dois cassuaz, que são dois balaios de cipós (cesto grande), um em cada lado na cangaia na costa do animal, carregadas dos roçados de roças para as Casas de Farinhadas, lugar onde ocorria o processo de transformação da mandioca em farinha – as casa de farinha não funciona mais hoje no assentamento. Uma carga de mandioca, nesse tempo, equivalia a 200 quilos de mandioca em estado *inatura*. As dez cargas rendiam em média 6 a 7 sacas de farinha de mandioca – cada saca pesava 50 quilos.

(doze) horas, era 4:00 (quatro) hora” (Maria Benedita, 73 anos, casada, analfabeta). Era necessário todos caminharem juntos. Parte dos pais de famílias trazia toda a prole para o lugar de trabalho comunitário. Enquanto os pais labutavam a terra, os filhos menores ficavam aos cuidados de duas ou três mulheres lá no galpão da fazenda, onde as mesmas também se encarregavam de cozinhar a comida. Cada dia um novo grupo de mulheres assumia essas responsabilidades.

Os pai-de-famílias que tinham filhos já com idade maior do que seis (6) anos os levavam para ajudarem nas tarefas de menor desgaste físico e naquelas que eles pudessem realizá-las. Uma desses trabalhos era semear o buraco das covas de roça com manivas de mandioca. Os informantes explicaram que maniva é um pedaço cortado do caule da mandioca, em um tamanho médio de 7 a 10 cm de comprimento, sendo esta a parte enterrada da planta na terra, onde ela germina conforme o tempo de germinação no solo e logo cresce.

A rotina do dia de trabalho na terra ocupada iniciava as 5h:00 horas da manhã, quando as famílias se reuniam e fazia o planejamento e a divisão das tarefas para aquele dia. Isso acontecia, quase sempre, nos dias dedicados coletivamente a roça - cultivo, limpa ou colheita etc... Uma parte dos trabalhadores designava-se aos roçados e outra se encarregava de fazer a comida e cuidar das crianças, tarefa esta geralmente a cargo das mulheres. No entanto, sabe-se que existia um número significativo de mulheres que participavam diretamente nos trabalhos diários realizados nas lavouras.

Além dessas formas de trabalho, também acontecia às trocas de dias de serviço entre eles, isso é, um grupo se organizava para dedicar o trabalho no roçado de uma das famílias ocupantes. Já no outro dia, o mesmo grupo passaria a trabalhar no roçado de outro e, assim, as troca de favores (dias) ocorriam rotineiramente.

Os serviços na lavoura prolongavam-se durante a manhã toda, às 12h: horas os trabalhadores davam uma parada para almoçar. Depois, por volta das 13h: hora ou mais, retornavam novamente ao roçado e isso ia até à tardinha, lá para 17h: horas da tarde. As famílias passavam o dia todo na área ocupada, seja trabalhando na roça ou em seus roçados, ao fim da tarde, todos voltavam para suas casas.

A vida não foi fácil durante o período de ocupação. A pobreza e falta de comida era uma realidade nua e crua, sem falar nas intimidações. A equipe da Comissão Pastoral da Terra e o padre Luigie Pescarmona foram fundamentais no suporte dessas famílias, ajudando com sextas básica duas vezes ao mês para amenizar a fome, além de contribuir no sentido de politizar e conscientizar os trabalhadores sobre a questão da terra enquanto um bem comum a

todos. Nesse contexto, o trabalho religioso não apenas orientava e direcionava o movimento em termos burocráticos, quando ia para as reuniões no INCRA, mas também semeava uma palavra de esperança e de incentivo.

As comunidades que também estava em conflito pela terra, na época, Baxío e Valério de baixo no Município de Araruna (hoje se localizam no Riachão), também contribuíram relevantemente para a luta na Vazante, principalmente, quando o conflito se intensificava. Ao contrário de outras comunidades, inclusive as de o município de bananeiras, que apareceram apenas para visitar o acampamento, o Valério de Baixo e Baxío participaram diretamente do conflito por meio dos mutirões, especialmente, quando a situação tornava-se mais pesada, ocasião em que, qualquer movimento estranho gerava medo entre os trabalhadores.

Como afirma o entrevistado João Felício, “até se quando passava um avião, as pessoas já tinham medo, já pensava que era um avião que ia jogar um bomba neste lugar”. Muitas pessoas que não tinha interesse na terra ajudaram bastantes, caso da advogada Isabel - defendia o direito dos talhadores rurais - de Guarabira. Ela acompanhava o padre Luigie Pescarmona. O sindicato de trabalhadores rurais de Tacima, homens, como Manoel Joaquim e Luis Pedro, Luis de vadivino e outros estiveram na luta até a conquista da terra.

As reuniões com já foi citado no início, sob a liderança de padre Luigie Pescarmona e Zé Dantas, aconteciam constantemente. No início da história de luta dos trabalhadores da vazante, as reuniões aconteciam em qualquer lugar, de debaixo de um pé de juá, do lado de uma cerca, numa casa de farinha e etc. O líder da comunidade, Zé Dantas, reunia todos para discutir finalidades diversas, pois, analisava como foi o dia de hoje, se foi bom ou ruim, como seria amanhã, se poderia melhorar alguma coisa. A união era a marca do grupo. As ações eram norteadas a partir das reuniões.

No entanto, quando as necessidades estavam acima da solução da liderança e do grupo, o próprio Zé Dantas recorria ao padre Luigie Pescarmona. Consoante Maria Benedita, no momento que “acontecia um negócio meio pesado ia a ele, e, ele buscava o padre Luigie, se caso precisasse de um advogado, um negócio qualquer, ele buscava”. Quando havia reuniões em João Pessoa, era eleita uma equipe para ir. Havia um rodizio entre os trabalhadores, para cada encontro, eram delegadas duas ou três pessoas. Com exceção de Zé Dantas, que estava em todos os encontros, padre Luigie levava sempre uma comissão diferente. As Assembleias em Guarabira aconteciam da mesma forma.

A luta não foi fácil, passou-se dois anos até terem um sinal de esperança. Em 27 de abril de 1987, a terra é desapropriada e incluída no Plano Nacional de Reforma Agrária,

Governo Sarney, segundo o jornal da CUT-PB (Central Única de Trabalhadores). Humberto Soares de Oliveira entrou com uma ação na justiça, com uma petição de reintegração de posse do imóvel rural, porém, o governo não aceitou o pedido e deu ganho de causa para as 42 duas famílias de trabalhadores da Fazenda Vazante (Jornal da CUT-PB, 1988).

O conflito intensificou-se à medida que o processo estava em andamento e nada acontecia. Então, os trabalhadores resolveram no dia 05 de dezembro de 1988 se dirigir para o galpão encostado à casa da fazenda, chamada “casa grande”. Os entrevistados relatam que, por volta das 11:00 horas da manhã, dia 06 de dezembro de 1988, as 42 famílias se alojaram no referido galpão, trazendo consigo, jarras com água, panelas e comidas. O grupo permaneceria ali até que o MIRAD (Ministério de Reformas e Desenvolvimento Agrário) tomasse um posicionamento sério, seguindo a determinação da justiça e realizasse a emissão de posse das 533 hectares de terra que havia sido desapropriada há mais de 2 (dois) anos atrás.

Em resposta, o proprietário da fazenda Vazante, investiu de forma violenta contra os trabalhadores. Segundo os informantes, aproximadamente as 13:00 horas da tarde, a serviço de Humberto Soares, um Capitão reformado da polícia, Tomas Pantá da Silva e uns três capangas, todos de João Pessoa, começaram a ameaçar o grupo, sem poupar crianças e nem mulheres. Assim relata a entrevistada Sra. Maria do Carmo: “nós fomos agredidos. Eles armados, outros embriagados, bêbados atirando pra cima, nos telhados. (Figuras 1 e 2) No galpão tem uns quartinhos, onde as redes estavam armadas, tinha crianças, tinha jovens, tinha todo mundo”. A milícia chamava palavrões e ordenava que se os posseiros não desocupassem o local, seriam mortos, pois, esta era o mandado do patrão.



Figura 1. Fonte: Jornal Correio. Galpão da Fazenda Vazante 1988.



Figura 2. Fonte: arquivo pessoal, 2015. Galpão da Fazenda Vazante.

Os trabalhadores, mesmo aterrorizados com a situação, decidiram resistir aos atos truculentos do Capitão Pantá e dos capangas, que atiraram nas panelas, paredes, nos tambores com água e em direção as pessoas. Nessa ação autorizada por Humberto, foram disparados, segundo as declarações dos trabalhadores ao presidente da CUT-PB, José Raimundo de Andrade, mais de 100 tiros de espingarda calibre 12 e revólveres calibre 38 (Maria do Carmo, Maria Benedita e João Felício). As famílias só puderam sair dali ao anoitecer, como bem lembra a entrevistada Maria do Carmo, as 6:00 horas da noite, “na escuridão, não tinha mais energia nessas alturas, já tinha cortado. Era pra sair e não olhar nem pra trás”.

A situação foi de tamanha selvageria, ao ponto de serem noticiados em certos meios informativos da época. Alguns agricultores procuraram a CUT-PB e a redação do CORREIO DA PARAÍBA – o caso foi noticiado também em O NORTE-PB e DIÁRIO DA BORBOREMA (Jornais importantes da época) – que, por sua vez, trataram o fato com bastante ênfase (figuras 3,4,5,6,7,8 dos jornais da época). Isso é descrito numa passagem de texto do jornal da CUT-PB (1988) e do Correio da Paraíba (1988);

Diz um trecho do documento entregue ao delegado do Mirad e ao secretário de Segurança Pública que, passado alguns minutos os pistoleiros voltaram atirar, ocasião em que um trabalhador foi ferido no pescoço. Ao verem o posseiro ferido, os capangas cortaram as redes e sumiram com elas, quebraram e destruíram panelas, pratos e cortaram a energia (CUT-PB, 07 de Dezembro de 1988), (CORREIO DA PARAÍBA, 08 de Dezembro de 1988).

#### FOTO DOS JORNAIS



Figura 3. Fonte: Jornal Correio da Paraíba, 1988.



Figura 4. Fonte: Jornal Correio da Paraíba, 1988.



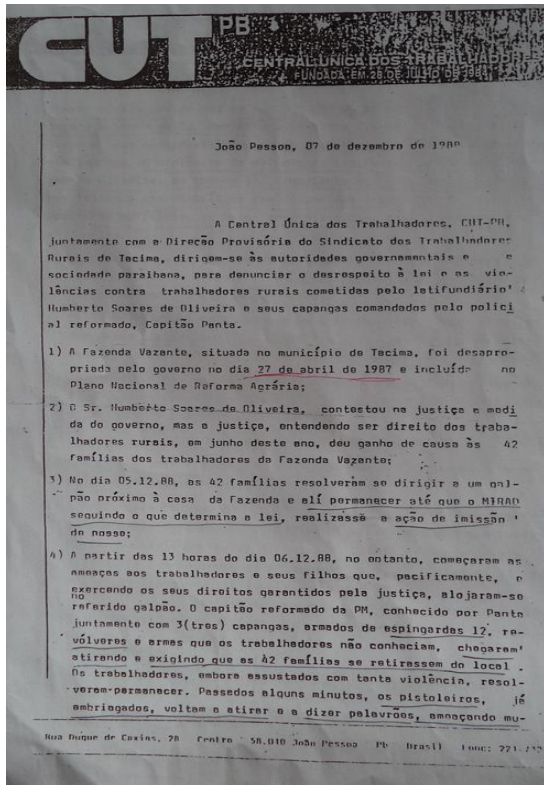


Figura 5. Fonte: Centra Única dos Trabalhadores (CUT), 1988.

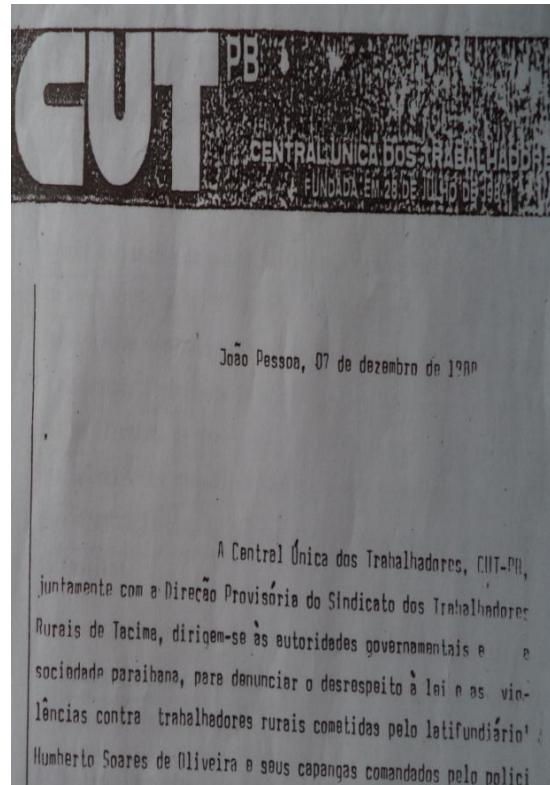


Figura 6. Fonte: Centra Única dos Trabalhadores (CUT), 1988.

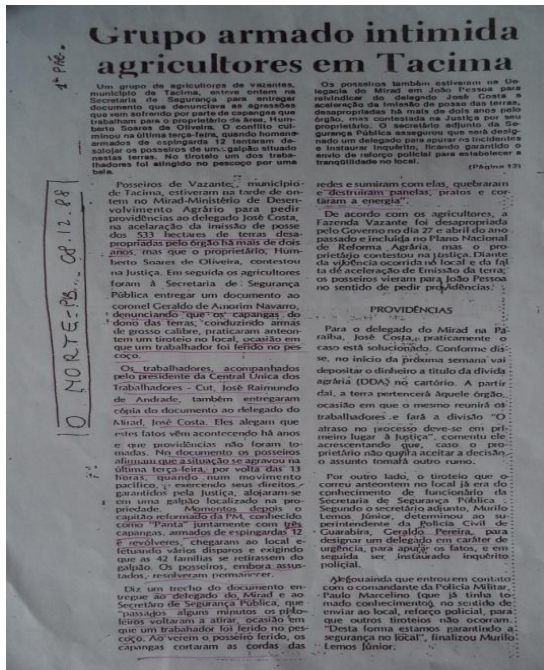


Figura 7. Fonte: O NORTE-PB, 1988.



Figura 8. Fonte: Diário da BORBOREMA, 1988.

O dia em que ocuparam o galpão não foi fácil para nenhuma das famílias. Se por um lado, as cenas de tensão e medo foram marcantes naquele momento, por outro, isso se mostrou como prova de fogo para manter o companheirismo do grupo e confirmou sua determinação pela aquela terra. Ao recorremos as memórias de alguns trabalhadores que

estavam na luta, foi possível, pode-se dizer assim, ter clareza de um sentimento coletivo de todos, sem aversão ao que poderia vir a acontecer. Consoante Maria do Carmo, “é um sentimento muito forte... é um sentimento de você está ali, de viver ou morrer”.

É importante enfatizar que o motivo maior, que levou essas famílias a se arriscarem tanto, estava relacionado ao desejo de voltar a terra e romper com as amarras reproduzidas pelo patronato rural no campo. A ocupação do galpão segundo a entrevistada Sra. Maria do Carmo, mesmo seguido de medo, foi em defesa da sobrevivência da própria família e de todos os trabalhadores. A compreensão de pensar mais no outro do que em si próprio com foi enfatizado, se fez pelo “sentimento de ajudar a garantir o pão na mesa daqueles trabalhos sofridos, carentes, sem comida”.

Nesse processo, o discurso religioso muito contribuiu para o entendimento de que a terra, sendo dom de Deus, não podia ser “escravizada” por uns pouco, não podendo, portanto, ser alugada ou vendida, mas ocupada por quem trabalha. Fundamentada nos preceitos bíblicos, “desenvolve-se a contribuição resgatada muitas vezes da própria religiosidade dos envolvidos, no ideário da justiça divina e igualdade entre o homens “filhos de Deus” (CURADO, 2006, p.16). Tal discurso circulava nos momentos das reuniões, sobretudo com a presença do padre Pescarmona e também nas letras de alguns hinos religiosos bastante cantados pelos trabalhadores, a exemplo da letra abaixo transcrita:

O dono da terra é Jesus,  
nos somos o seu morador,  
enquanto a gente viver, vamos precisar da terra,  
Jesus não vendeu a terra e nem alugou,  
mas deixou a terra pro trabalhador (Maria do Carmo)

Depois do acontecido no galpão, um grupo com cinco trabalhadores, entre os quais estavam os feridos, encarregaram-se de ir ao INCRA-PB em João Pessoa denunciar à violência sofrida às autoridades públicas e aos meios jornalísticos, que foram citados anteriormente. Os trabalhadores bem articulados, orientados por José Raimundo de Andrade, foram direto ao secretário de Segurança Pública Geraldo Navarro e ao delegado do MIRAD na Paraíba, José Costa, exigindo que eles tomassem ligeiras providências em relação aos fatos ocorridos, para que, tal situação não viesse mais a ocorrer.

Na entrevista cedida ao Correio-PB (1988), José Costa tratou de dar uma resposta às famílias agredidas. De maneira comedida, ele informou que o caso da Fazenda Vazante logo estaria sendo resolvido, visto que, recursos financeiros de Cz\$ 9 milhões estavam autorizados à compra da propriedade. Desde já, foram direcionados Cz\$ 8 milhões de Cruzeiros ao

ressarcimento do título da Dívida Agrária e Cz\$ 1 milhão compensado as benfeitorias. Já, em relação às ações truculentas surgidas lá no galpão, tendo em vista o conteúdo do jornal O NORTE-PB foi designado as cabíveis providências a Geraldo Pereira, superintendente da Polícia Civil de Guarabira, para que o mesmo enviasse um delegado para investigar os fatos.

O processo desapropriação caminhava na justiça, marcado por avanços e retrocessos, já que Humberto Soares sempre recorria das decisões judiciais, com vista aos embaraços judiciais, o que representava empecilho para os camponeses, o que está relacionado ao fato de termos uma propriedade privada garantida por uma justiça ligada aos interesses patronais. Os “juízes se quer averiguam o comprimento dos demais elementos que englobam o conceito de função social” (RODRIGUES, ET.AL., 2016, p. 104-105) da terra, no que tange questões e trabalhistas e ambientais, em que poderia dar outro rumo as decisões jurídicas infligidas a declaração de legitimidade da propriedade da terra produtiva.

Além dos entraves no campo judicial, as famílias não tinham nenhum direito de trabalhar na propriedade, só utilizavam apenas uma pequena área ocupada. Enquanto isso, como havia sido compelido a Geraldo Pereira, em decorrência da intensificação do conflito, foi mandada uma tropa policial para manter a ordem e assegurar a segurança dos trabalhadores atacados por Capitão Pantá e os capangas. Porém, ocorreu uma situação um tanto emblemática em relação ao comportamento desses agentes. Em vez de proteger, os mesmos entraram em desacordo com trabalhadores, a ponto de confrontá-los.

Em uma das investidas policial, chegou a ir para vazante uma faixa de 36 (trinta seis) policiais do batalhão de Guarabira. Esse foi um dia tenso. A Sra. Maria Benedita relembra este momento com clareza, ela própria foi vítima de abuso de poder do comandante, ao mesmo tempo em que protagonizou uma das cenas de resistência perante a presença de todos.

Um capitão de Guarabira empurrou uma doze (arma de fogo de calibre 12) aqui no pescoço, querendo mi infoica, e disse pra eu num falar [...], você veio aqui vê o que? Se eu num falar, o que você vai dizer lá pro seu chefe [...], então eu falo, eu pranto, eu colho, eu vou viver aqui, porque foi daqui, foi da terra que eu quero tirar o sustento pra mim, pra minha família e pra vocês, se eu num prantar na terra vocês não come (Maria Benedita).

Houve outras idas da brigada policial ao local em disputa. Uns 15 homens fizeram umas barracas próximo a uma das estradas que davam acesso a Fazenda Vazante e acamparam lá por mais de 30 (trinta) dias. As ocasiões quando tendiam a ficarem mais pesadas, então, como uma das estratégias adotados nas reuniões, todos os homens dirigiam-se para mata ao lado, na parte mais alta da serra, lá se escondiam até a situação de tensão entre

os grupos. A fuga dos sujeitos masculinos, sua debandada para a mata, poderia ser mal interpretada, no entanto, segundo os informantes, trata-se de uma estratégia de defesa, como fica claro no relato da Sra. Maria Benedita:

Consoante a entrevistada, o homem é mai fácil de apanhar, né? O policial tem direito, se o homem falar alguma besteira, tem o direito de dar uma lamborada. E na mulher pra eles dá, aí já pensa. Na mulher eles num ia bater. A gente tinha a estratégia da gente, quando a gente via que ia pesar, os homens tirava tudo de fininho, já era tudo bem pranejadozim nas reuniões (Maria Benedita).

Como a apropriação da terra de forma legal ainda não tinha sido resolvida, os momentos de enfrentamento aconteciam sempre. A relação com Pantá que continuava a *infernizar* a vida dos trabalhadores, não se dava de maneira flexível e muito menos amigável. O Capitão Pantá, sempre que queria conversar com os trabalhadores, mandava avisar antes, tendo em vista se reunir com todos. As coisas não se desenrolavam de maneira pacífica, o rebuliço e o desentendimento por parte de ambos os lados tomava conta do local.

Mesmo sem haver nenhuma violência física causada pelo grupo miliciano que andava armados com rifles, revolver calibre 38, espingarda etc., as ameaças eram constantes, por ora, tinha-se em mente intimidar as pessoas, mas, isso nunca foi possível. Os trabalhadores sem terra buscavam encarar os capangas através de sua coragem e pelo sonho de ter um pedaço de chão para viver de maneira autônoma. A união do grupo, a persistência no trabalho em refazer o que estava sendo destruído pelos capangas, o apoio de Luígie Pescarmona, a crença religiosa, as orações e a fé cristã, foram suporte e pontos de apoio, contribuindo para eles suportarem as situações mais difíceis e irem até o fim, todos de mãos dadas.

O capitão Pantá e os capangas passavam os dias uteis na vazante, de segunda-feira até a sexta-feira, todo final de semana (sábado e domingo), eles voltavam para João Pessoa. Ao observar essas viagens, Zé Dantas mais outros frenteiros<sup>14</sup> tratou de reunir o resto do pessoal com a proposta de pensar em novas estratégias que barrassem as ações do grupo de Pantá. Uma parte das pessoas apoiou Zé Dantas sem contestar os métodos que seriam utilizados, já a

---

<sup>14</sup> Os frenteiros compreendiam as pessoas que estavam à frente da luta pelas terras da Fazenda Vazante, sendo, portanto, os líderes principais, que apoiados pela CPT, tomavam as decisões cabíveis, adotavam as estratégias conforme o conflito se direcionava (quando a luta não avançava), bem como reunia o resto do pessoal (os indivíduos que participavam do conflito), articulando-os com novas formas de resistência contra as ações violentas do fazendeiro Humberto Soares.

outra parte, até apoiou a proposta, mas, com certas exigências, isto é, que não houvesse nenhuma forma de luta direta, sem brigas e luta armada.

Na área em que se localizava a Fazenda Vazante existiam três rotas de saída e entrada, taticamente, Zé Dantas fechou as três porteiras que dava acesso ao local com intuito de impedir a entrada de Pantá e dos capangas que possivelmente voltariam a terra em disputa fazia divisa com outras terras de Humberto Soares. Em cada porteira, foram colocadas placas na frente com o seguinte aviso “se entrar morre”. Além disso, Zé Dantas ainda trouxe alguns capangas armados de João Pessoa. De acordo com o entrevistado Sr. João Felício, esses sujeitos não passavam de cachaceiros.

Apesar de isso ter sido uma atitude arriscada, a mesma contribuiu para o fim da perseguição do Capitão Pantá. Ora, quando ele chegou a uma das entradas, logo viu o aviso, “se entra morre”. Ao ir em direção às outras duas, encontrou a mesma advertência. Isso durou uns quatro a cinco meses, até que Pantá e os pistoleiros voltaram de vez para João Pessoa.

A luta dos trabalhadores rurais da Fazenda Vazante não estava circunscrita apenas ao dono da terra Humberto Soares, ou ao Capitão Pantá e os capangas, mas também, a própria população que, apesar de estar no mesmo patamar socioeconômico, rejeitava-os e ignorava-os com pudor as ações dos trabalhadores. A falta de conhecimento e o preconceito andavam lado a lado na mentalidade de parte da população. As críticas eram severas, João Felício e Maria do Carmo relatam que o povo dizia assim, “lá vai os ladrões de terra, tomou a terra do patrão” - ainda não eram proprietário da terra. E, quando passavam no povoado Braga, logo comentavam uma com as outras, “Isso são uns besta”, não vão conseguir nada.

De todo modo, o agravamento do conflito implicou, por fim, na desistência de muita gente. Mas, mesmo assim, ainda havia um número considerável de pessoas. Com a posse definitiva da fazenda, foram necessários determinados critérios para definir quais seriam as famílias contempladas com um lote de terra. Consoante as falas dos entrevistados, o principal critério foi *à resistência do sujeito-trabalhador no conflito pela terra ao longo de toda a luta vivida*. A partir disso, foram sendo avaliados os posseiros que seriam beneficiados.

### **3.4.3 Construindo-se enquanto sujeitos assentados: embates e divisões internas**

A terceira e última fase da trajetória desses recém-assentados, teve início com a frase da Sra. Maria Benedita “não há vitória sem luta, fomos vitoriosos e não existe coisa melhor”. A história se narra agora sem os embates com Humberto Soares de Oliveira. A figura de José

Dantas, aqui reportado como Zé Danas ganhará maior destaque nesse contexto, suas ações levarão a conflitos internos do grupo e, com o tempo, provocará a sua saída.

De modo que, Neves (1999) já alertava em uma sua pesquisa “Assentamento rural: confluência de formas de inserção social”, o assentamento é entendido como uma unidade territorial, que se forma em lugares de reorganização das relações socioterritoriais, envolvendo a participação conjunta de órgãos do Estado e do grupo beneficiário. Assim, a conversão e posicionamento/mudanças de opiniões sobre situações as quais eram vista de forma unânimes entre o grupo, ou talvez, eram naturalizadas na vida social e, por bom senso, fora deixada de lado.

É o caso, por exemplo, da ênfase no sistema de parentesco e nas relações familiares ou vicinais, como se tais relações pudessem ser compreendidas pela excepcionalidade. É também o caso do distanciamento entre idealização e prática, como se o processo de assentamento representasse ou devesse representar uma suposta homogênea vontade política dos titulares do Estado (NEVES, 1999, p. 6-7).

Como já foi dito, Zé Dantas se tornou a principal liderança. Tudo era com ele e a parti dele, “eu que faço”, “eu que vou”, “eu que resolvo” (Maria Benedita, Maria do Carmo, João Felício). Após o acesso a terra, certas ações indesejadas - contrariava a união da comunidade - contribuíram para sua não aceitação no assentamento. Os interesses individualistas apareceram no tempo em que a terra ainda estava em disputa. Através de um projeto chamado “Padre Cícero”, foi comprado um gado comunitário para as famílias envolvidas na luta, contudo, Zé Dantas sob a alegação de que tinha sido ele o autor do projeto, comercializou três vacas e ficou com o dinheiro para si próprio.

Doravante aqueles embates, a terra agora era dos posseiros. O INCRA ainda não tinha feito à medição dos lotes, tampouco, sua distribuição. Porém, os trabalhadores decidiram entre eles repartir a propriedade, então, concedeu-se um pedaço de terra para cada família. A partir daí, Zé Dantas se tornará um líder ambicioso, tendo forte ligação com o INCRA-PB, além de já ter proximidade com Padre Luigie e a equipe da CPT. As ações dele e do grupo que o seguia, não foram vistas com bons olhos por parte da comunidade. Após um tempo, a maioria das pessoas passou a questionar os objetivos do então líder, como explica a Sra. Maria Benedita;

Quando ele quis dominar, aí o povo acharam por bem não aceitar, porque se a gente já tinha saído de um cabresto do latifúndio, porque é que a gente ia ser encabrestado por um líder da comunidade [...]. Ele queria dominar. Só

queria as coisas do jeito dele. Eu falei muitas vezes pra ele, Zé Dantas não pode ser dessa maneira, porque a gente não lutou por liberdade, porque é que hoje é que agente vai ficar privatizado?. Mas ele insistiu tanto com aquela teima que foi obrigado a sair. Ele se obrigou a sair, porque quando ele viu que não podia dominar, então, ele achou por bem sair fora (Sra. Maria Benedita).

A não aceitação de Zé Dantas se dava pela má liderança e má conduta no assentamento. Um dos exemplos citado foi o carro comprado para prestar serviço comunitário. Ele, enquanto presidente da comunidade, indicou alguns trabalhadores para pagar as prestações do automóvel, mas, na verdade, todos foram incluídos na dívida. Por essa e outras circunstância, parte da turma, irritados com suas as atitudes, em um momento infeliz, queimaram o veículo. O clima de mal-estar, o desgaste na relação, trabalhadores X Zé Dantas e familiares, cada vez se tornava insustentável mediante as situações cotidianas.

Em 1994 saiu os primeiros projetos com finalidades diversas. Os projetos foram direcionados a fazer cercas, construir reservatórios de água de pequeno a médio porte, comprar animais bovinos, entre outras coisas. As dificuldades vieram no momento de pagar esses subsídios governamentais, pois, sem condição de arcar com as dívidas, os trabalhadores ficaram inadimplentes com o Banco, sem condições de saldar as dívidas.

De acordo com a entrevistada Sra. Maria Benedita, todavia, Zé Dantas fora um homem astuto e bem inteligente, mas, o fato de ficarem endividados se deve a má administração dele. Ainda segundo a informante, o povo não tinha nenhuma formação e nem acesso à escolarização, leigos de formação, acabavam seguindo as orientações do líder, como o caso, na época, dos projetos a “fundo perdido”. Os entrevistados (Maria Benedita) nos esclareceram que fundo perdido referia-se a um dinheiro subsidiado pelo Estado para as famílias assentadas sem que haja, depois de certo prazo, a necessidade de devolução deste mesmo valor em dinheiro, ou até mais (em função dos juros), ao governo.

Os primeiros recursos liberados pelo INCRA, segundo Zé Dantas, era dinheiro subsidiado pelo Estado de um fundo perdido, por isso, ninguém estava obrigado a pagar esse dinheiro. Todos os trabalhadores poderiam gastar os benefícios do jeito que achassem melhor, já que era fundo perdido, não havia necessidade de pagar nada.

Os recursos foram bem vindos, parte dos assentados fez uso do dinheiro de forma inteligente, pois, fizeram cercas, compraram animais, buscaram gastar segundo as indicações do INCRA. Mas, nem todos pensaram assim. A outra parte gastou exageradamente, com bebidas alcólicas e mulheres, relembra a informante. A falta de escolaridade agravou os problemas, visto que os trabalhadores não procuraram e nem buscaram se informar da



papelada e dos documentos que explicavam a datas de pagamento dos projetos. Como não tinha sido pago nada ainda, depois de três (3) a quatro (4) anos de carência, começou a chegar cartas cobrando as parcelas, com os juros e correção do Banco do Nordeste.

No dia de pagar as parcelas, ninguém estava com dinheiro. Os juros acumulavam e o endividamento crescia. Algumas pessoas que fizeram empréstimos de R\$ 2.000 a R\$ 3.000 mil reais estavam com uma dívida final que podia chegar a R\$ 36.000 mil reais, dificultando a quitação plena dos débitos. Apenas no Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os assentados tiveram as dívidas anistiadas. Os empréstimos foram saldados por uma quantia simbólica, os mais endividados de R\$ 500 a R\$ 600 reais, os menos, na faixa de R\$ 300 reais.

Outro fato infeliz, partindo-se das divergências do grupo, foi à atitude de Zé Dantas de querer morar na “Casa sede” (figura 9) da antiga Fazenda Vazante – também chamada de casa grande pelas famílias assentadas. Os trabalhadores não concordaram com isso, aquele espaço já tinha sido escolhido para fazer as reuniões. Mas, ele disse, “eu que lutei por essa terra, que batalhei, então, tenho todo o direito de morar dentro da casa” (Maria do Carmo, Maria Benedita, João Felício). Ainda conseguiu morar na casa por cinco anos.



Figura 9: Fonte: Arquivo pessoal 2015. Casa Grande ou Casa Sede.

No assentamento residiam 36 famílias posseiras, no entanto Zé Dantas queria reduzir esse número para 10 ou 12 posseiros, sendo a maioria do seu grupo. Os outros indivíduos deveriam ser excluídos do direito a um lote. No entanto, parte do grupo se opôs a essa concepção. Como disse a Sra. Maria Benedita,

aqui, nos derramemos sangue juntos, nos derramemo suor junto, num interessa o que fulano vai fazer com o que é dele, o que interessa é que ele



lutou com a gente. Porque se nos fumo 36 (trinta e seis), no temos que entende que foi luta de 36 (trinta e seis), num foi luta de 10 (dez) ou 12 (doze) não. Porque ele queria fazer assim, minha família, ele mais duas (2) ou três (3) famílias e o resto saia fora (Maria Benedita).

A conquista da terra a qual vem sendo colocada pelos entrevistados se deu por meio da união dos trabalhadores, bem como pela sua persistência na luta. O conjunto dos trabalhadores e trabalhadores não ficou desolado e nem perdia a esperança mediante as ações barradas pela milícia de Humberto Soares. O grupo continuava a refazer tudo de novo. Porém, Zé Dantas não mais reconhecia os esforços feitos por cada trabalhador, ele passou a ignorar essas memórias. Para a Sra. Maria do Carmo “você pode ser o melhor líder, mas se não tiver a mente aberta pra saber que aquela ação não é só sua, é do coletivo, aí você se torna uma pessoa individualista”.

Isso resultou em divergências e discordâncias dos assentados, uns ficaram do lado da liderança, já outras, do lado dos opositores a essa ideia. Com um tempo, as mesmas pessoas que o acompanhavam romperam e deixaram de segui-lo. Dessa forma, Zé Dantas foi ficando isolado, na direção da associação da comunidade Vazante até sua saída, ou seja, em uma assembleia democrática para decidir o futuro dele e do assentamento, pela maioria dos votos, o mesmo foi deposto do cargo. Ao sair da terra, Zé Dantas ainda deixou um genro na casa grande, mas, o pessoal não aceitou e tomou medidas que o fez desistir de morar ali. Então ele acabou saindo também.

Em 1996 saiu outros projetos de financiamento – cada família assentada recebeu o mesmo valor - para construção de novas habitações, porém, os recursos não eram suficientes. O INCRA veio fazer a medição da propriedade para os loteamentos, dividindo a área total do assentamento em quatro partes: (1) loteamentos, (2) nucleação do povoado, (3) área de reserva ambiental e (4) o açude comunitário. Para o INCRA a terra era pequena, assim, ao subtrair as partes comunitárias, restou pouco espaço para os loteamentos. Diante disso foi decidido que o tamanho do lote dependeria do tamanho e das condições das famílias. Uma família com dez membros receberia um lote de 18 hectares; uma família com três membros ou de aposentados receberia um lote de 5 hectares. No geral o tamanho dos lotes varia de 5, 12, 15 a 18 hectares.

A pessoa que assumiu o lugar de Zé Dantas era uma mulher que fazia parte do grupo do mesmo até o momento de sua saída. Ela juntamente com outras pessoas que estavam à frente da nova direção da associação do Assentamento Vazante logo tratou de agir nas questões pendentes do assentamento. Todos os assentados estavam inadimplentes no Banco.

O próprio INCRA não acreditava mais na prestação de contas, isto é, a quitação dos subsídios emprestados pelo banco e nem as parcelas dos lotes.

O INCRA atentamente orientou-lhes e passou as devidas instruções de como os trabalhadores deveriam fazer as prestações de contas. Foi feito um acompanhamento de seis (6) meses para conhecer o trabalho das famílias nos lotes e, no fim, uma vistoria. Os resultados foram considerados satisfatórios dentro desse período de acompanhamento, as atividades agrícolas vinham sendo bem desenvolvidas. Como se falou anteriormente, às dívidas dos projetos foram quitadas, com exceção apenas da terra, que está para ser paga até os dias atuais. Em contrapartida, os títulos de direito legal dos lotes ainda não foram homologados para as famílias.

## 4 O ASSENTAMENTO VAZANTE: A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA

Neste III Capítulo abordaremos a realidade atual do Assentamento Vazante, percebido como “território de esperança” (MOREIRA; TARGINO, 2007). Buscaremos apresentá-lo em seus aspectos organizacionais, enfocando a presença do Estado e, sobretudo, as dificuldades e perspectivas dos assentados, aqui entendidos como “camponeses”.

O fato de o camponês acessar a terra não somente simboliza a vitória face às investidas do capital, como também compreende um esforço na perspectiva da construção de um lugar da de esperança, de uma nova vida, marcada por novas relações de trabalho, em que o mesmo espaço ganha outros arranjos, configurado a partir da dimensão do desejo, do sonho, perfazendo, portanto, um horizonte de novos projetos e conquistas. O fato das famílias assentadas ter um pedacinho de chão aponta a certeza de um “amanhã”, uma saída para se desenvolverem socialmente e economicamente *neste lugar*.

Ao se valem de trabalhos de Emília Moreira e Ivan Targino (2007), em que discutem o conceito de “território de esperança”, adquirimos compreensões fundamentais para desenvolver a pesquisa sobre o Assentamento Vazante. Nessa linha de raciocínio, primeiramente, coube pensarmos o que é o território de esperança? Porque território de esperança? Quando o conceito passa a fazer parte da vida dos trabalhadores rurais assentados? E como vai sendo tecido na vida das famílias posseiras do assentamento vazante?

De acordo com os autores supracitados, o território de esperança compreende um território inacabado, multável, passível de contradições e mudanças constantes, de progressos e retrocessos, de resultados satisfatórios e maus resultados. É um território em movimento, que passa por sucessivas experiências, por tempos diferentes e contínuos. Palavras como, resistência, persistência, esperança, utopia, marca a luta dos trabalhadores rurais contra o processo de expropriação patrocinada pela classe agrária dominante.

Tal território (o assentamento) ainda é tido como um futuro indefinido por não sabermos como será o amanhã dos camponeses a partir do território arranjado. De certo, não temos habilidade vidente, bola de cristal ou talismã com previsões exatas para falar com convicções se as coisas vão vingar ou não para as famílias que acabam de adquirir a terra... isso vem com o tempo. Ao futuro deste território, Moreira e Targino (2007) descreve que,

Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Territórios de esperança, Território de Solidariedade e

também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração (MOREIRA e TARGINO, 2007 *apud*, FREIRE ET.AL., p. 12<sup>15</sup>).

O ter a terra assinala o indicador da superação daquilo que antes era um território de exploração da força de trabalho e da terra, sendo agora compreendido como um território de desejo, passível de mudanças. De modo geral, “os assentamentos rurais representam, inicialmente, uma vitória dos trabalhadores que antes de possuir um pedaço de chão viviam submissos à figura do patrão através de diferentes relações de trabalho (meia, trabalho alugado, morador, arrendatário etc.)” (FRANÇA E SILVA, 2012, p. 13). Trata-se de sujeitos que, ao possuir este território, introduz novas relações de uso da terra.

O assentamento Vazante se encaixa nas definições do território de esperança à medida que a luta das famílias (hoje assentadas) foram em direção à resistência contra os ataques do capital, porque buscaram manter os vínculos com a terra, por quererem continuar como camponeses, porque lutaram para manter viva a esperança de um novo projeto de vida. O referido assentamento é datado por dificuldades e perspectivas, um território solúvel a transformações, onde as famílias estão sempre vislumbrando uma vida melhor.

#### 4.1 Caracterização do assentamento

O assentamento Vazante, desde 1994 (ver o capítulo II), passará por financiamento e benfeitorias executada pelo INCRA, o que assegurou, para os assentados, a instalação de estruturas e serviços básicos que visassem à garantia de um melhor funcionamento e desenvolvimento das famílias após estarem em seus lotes assentados. Cada família (em 1996) foi patrocinada com casa, energia elétrica, cisterna, financiamento de crédito para compra de animais, para construção de cercas, reservatório de água etc.

Em termos gerais, o arranjo sócio espacial e física do assentamento está organizado da seguinte forma: a maioria das famílias posseiras que foram assentadas vive no sistema de nucleação familiar (figura 10). Suas habitações foram feitas aos arredores da antiga Fazenda Vazante, já outras parte das famílias assentadas, preferiu construir suas casas dentro de seus

---

<sup>15</sup> FREIRE, Noemi Paes. A luta pela terra e a territorialização camponesa no assentamento Dona Antônia/Conde-PB. Disponível em; <http://www.4f.t.unesp.br/nera/telas/nera>.

próprios lotes. Além desses, há um grupo de posseiros assentados, diga-se de passagem, minoritário, que optaram em não morar nem no núcleo do povoado e nem no lote.



Figura 10: Fonte: Arquivo pessoal 2015. Nucleação do Assentamento Vazante.

Em 1994, foram beneficiadas apenas 35 famílias, mas, conforme os filhos – eram pequenos na época da luta e conquista da terra – dos posseiros foram crescendo, naturalmente, casaram e construíram novas famílias, bem como foram se agregando na unidade familiar dos pais, isso fez com que a população na comunidade crescesse. Conforme as informações da Sra. Joana (45 anos, casada, ensino médio completo), que é agente de saúde da comunidade, o assentamento hoje conta com quase 70 famílias, sendo que há casas que tem duas ou três famílias morando debaixo do mesmo teto.

A comunidade também dispõe de algumas estruturas de uso coletivo a todos os assentados: ou seja, tem um galpão, uma escola, uma igreja (em construção) (figuras 11 e 12) entre outras bens que será apresentado no decorrer do texto.



Figura 11: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Capela em construção, Nossa S<sup>a</sup> das Vitorias.



Figura 12: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Escola do Assentamento.

A capela é de seguimento da Igreja Católica Apostólica Romana. A igreja tem como Padroeira Nossa Senhora das Vitórias, pois a data de comemoração da santa (07 de agosto) coincidiu com a mesma data do início da luta pela conquista da terra.

Já em relação à Educação Escolar no assentamento, certificou-se que a escolinha segue as Diretrizes Pedagógicas e Administrativas da Rede Educacional Municipal de Tacima e conta com um quadro de quatro funcionários, uma coordenadora pedagógica, uma professora (residentes no assentamento) e mais dois professores (não residentes). Soube-se que na escola funciona<sup>16</sup> três salas de aula a tarde, com turmas do fundamental 1 (até o 5º ano), as quais atende os alunos filhos dos assentados. No entanto, para os estudantes que moram distantes da referida escola, a prefeitura disponibiliza uma perua para transportá-los ao local de ensino.

Além dos espaços descritos, as famílias ainda dispõem da Casa Sede (Figura 13), recinto ao qual se realiza reuniões da associação, encontros religiosos, palestras e outro evento. Segundo Curado, os assentados sempre contam com um espaço apropriado para, “apresentação de propostas; o encaminhamento de estratégias produtivas; a obtenção de recursos, assistência técnica, educação, saúde, transporte” [...] (CURADO, 2006, p. 26). Para tanto, isso é importante para reunir o pessoal, para que se façam debates e tomadas de decisões coletivas a respeito de questões intrínsecas ao desenvolvimento da comunidade.



Figura 13 Fonte: Arquivo pessoal 2017. Casa Grande ou Casa Sede.

Os assentados também têm a sua disposição: uma moto e um trator comunitário, além da grade de aragem (figuras 14 e 15), carroção e máquina de bater milho e feijão. A Sra. Maria Bendita fala que o trator é da comunidade, mas, para terem direito ao uso dos serviços

---

<sup>16</sup> Segundo a Sra. Joana, quando há turmas do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) à noite, a escola funciona com duas salas de aula.



do maquinário, é necessário que os associados colaborem com associação do assentamento, isto é, o associado contribui com um valor em dinheiro para o pagamento do combustível e do tratorista (filho de assentamento) para aragem e gradagem de sua terra. O valor da taxa retribuído pelo assentado depende da quantidade de horas e do tamanho da área a ser arada.



Figura 14: Fonte: Arquivo pessoal 2015. Trator Coletivo



Figura 15: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Grade Aragem.

Em relação ao acesso de água, o assentamento tem três açudes e dois poços artesianos de uso comunitário. Ainda há mais três poços artesianos particulares, porém, se encontram (individualmente) nos lotes de alguns posseiros. Segundo o Sr. José Carlos e a Sra. Joana, infelizmente, a água dos poços citados não são doce, e sim, salobra. Mas, mesmo assim tem ajudado bastante nos gastos domésticos e com os animais. A água de consumo próprio às famílias vem pelo exército (via Programa Operação Pipa) todos os meses. São em média cinco carradas trazidas para cisterna-sede da comunidade e dali distribuídas; Duas outras carradas e são colocadas numa outra cisterna, na divisa do assentamento.

Cada posseiro assentado, individualmente, possui um barreiro (por menor que o reservatório seja), além de uma cisterna de 16 mil litros e, em algumas casas, encontra-se até uma Cisterna-calçadão, com capacidade de 52.000 litros de água (figura 16).



Figura 16: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Cisterna-calçadão.

As Cisternas-calçadão fazem parte do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), realizado em parceria da Unidade Gestora Territorial e Centro de Educação e Organização Popular (UGT-CEOP), que atua no Curimataú paraibano. Contudo, fica evidente a disponibilidade de reservatórios de água, de programas e alternativas de acesso a este bem natural na comunidade vazante. A Sra. Joana completa, “o assentamento em termo de água, graças a Deus tá bom”.

É importante falar também que após estarem na terra, enquanto proprietários, as famílias através do trabalho-realizado conseguiram adquirir bens de consumo, como carro, motocicleta, geladeira, televisão, fogão, eletrodomésticos e eletrônicos e, em algumas casas, há instalação de internet e videogames.

#### **4.1.1 Principais Fontes de Renda**

A trajetória da vida camponesa na/em busca de um território próprio é marcada desde a luta pela terra até a vivência nela (após consegui-lo). Os beneficiados dos Projetos de Reforma Agrária, ao adquirirem uma pequena propriedade, têm na terra, não só um lugar para viver de forma autônoma, como também um meio de se reproduzirem socialmente e economicamente, para o qual constroem o território de esperança.

“A propriedade camponesa reúne moradia e trabalho em um só território” (FERNANDES ET.AL., 2008, p. 209). Os assentados desenvolvem uma logística própria de exploração do solo, onde busca equilibrar o trabalho gerenciado segundo as necessidades da família. No assentamento Vazante, a maioria dos posseiros organiza a propriedade retalhando-a em várias áreas, quer dizer, uma dedica-se aos roçados, onde desenvolve a agricultura; outra a criação de animais; mais uma parte da terra a palma forrageira ou capim para os animais (gado, ovelhas e cavalos etc.) no período de escassez de alimentos – na seca.

De modo geral, as principais fontes de renda parte das atividades na terra, seja a agricultura, seja a pecuária, seja o ramo de fruticultura, seja a comercialização de seus produtos. O fato de terem um solo para trabalhar e ser proprietário legal dele, lhes “permite investir trabalho na potenciação da rentabilidade da terra e de sua exploração – drenagem, irrigação, desmpedramento, cultivos perenes etc.” (MAESTRI, 2012, p. 219). Para eles, isso acontece ao seu modo e em ritmos diferentes no cumprimento das obrigações geridas na terra.

Segundo França e Silva (2012), autores como Bombardi (2004) e Chayanov já destacavam que, as formas de trabalhar na terra, os procedimentos, o tempo gasto e as



experiências e os conhecimentos, geralmente estão ligados à manutenção da família, sendo que isso se mostra determinante para existência do modo de vida camponês.

mesmo se o produto de seu trabalho não trazer muito “lucro” em relação ao dispêndio de trabalho e de insumos utilizados na produção, o camponês se satisfaz na medida que este produto seja suficiente para a manutenção da família (garantir alimentação, aquisição de mercadorias que ele não produz, sementes para o cultivo etc.) (FRANÇA E SILVA, 2012, p.14).

De acordo com França e Silva (2012), para os camponeses como é para os assentados pesquisados, a agricultura é desenvolvida com finalidade primária, em que se busca primeiro abastecer o consumo próprio da família... O que sobra eles vendem.

Parte da produção agrícola dos pequenos agricultores da vazante destina-se (comercializa-se com) ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), a CONAB<sup>17</sup> (Companhia Nacional de Abastecimento) em Bananeiras-PB, a atravessadores e as feiras livres. A comercialização de parte da produção com o PNAE e CONAB tem sido um negócio rentável para as famílias parceiras, pois o valor pago é bem “melhor”, sendo mais alto do que os valores estabelecidos pelos atravessadores. Antes acontecia até de o produto estragar, ficando impróprio ao consumo humano e, conseqüentemente, para venda.

Por outro lado, a comercialização dos animais só acontece nas feiras-livres ou a atravessadores. Entretanto, com o dinheiro adquirido tanto da agricultura quanto da pecuária, as famílias compram alimentos, roupas, calçados, bens duráveis e não duráveis, entre outras coisas, conforme relata o Sr. José Carlos.

A integração parcial ao mercado faz parte da vida dos camponeses assentados. É uma característica básica, visto que são as relações de troca e venda do que é rentável na terra que lhe possibilita a aquisição de “recursos monetários necessários à compra de produtos e serviços que não produz; ao pagamento de impostos etc.” (MAESTRI ET.AL., 2012, p. 219). Com a comercialização dos produtos gerados, tem-se em vista a satisfação das necessidades da família, dos gastos alimentares, domésticos e pessoais, reitera Souza e Targino (2009).

Com base nos relatos dos informantes (entrevistas formais e informais com Sra. Joana, Sra. Antônia, Sra. Maria Benedita, Sr. Costinha Felix, Sr.Tarcísio Felix, Sr. Zé Carlos) os gêneros alimentícios mais produzidos nos lotes são: feijão, milho, macaxeira (figuras 17, 18 e

---

<sup>17</sup> A CONAB compra 30% dos produtos produzidos pelos agricultores assentados vazante, caso da macaxeira, batata, milho, feijão, fava, goiaba, maracujá e acerola (José Carlos).

19), fava, jerimum (abobora) e, dependendo das chuvas, a batata. Além de acerola e maracujá para produção de poupas. Estes dois últimos produtos são direcionados à comercialização.



Figura 17: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Roçado de feijão macaça verde do Sr. Tarcísio Felix.



Figura 18: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Roçado xadrez de milho da Sra. Maria Benedita.



Figura 19: Fonte: Arquivo pessoal 2017. Plantio de macaxeira da Sra. Maria Benedita.

Outra lavoura que, nos tempos de outrora, era das mais cultivadas, atribui-se a cultura cunicultora, isto é, do algodão para o mercado/comercialização de lãs. Dentro do Município de Tacima, o então sítio Vazante liderava na plantação do algodão. Segundo a Sra. Antônia, teve “agricultor (que) comprou até terra com o dinheiro do algodão”. No entanto, o

aparecimento do besouro bicudo em 1984, causou a crise e fim quase por completo da produção algodoeira.

Já a criação, em sua maioria, está voltada para atender o mercado local. Isso faz com haja uma circulação da economia no assentamento. Os principais animais são:

#### **OS PRINCIPAIS ANIMAIS CRIADOS NO ASSENTAMENTO VAZANTE**

<b>Mamíferos</b>	<b>Aves</b>
Bois e vacas	Galinhas
Cavalos	Patos
Porcos	Guínés
Cabras	Perus
Ovelhas	

Fonte: Arimateia (pesquisa própria)

Bovinos e galinhas são os animais mais criados no assentamento, o resto são minoria. Conforme a Sra. Joana, ainda não há uma organização associativa para comercialização direta dos animais com um comprador certo. Os bichos são vendidos a atravessadores e nas feiras, ou a pessoas que estiverem interessadas.

Outra parte da renda das famílias advém do setor público – por direito, diga-se de passagem -, do salário da aposentadoria ou pensão (R\$ 945 reais) e de programas sociais governamentais (Bolsa Família); há também outro grupo que vive ou de empregos na prefeitura ou de empregos fora da área assentada.

Uma minoria dos assentados, às vezes, costuma extrair recursos monetários através do trabalho na diária (explicado no capítulo II). Entretanto, são poucos que atuam nessa categoria de trabalho, até porque, quando o fazem, vendem sua força-de-trabalho para as próprias pessoas do assentamento – aquelas que podem pagar. Segundo Sr. José Carlo:

A gente não trabalha pra fazendeiro, a gente trabalha na comunidade. Exemplo: se uma pessoa chamar para trabalhar, eu vou trabalhar... (supor) para plantar milho quando chega à época do inverno... Agente também adquire uma renda nesse setor. O dia aqui, tá quarenta reais (R\$ 40 reais). Mas, tens uns que pagam mais pouco (José Carlos, 28 anos, solteiro, ensino fundamental completo).

O fato dos assentados não quer/ou/buscarem mais vender sua força-de-trabalho para os fazendeiros se deve a vida de submissão vivida por eles há 30 ou 40 anos atrás, quando

dependiam do arrendamento das terras da Fazenda Vazante. Mas, Agora assentados, as famílias buscam introduzir novas relações de trabalho.

A contribuição de França e Silva (2010) é bem pertinente para a compreensão dos camponeses assentados, uma vez que, para esses autores, ao possuir a terra, os camponeses se tornam donos dos meios de produção, tendo por controle o seu trabalho empregado, no qual sabem e podem regular o tempo gasto e o tempo destinado as tarefas diárias, porque tem acesso, domínio e conhecimento do que está produzindo. Já um tanto diferente, o trabalhador assalariado, desprovido de qualquer outro meio – econômico e político -, para garantir a sua existência, e mediante condição de barganha, vive subordinado ao capital, que controla tanto o tempo quanto o produto, fruto de seu trabalho.

#### 4.2 Os espaços associativos

Os espaços sociais criados (ou que já existam), mas que são organizados por órgãos estatais, quase sempre, são territórios regulados politicamente pelo Estado. Isso acontece por todo o tempo ou em parte dele. Áreas rurais que passam por programas de reforma agrária não são diferentes. Caume (2006) alerta que, assentamentos rurais formados a partir da “Política de Assentamento” rural, desde já, obedecem às demandas do Estado, são exemplos de lugares ajustados/e/organizados estrategicamente/politicamente pela referida instituição política.

A forma das famílias assentados se organizarem em associações atribui-se a necessidade de constituição de um “sujeito coletivo representativo politicamente exigido pelo Estado” para regular e facilitar as intervenções políticas nesses territórios. Neves (1995) citado por Caume (2006, p. 44) esclarece, “para o Estado, a associação comunitária é um mecanismo de racionalização de aplicação das políticas públicas”, visando, todavia, buscar utilizar o máximo dos recursos e dos espaços de debates políticos com os assentados. Desde então, parte da associação o papel de mediar o cumprimento e a realização dos programas governamentais nos assentamentos, bem como assegurá-los aos assentados.

O assentamento Vazante, atualmente, conta com duas organizações associativas: Associação da Vazante; Associação dos Jovens Apicultores, que desde sua formação, foi pensada como espaço exclusivos dos jovens, tendo-se em vista, envolvê-los mais com as atividades econômicas do assentamento. Abordamos brevemente as duas nos tópicos abaixo:

1- **Associação da Vazante:** todos os posseiros devem fazer parte da associação e seguir as determinações dos órgãos públicos e os interesses dos assentados. A associação tem sido importantíssima para comercialização direta dos produtos produzidos no assentamento com a CONAB e com a Prefeitura de Tacima<sup>18</sup> em parceria com o PNAE. Os agricultores produzem e fornecem poupa de frutas de caju, manga, goiaba, acerola, umbu cajá, além de macaxeira, feijão verde (macaça) e outros alimentos para as escolas municipais. O Sr. José Carlos fala que, além deles serem beneficiados com venda das poupas e de parte da produção agrícola, estes alimentos são servidos na merenda das crianças da escola do assentamento.

A comercialização das poupas tem sido um negócio bastante rentável aos associados parceiros com os citados programas, segundo eles, há um retorno financeiro. De acordo com a Sra. Joana e o Sr. José Carlos, as poupas, no ano passado (2016) foram vendidas à prefeitura por quilos, a unidade, pelo valor de R\$ 5,50 centavos (cinco reais e cinquenta centavos).

A Sra. Joana ainda fala dos benefícios de investir no ramo de fruticultura, em especial, da acerola, que, além de ser uma lavoura permanente, se adaptou bem às condições climáticas do assentamento, por ser uma planta bem resistente à falta de água, como também tem dado bons resultados. Por outro lado, alguns agricultores têm em mente, num futuro próximo, implantação de um sistema de irrigação, sobretudo, para a plantação do maracujá, através da água bombeada dos poços artesianos (os posseiros que tem o poço na propriedade).

Além da produção de poupas, a associação também conta com participação de um grupo de mulheres que pintam panos de prato para banheiros. Segundo a Sra. Joana, se elas tivessem um comprador(a) certo(a), as mulheres teriam capacidade para pintar em média 200 (duzentos) panos de prato por mês, porem, devido à falta desse mercado e a dificuldade de comercialização das peças artesanais, a produção não tem sido ampliada.

Ate hoje, nem todos os posseiros optaram em fazer parte dos projetos da associação. Exemplo disso é o projeto das poupas e os produtos agrícolas comercializados com a CONAB, visto que tais projetos são direcionados a todas as famílias, mas, apenas parte delas se inserem nos referidos programas.

---

<sup>18</sup> Segundo o Secretário da Agricultura Pecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico da prefeitura de Tacima, Marconi Rogerio Ferreira Barbosa, através do programa PNAE nas escolas, os agricultores dos assentamentos e outros pequenos proprietários autônomos fornecem doces, macaxeira, batata, inhame, leite, feijão e na parte de frutas, mangas, laranjas e acerolas em troca de dinheiro (em espécie) para os colégios do próprio Município. No entanto, a licitação deste programa no ano de 2017 ainda não foi aberta – fora prevista para o mês de março.

2- **Associação de Jovens Apicultores:** funciona de forma coletiva, tendo como público alvo os jovens do assentamento. A restrição aos jovens justifica-se pelo fato dos pais (os posseiros) estarem envelhecendo, logo mais, os filhos terão que assumir a propriedade e se integrarem mais com o assentamento. Atualmente, são 11 (onze) sócios, cada um tem 30 (trinta) colmeias de abelhas (*Anthophila*), mas, os cuidados, manutenção e a coleta do mel acontecem de forma conjunta entre os associados. O presidente da associação de Apicultores, o entrevistado Sr. José Carlos afirma que um ajuda o outro nos trabalhos de abelheiro.

Entretanto, ainda conforme o entrevistado, o prolongamento da seca prejudicou e causou a diminuição da produção de mel. O Sr. José Carlos explica que, “a abelha trabalha de acordo com a natureza, se chove bem, a floração é boa, abelha vai produzir mel<sup>19</sup> bom. Mas esses últimos anos, a gente teve os anos meio difícil, mas, mesmo assim, devagarzinho a gente vai rompendo essas barreiras” (Sr. José Carlo).

O desenvolvimento da atividade de apicultura (mel de abelhas) visa apenas à integração de jovens sócios e a aqueles que quiseram e queiram participar. Isso porque, como não são todos os jovens que se interessa em trabalhar com abelhas, a associação tem focado mais naqueles indivíduos que querem se dedicar e buscar projetos para o assentamento.

De modo geral, os motivos que levam as pessoas a não se inserirem ou desistirem dos projetos da associação comunitária ou a de jovens apicultores, consoante a Sra. Joana, estão relacionados ao desejo dos mesmos por resultados rápidos. “Muitas vezes ninguém quer, porque tudo hoje que você vai iniciar requer um custo”. Por exemplo, “eu vou investir hoje pra ter um lucro amanhã. Muita gente não quer assim, eu quero iniciar hoje e já quero resultado hoje”.

#### 4.3 Juventude, migração e trabalho no espaço do assentamento

A migração de parte dos jovens no assentamento é um fato que incomoda as famílias posseiras. A Sra. Maria Benedita tem nove (9) filhos, todos já migraram para a Região Sudeste, sendo os principais destinos Rio de Janeiro e São Paulo. Quatro deles já retornaram a área assentada de seus pais devida o aumento do desemprego no Sudeste do país e, sobretudo, por causa da violência que cada vez cresce nos grandes centros urbanos. Os outros cinco (5) filhos ainda continuam vivendo por lá.

---

<sup>19</sup> O mel produzido no assentamento é vendido para cooperativa em Bananeiras-PB. Um quilo de mel está em torno de 10 R\$ (reais). Para o entrevistado, tem sido um bom valor pago pela compra do mel.

A entrevistada acredita que parte desses jovens migram motivados pela curiosidade de saber como é a vida fora do assentamento, de conhecer outras realidades. Estes jovens, “muitas vezes, vai pela ilusão, não é tanto pela precisão, é pela ilusão [...]. Lá fora a gente ganha dinheiro, mas o dinheiro que a gente ganha, deixa lá mermo” (Sra. Maria Benedita). Essa, embora lúcida, é uma opinião da informante, então, não dar para tirarmos conclusões precipitadas a respeito disso, já que, para alguns assentados a saída do pessoal mais novo se deve a necessidade de seus grupos familiares.

A experiência de migrar para o Rio de Janeiro não foi uma questão de escolha para o Sr. José Carlos, mas sim uma precisão. Como ele fala a seguir, “mãe não era aposentada ainda, a gente não tinha nenhuma renda, a gente vivia mais na agricultura. Agricultura não tava dando mais resultado, eu fui mais pela necessidade. Isso há uns sete anos atrás... a situação da família não tava boa. Mas aqui tem melhorado bastante”. O informante ainda tem alguns irmãos que foram e preferiram continuar trabalhando e morando por lá.

O Sr. José Carlos não pensa mais em sair da comunidade, o mesmo vê o assentamento como o melhor lugar de se viver. Ele explica que, embora não consiga adquirir uma renda desejada, ali se sente mais seguro do que em outros lugares, exemplo do Rio de Janeiro (ou São Paulo), onde correria, possivelmente, um maior risco de vida.

#### 4.4 A (des)assistência técnica no assentamento

Logo quando o Assentamento Vazante foi criado os assentados tiveram acesso a cursos, como o de tratorista, acompanhamento técnico agrícola e assistência à criação por parte do INCRA, além de oficinas oferecidas pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SENAE (Serviço Nacional de Aprendiz Industrial). Os cursos dados aos agricultores ensinavam práticas educativas voltadas para o manejo do solo, de como trabalhar na terra, as melhores formas de cultivar e a lavoura mais apropriada. A assistência técnica junto aos cursos foi indispensável ao desenvolvimento dos assentados.

Em buscar de mais informações a respeito deste assunto, perguntamos a Sra. Maria Benedita se a assistência técnica os ajudou para um melhor aproveitamento e preservação do solo? Se isso tinha contribuído para o aumento da produção? Ela nos respondeu assim:

Ajudou! porque quando a gente tem uma terra, quando descampa ela e queima, aquela terra vai virar erosão, vai limpar tudo. Então, vai terminar/chegando a um determinado tempo que aquela terra não vai li dá mais nada. Por que é que a gente estamos nesse deserto?, porque o homem

acabou com a terra né, o desmatamento acabou com tudo. [...] agente hoje vive reclamando da natureza. Mas, quem matou a natureza foi nós, quem destruiu foi nós, né isso?... Se a gente matou a mãe natureza! [...] (Sra. Maria Benedita).

Mesmo com pouquíssima instrução (quase nada) formal, fica evidente o entendimento da entrevistada em relação à necessidade de cuidar da terra e de se introduzir práticas adequadas, que não acarretasse danos ao solo. Ela não só tem a percepção da degradação do meio ambiente, como bem observa as causas e consequências das ações humanas à natureza, chamando atenção para a diminuição das chuvas e intensificação da seca.

Para a Sra. Maria Benedita “a terra é mãe... sem (ela) ninguém sobrevive. É na terra que nós tiramos tudo, somos filhos da terra. A terra é vida a terra é mãe, a água é vida... São essas duas coisas que nos temos que preservar”. Este depoimento descreve o seu pensamento sobre estas riquezas naturais como vem a alertar a todos sobre/para preservação deles, tão fundamentais a existência da vida de modo geral.

Como podemos analisar nesta fala, a forma do camponês ver a importância do uso sustentável da terra e da água, ultrapassa as perspectivas econômicas do assentamento, levando em conta as suas dificuldade e adversidades. Para as famílias do assentamento Vazante a terra está para além de um meio econômico, não podendo, pois ser tratada como uma mercadoria.

#### 4.4 Entre o passado e o futuro: ou sobre a esperança

O assentamento Vazante até certo ponto, enfrenta diversas dificuldades que acabam em implicar/retardar o seu desenvolvimento econômico e social, desde a ausência de recursos públicos ou de políticas de desenvolvimento rural, da implantação de projetos, até a falta de assistência técnica e de condições climáticas favoráveis.

Com base nas falas dos informantes, os governantes não têm se voltado para as questões do assentamento. O governo deveria investir mais em alternativas que visassem às necessidades dos assentados, sobretudo, dos jovens, assegurando mais oportunidades de trabalho e opções de se explorar a terra. Tanto o Sr. José Carlos quanto a Sra. Maria Benedita falam que a prefeitura pouco ajuda. Com exceção de uma limpa de barreiro (a algumas pessoas) ou da disponibilização de 2 (duas) horas de trator para aragem da terra, nada mais tem sido feito.



A falta de investimentos financeiros da esfera Federal, Estadual e Municipal e de políticas de desenvolvimento agrário na área assentada tem prejudicado bastante a ampliação das atividades agrícolas. Para tanto, e, já apontando um dos casos, o governo até certo tempo atrás, liberava gratuitamente mudas frutíferas aos posseiros interessados em trabalhar no ramo de fruticultura. Porém, hoje não existe mais a ajuda, os assentados que se interessam têm que adquirir as mudas por meio de compras, sendo que o preço da unidade (uma muda de maracujá ou de acerola) pode custar de 50,00 centavos a R\$ 1,00 (real). Isso tem representado um custo a mais na produção, como explica o Sr. José Carlos.

Além disso, outra dificuldade está relacionada à necessidade de mais mercados para a comercialização das poupas das frutas, já que eles não têm muitos compradores, fica inviável o aumento da produção. A Sra. Joana se queixa que há poucos compradores para as poupas. Até que em outro momento comercializaram com o estado, mas, em quantidades médias.

As famílias assentadas se preocupam ainda, com a falta de assistência técnica, uma vez que os interessados em plantar o maracujá não têm conhecimento suficiente sobre o manejo da produção da fruta. O entrevistado José Carlos, tem buscado a pesquisa em sites na internet, a exemplo do *Google* e o *You Tube*.

A internet e que está salvando a pele da gente aqui. É muito complicado, a diferencia de um técnico chega lá no roçado e dizer, olhe, isso aqui é assim. (Uma) suposição: se chegar um técnico, (ele) passa os procedimentos todinhos, do sistema de fazer uma análise do solo para aumentar a produção... Agente planta lá o maracujá, mas não sabe a qual vitamina aquele solo está necessitando, o adubo. (se tem) um acompanhamento de um agrônomo, de um cara que trabalha nesse setor, a produção da agente praticamente dobrar né (Sr. José Carlos).

Até pouco tempo, havia dois técnicos do INCRA dando assistência aos assentados, porém, hoje em dia, este acompanhamento não vem sendo mais realizado. Consoante o Sr. José Carlos, “a gente está trabalhando assim, com as experiências que eles passaram de antigamente e as nossas experiências que a gente temos. Nossa não, as experiências dos pais da gente, que passou de pai para filho”. Isso não só dificultam as famílias que buscam investir no maracujá, como também atinge indiretamente o assentamento, limitando a dinamização agrícola.

Os longos períodos de estiagem (secos) também tem prejudicado bastante, sobretudo a produção da lavoura temporária. De acordo com as observações da Sra. Maria Benedita “a piora de agricultura vem de 6 (seis) anos pra cá, porque foi os 6 (seis) anos que parou de

chover. De seis (6) anos pra trás agente fazia safra. Agora depois de cinco (5) ano pra cá que esse planeta desmantelou”.

Segundo o Sr. José Carlos, além de a Sra. Antônia (50 anos, casada, ensino médio completo), a seca já os castiga a uns 5 (cinco) anos, causando bastante danos a agricultara e contribuindo para a diminuição dos investimentos de recursos financeiros e trabalho dos assentados nas plantações.

O dia-a-dia das famílias no assentamento é bastante rotineiro, parte dos dias da semana (segunda-feira até o sábado) dedica-se a manutenção das obrigações na terra, do cuidado dos roçados, ao (re)fazer de cercas, tiragem de ração (capim ou palma forrageira para alimentar o gado), retirada do mato para pasto (para saída do capim), entre outros serviços. As atividades na terra estão em primeiro lugar, já que é da agricultura que se garante a comida no prato.

As relações de trabalho acontecem no assentamento de três formas: a) através do trabalho familiar, quando atua apenas os pais com os filhos na realização das tarefas em seu lote; b) a troca de dias de serviço entre os assentados, num sistema de ajuda mútua, onde os assentados se ajudam mutuamente. Isso contribui para que cada agricultor consiga cumprir as demandas da unidade familiar; c) ou o contrato do trabalho temporário (na diária) para suprir as necessidades da propriedade. Neste caso, são poucos os assentados que conseguem ou que podem pagar pela força de trabalho.

O cotidiano no assentamento é tecido a partir e pelas relações de trabalhado. O trabalho é executado de forma familiar, na maioria, pelos pais-de-família e filhos homens (todos ou parte deles), ou às vezes, por meio do trabalho coletivo, com ajuda de outras pessoas sem parentesco, chamadas pelo contratante para trabalhar apenas um dia ou mais.

Consoante Souza e Targino (2009), a garantia do sustento familiar e do aumento da produção acontece por meio da potencialização da força de trabalho empregada na exploração da terra. Isso se dá de forma coletiva e com a presença dos filhos, levando em consideração o sexo e a idade deles. A base masculina representa a mão-de-obra necessária para manter a funcionalidade do lote dos pais, centrada basicamente na agricultura, pecuária e na comercialização do que se é produzido a partir do suo da terra.

a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar e – isto é especialmente importante – pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano (CHAYANOV, 1981 *apud* SOUSA e TARGINO, 2009, p. 5).

São os filhos homens que mais auxiliam os pais nos afazeres diários relacionadas à terra e de outras tarefas, como pescarias, caças, coletas de frutas, tiragem de lenha. Contudo, estas são tidas como funções secundárias.

No entanto, o fato de termos feito uma descrição focada na influência dos filhos homens para/na manutenção da propriedade não significa que as mulheres estejam alijadas desses processos. Ao contrário, percebemos nas falas dos entrevistados e entrevistadas que as mulheres estão presentes nos vários espaços e tempos do assentamento.

As mulheres no assentamento são bem ativas em todos os aspectos. Elas (não são todas) têm uma participação considerável no cumprimento das tarefas do dia-a-dia no lote, seja nos roçados, seja na criação dos animais (aves) menores, como no desempenho das tarefas da casa e no cuidado dos filhos. Algumas delas prestam serviço ao funcionalismo público, empregadas pela Prefeitura do Município na área da Saúde e da Educação. E, uma minoria das mulheres atua em empregos fora do assentamento, caso da filha da Sra. Antônia, que exerce funções na Empresa da Alpargata em Nova Cruz-RN.

Sabe-se que já houve algumas situações desagradáveis, episódios que fogem da rotina do assentamento, mas que, logo foram resolvidos. Uma das ocasiões sucedeu da diminuição da água que vinha pelo exército para atendê-los, onde havia alguns indivíduos que queriam sempre retirar mais água do que o permitido a eles, explica a Sra. Joana. No mais, fazendo já uma avaliação geral as relações são boas, o Sr. José Carlos fala que “é poucas as discordâncias, em que eu dou uma opinião o outro da outra opinião”. Para que qualquer tipo de conflito não aconteça, a comunidade tem buscado trabalhar em conjunto, um ajudando o outro.

A Sra. Antônia coloca que a relação é tranquila, “é cada um em suas casas, todo mundo se respeita e um respeita o outro”. Isso se deve ao fato de todos posseiros terem entendimento e consciência de que os direitos iguais a todos, bem como do uso coletivo das áreas comunitárias, em que seguem os critérios, demandas e regras da associação do assentamento para que haja um bom relacionamento entre todos. Se surgir qualquer intriga, a diretoria da associação trata de resolvê-lo da melhor forma possível.

A gente tem associação né, que é o grupo da diretoria que fica a frente, e quando surgiu um problema ou alguma coisa no assentamento, a gente faz logo uma reunião pra ter a situação em mão, se precisar a gente vai até a casa da pessoa, pra conversar, pra explicar a pessoa como deve ser. E, às vezes, a gente encontra uma rejeição, assim, em relação a algumas coisas, mas, depois agente acaba resolvendo (Sra. Joana).

Se for um problema de ordem maior, que gere ou possa vir a gerar violência, contudo, não estando ao alcance da diretoria do assentamento, por bem, eles acionam a polícia e deixa nas mãos da justiça para que ela resolva o problema.

Para saber como está a saúde das famílias no assentamento, buscamos se informar como têm sido ou vem sendo realizados os serviços básicos de saúde e quais são? Se há um posto para atendê-los? Se não há, onde eles buscam atendimento? Os serviços de saúde no assentamento Vazante são de natureza pública, sendo oferecidos pela secretária de saúde do Município de Tacima. A informante Sra. Joana, que é a própria agente de saúde da comunidade, nos esclarece que:

A saúde não é dez, mas, a intenção é levar o máximo que puder... somos limitados e trabalhamos de acordo como o que é oferecido pra gente levar”. Porque como agente de saúde, eu procuro levar o máximo de orientação para as famílias, no que eu posso no que de acordo é me oferecido. Agente tem atendimento ao médico uma vez por mês. Agente também faz um acompanhamento das gestantes, agente pesa as crianças menores de dois anos uma vez por mês. Agente também tem um controle dos hipertensos e diabéticos todos os meses.

O atendimento ao médico acontece mensalmente no PSF (Posto de Saúde da Família) em Cachoeirinha<sup>20</sup>, há 5 km de distância do povoado Vazante. Há um dia<sup>21</sup> próprio para o médico ouvir e diagnosticar as pessoas da comunidade (dependendo dos casos). A assistência odontológica também acontece neste mesmo posto, uma vez por mês. Isso porque, o assentamento, até o momento, não tem uma estrutura de saúde, tampouco um espaço apropriado para atendimento médico e odontológico.

O assentamento ainda tem um automóvel comunitário disponível pela prefeitura para transportar os doentes até os leitos hospitalares, ressalta a Sra. Joana. O Sr. José Carlos fala que, “a saúde da gente até uns dias atrás estava até boa. Tinha um carro que carregava... que dava assistência a gente, mas ultimamente esse veículo parou de carregar. Mas, mesmo assim... agente tem uma assistenzinha de médico”. Em relação ao referido veículo, no momento, não dispomos de informações sobre os quais motivos levaram sua desativação.

Se os casos de saúde forem mais graves, as famílias vão para os hospitais das cidades próximas, e, quando tais instituições de saúde não conseguem atendê-los devido à gravidade

---

<sup>20</sup> Cachoeirinha é uma área urbana que está a 18 km da sede do Município Tacima.

do quadro, os enfermos seguem, na maioria das vezes, para os Hospitais de Guarabira. E dependendo da gravidade do doente, vão para os Hospitais João Pessoa-PB ou Natal-RN.

Além disso, na escola do assentamento, uma vez por outro, acontece palestras educativas com temas, como “Saúde Bucal”, “Prevenção do Mosquito da Dengue” e outros para conscientizar as crianças.

O Lazer na comunidade é mínimo, fazendo uso das palavras dos entrevistados (Sra. Joana, Sra. Antônia), poderíamos dizer assim, não há alternativas de diversão e nem espaços recreativos para os jovens, crianças, adultos e idosos. Sr. José Carlos é bem realista sobre o assunto, “lazer aqui é pouca coisa, aqui a gente vive mais de trabalho. Lazer, às vezes vem de tarde... os meninos vão jogar uma bolinha ali, porque nem campo agente tem. Tinha um campo, mas, ele foi desativado. Mas o lazer da gente aqui é pouco”.

O campo de futebol está localizado em uma área fora dos limites do assentamento, em um lugar chamado vazante de baixo, que faz divisa com o assentamento analisado nesta pesquisa. A segunda alternativa seria e é, talvez, o parque de vaquejada. Mas, com o prolongamento da seca - os animais encontram-se fracos - não tem acontecido nenhum evento nos últimos meses. As vaquejadas ocorrem uma vez por outra, mais no período do inverno.

Diante dessa falta de diversão, atualmente, uma parte dos jovens tem buscado ocupar seu tempo livre (aos domingos) com bebias alcóolicas, passeios de motos, ou então, ficam em casa mesmo. Por essas questões, a falta de lazer para os jovens tem sido uma preocupação para comunidade, como é identificado nas falas a seguir:

O que sinto falta aqui é na questão de lazer, porque os jovens daqui gostam de andar de moto, sai para andar. Eu acho assim, que falta aqui alguma coisa... Eu estou pensando, tentando ver se conseguia trazer um zumba<sup>22</sup> pra cá, porque tem no Braga<sup>23</sup>, e eu estou vendo que tem pessoas que tão indo... E a dificuldade de ir pro Braga, e, nem todas as pessoas tem transporte. Eu estou pensando nisso aí, e importância, já pensou?. (Sra.Joana).

Isso teria que depender mais do prefeito, né? De fazer uma quadrazinha de futebol. Tem uma comunidade dessas que tem um bocado de jovem, e não tem uma quadrazinha?. Uma assistência da prefeitura viesse aqui, olhasse pelos jovens daqui, poderiam da essa assistência. Fazer isso, fazer um lazer para as crianças [...]. Uma pracinha para os jovens, um escorregadio para as crianças brincar, um parque, a gente não tem essa assistência (José Carlos).

---

<sup>22</sup> A palavra Zumba a que a Sra. Joana se refere, atribui-se a um espaço voltado para dança.

<sup>23</sup> O Braga é uma área urbana localizada na zona rural do Município de Tacima.

Como observamos nas descrições das falas acima, não há no assentamento, de modo geral, um espaço propício para estes indivíduos se divertirem, tampouco passar o tempo livre. As outras opções de divertimento são as festividades que ocorrem na comunidade. Mas, as festas são bem poucas, para tanto, acontece um ano sim e outro não. A maioria dos festejos é de seguimento religioso, principalmente, das celebrações católicas, como missas, terços (mês de maio), novenas, novenários e a festa da padroeira Nossa S<sup>a</sup> das Vitórias, além de bingos para arrecadar fundos para edificação da capela. Outro fervor religioso são os cultos evangélicos que acontece na escola ou na casa de seus membros.

Além disso, há algumas datas importantes que são lembradas no assentamento, dignas de comemoração, como o dia das crianças e das mães, promovidos pela Secretária de Educação de Tacima, além de comemorar o dia Internacional das Mulheres (8 de março), em que as mulheres da comunidade organizam/fazem uma festa para elas próprias. Segundo a Sra. Joana, “isso é uma coisa que a gente faz todo ano, a gente mesmo se reuni... uma doa uma coisa, outra doa outra”. Nesse ano de 2017, a festa contou com a presença da CPT, que deu uma palestra a respeito da mulher.

Os nossos informantes também falaram que no período de São João, eles organizam a quadrilha junina (Sra. Antônia). Há pouco tempo atrás, nos finais de ano, a comunidade fazia uma festa comunitária que, no seu preparativo, assava-se um boi para eventual comemoração, onde “cada posseiro tinha o direito a uma mesa, de trazer suas famílias, tinha direito a uma quantidade de refrigerante, se quisesse mais alguma coisa, trazia de casa. Era festa comunitária. A gente deu mais uma pausa por questão de crise mesmo” (Sra. Joana).

Nessa parte das entrevistas com os informantes, perguntou-se com eles avaliam o assentamento hoje? Quais os aspectos positivos e negativos do assentamento? De modo geral, como tem sido a vida a partir dos lotes, se tem melhorado ou piorado?

Para seu José Carlos, “hoje em dia, o nosso assentamento eu considero um dos mais estruturados, que tem o meu conhecimento aqui, porque nós estamos sempre firmes e fortes”.

O sossego, a tranquilidade do assentamento é vista pelos posseiros como um fato positivo, devido não haver casos (ou quase isso) de roubos ou atos de violência contra as famílias assentadas nos dias atuais. O ter a terra associa-se ao sossego para viver bem. A Sra. Maria Benedita descreve assim, “o mais importante da terra é o sossego, porque você pra donde for, sabe da onde vem, né? Se você tem sua terra, anda por onde andar, mas você sabe pra onde vai voltar (Maria Benedita).

No entendimento da Sra. Antônia, o fato de ter um pedaço de terra condiciona-os a trabalhar a sua maneira, ou seja, de poder escolher aonde fazer o roçado, de plantar o que quiser e quando achar melhor (nas primeiras chuvas que no chão), qual área destinará a criação, enfim, de viver e trabalhar sem ter que depender dos outros.

A Sra. Maria Benedita se sente realizada por ter uma terra, de poder ir trabalhar na hora que quiser e de descansar quando quiser. “Eu vou pro meu roçado, mas, vou à hora que quero. Tô cansada! venho pra casa. Se eu tô trabalhando para os outros, vou ter que cumprir, posso tá cansada de morrer, mas vou ter que cumprir, porque eu tô ganhando dinheiro”.

Mas nem tudo são flores, em suas falas, os entrevistados e entrevistadas pontuam também os pontos negativos, tais como a ausência de democracia. O acesso à terra e os recursos devem ser democráticos e iguais a todos os assentados, mas, às vezes, isso não acontece na prática, afirma Neves (1999). Um dessas problemáticas se deve ao tamanho da propriedade – quase sempre pequena – e escassez de recursos. Em muitos casos, área do lote familiar acaba sendo insuficiente para que os filhos com suas novas famílias consigam se reproduzir na mesma terra.

Os informantes nas entrevistas apontaram alguns pontos negativos ao assentamento que os preocupa, merecendo destaque:

1. A forma de como foi loteada a terra, ou seja, em tamanhos de hectares desiguais aos beneficiados, assim, sendo insuficiente para atender as demandas da família. Para a Sra. Antônia, a pouca quantidade de terra acarreta um menor rendimento econômico aos eles.
2. Outro ponto negativo está circunscrito a falta de estruturas de lazer e/ou opções de divertimento no assentamento. De certo modo, isso tem feito com que a área assentada se torne espaço tedioso, sobretudo, para os jovens.
3. A migração dos jovens também é algo que tem incomoda bastante as famílias.

Diante dessas questões, lançamos a seguinte pergunta aos informantes, na visão deles, sobre o que poderia ser feito para mudar essa situação de tédio no assentamento? O que poderia melhorar no assentamento em relação a espaços de lazer? Contudo, fizemos um apanhado das opiniões dos entrevistados, visto que, suas respostas apareceram de forma fragmentada em algumas partes da entrevista. Para os assentados, de modo geral, os governantes deveriam construir estruturas físicas básicas para iniciar as melhorias, como um posto de saúde, uma quadra de futsal (os jovens) e uma pracinha.

Conforme podemos visualizar, a partir das falas dos informantes, depois da terra, as condições de vida melhoraram significativamente comparadas aos tempos de outrora. O Sr. José Carlos afirma, “hoje eu me considero rico, porque agente tem moto, carro, dinheiro. Não é suficiente, mas que da para gente viver favorável” (28 anos, solteiro, ensino fundamental completo).

O acesso a terra pelos trabalhadores da ex-Fazenda Vazante está para além da ruptura com capital, significa romper/superar com todas as formas de exploração empregadas pelo seu antigo dono Humberto Soares, é livrar-se do trabalho submisso, como coloca a Sra. Maria Benedita, “de destocar a terra para os outros (o latifúndio) todos os anos” [...], significa “plantar e colher” quando quiser. A Sra. Antônia vai mais além a respeito deste assunto:

Meu pai trabalhava dois dias de diária, porque morava na terra dos outros... morava numa casa de taipo e ainda recebendo piada de babão. Então, você viver no seu pedacinho de terra, na sua casinha, que aqui ninguém vem mexer com agente [...]. Viver assentado num canto que ninguém mexa, que não receba piada de babão é ótimo (Sra. Antônia, 50 anos, casada, ensino médio completo).

A aquisição da terra apontou o marco inicial para realização de um sonho desejado há tempos pelas famílias (agora assentadas) que trabalhavam naquele lugar, foi o pontapé para concretização do “território de esperança” discutido pela pesquisadora Emília Moreira (2007). Para os assentados este sonho está sendo realizado dia após dias, em um movimento constante, tendo em vista o anseio por novas conquistas. A terra é alicerce para isso.

Com base em Costa e Silva et.al., (2012), os vínculos com o trabalho e com a terra se constroem numa rede de relações de informações; ou seja, de troca de conhecimentos entre a vizinhança, nos saberes comuns, na inserção de técnicas e tecnologias inovadas; a partir de variadas combinações da produção associada agricultura diversificada e atividades criatórias e extrativistas; nas relações afetivas e simbólicas conferidas a terra, a paisagem, ao riacho e o rio, aos animais, aos lugares de infância, ao tempo e etc. O universo camponês desenrola num serie de quesitos que fortalecem os laços com o espaço de vida no cotidiano.

Ali (no assentamento) eles se enraízam, criam uma identidade com a terra, com o trabalho, com o lugar, com a paisagem, com a família, com os parentes e compadrios. O trabalhador camponês está munido de diversos vínculos territoriais, constituindo uma teia de relações afetivas com espaço rural. Os vínculos com a terra são muito fortes, como diz a Sra. Maria Benedita, os familiares migram, mas, acaba voltando.



## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, A TÍTULO DE CONCLUSÃO

As famílias assentadas têm buscado por meio do trabalho na terra concretizar seus desejos, sejam eles materiais, sociais, coletivos ou pessoais. Desde o primeiro sonho realizado, a conquista da terra, as famílias assentadas estão sempre em busca de alcançar novos objetivos a partir do trabalho nelas.

Iniciamos às partes finais deste trabalho com certas impressões a respeito da Reforma Agrária brasileira. E, fundamentalmente, fazemos algumas considerações ao Assentamento Vazante hoje, do quanto o assentamento corroborou para as melhorias nas condições de vida e de trabalho das famílias, como se tornou um espaço de possibilidades, de perfectivas e desafios, constituindo-se um território de esperança. Entretanto, ficam também algumas lacunas que não foi possível respondê-las agora, mas que em outro momento, pretendemos retomá-las e dar continuidade a este estudo.

A nossa maior crítica a “Reforma Agrária” brasileira não é em torno da incapacidade dos órgãos competentes em promovê-la, mas, substancialmente ao papel do Estado em não a-querer fazê-la de forma ampla. Além disso, o acesso à terra geralmente depende mais da intensificação das lutas de resistência camponesa por um pedaço de chão, do que propriamente da vontade dos governantes.

A própria Política de Assentamento ainda está longe de garantir a qualidade de vida dos assentamentos, mesmo que, paradoxalmente, ela venha assumindo uma das formas dos camponeses retornarem à terra e mesmo reconfigurarem a estrutura agrária brasileira. Apesar da incompatibilidade dos governos com a desconcentração fundiária, vista na fragilidade ou “(in)capacidade” dos programas realizados a partir da metade do século XX, ainda sim, reafirmamos a necessidade de se fazer uma Reforma Agrária consistente no país, ou que no mínimo, que haja uma redistribuição democrática da terra para os camponeses despossuídos.

A luta dos camponeses pelo apossamento de um pedacinho de chão assinala a “necessidade de um povo” por mudanças, assunto tão bem tratado por Cater et.al., (2010). Como foi evidenciada na pesquisa, a necessidade dos trabalhadores de retornarem as terras da antiga fazenda, e o fato deles conquistarem aquele solo para nele trabalharem e viverem compreendeu um condicionante para as primeiras transformações nas condições de vida e trabalho após estarem assentados.

Há de nossa parte a compreensão de que só a terra não é suficiente para os camponeses assentados se desenvolverem socialmente e economicamente. Além do mais, é fundamental

que haja mais investimentos de políticas agrícolas contínuas, visando fortalecer cada vez mais os núcleos assentados e que mantenha as condições necessárias para elevar a qualidade de vida nestes lugares e, sobretudo, faça com que os jovens não abandonem os lotes. Os jovens são os futuros protagonistas e, por essa lógica, é necessário que as políticas os envolvam e os capacitem para/as resoluções das questões próprias a este território.

Diante do que se falou e se posicionou a respeito de assuntos, como reforma agrária, luta camponesa pela terra e por um território de trabalho e morada, compreendido a partir do assentamento rural, levantamos alguns apontamentos, lacunas, interrogações e indagações sobre certos pontos que podem interferir diretamente e indiretamente na funcionalidade do Assentamento Vazante e nas condições de vida das famílias assentadas. Tais pontos não puderam ser tratados com profundidade, porque precisávamos delimitar o campo de pesquisa e eles não são os objetivos específicos do trabalho, embora estejam inseridos nele.

Um desses pontos diz respeito a Escola do Assentamento Vazante, visto ser um espaço físico com características de uma escola urbana, seguindo as determinações curriculares e pedagógicas da Rede Educacional Municipal de Tacima, não respeitando as especificidades do assentamento. A nossa indagação fica em torno do papel da escola, se ela oferece as condições educacionais necessárias para os filhos dos assentados manterem uma relação de identidade com a terra e com o assentamento? Acreditamos que uma escola orientada para a vida urbana está longe de atender as necessidades das crianças no campo.

Outro ponto diz respeito a parceria de parte das famílias assentados com os programas do PNAE e da CONAB. Devido à limitação da pesquisa, infelizmente, não foi cabível investigar a fundo a atuação dos assentados no fornecimento dos produtos agrícolas e de frutas e nem de entrevistar algumas pessoas ligadas diretamente a PNAE e a CONAB. Outro ponto para nós, situa-se nas famílias que não participam destes programas, no intuito de saber quais razões e motivos levam as mesmas a não fazerem parceria com ambos os programas.

Por outro lado, tanto Associação da Vazante quanto a de Jovens Apicultores são dois temas a serem melhor explorados, uma vez que tais organizações associativas têm sido de suma importância para associados, dinamizando as atividades econômicas e aumentando a renda das famílias, tendo em vista, os programas e projetos desenvolvidos. Ainda assim, fica aqui um vazio em relação aos investimentos financeiros (ou falta deles) voltados ao assentamento, de saber mais dos projetos e cursos que vem pela Associação de Vazante.

Um tema que merece destaque é à saída dos jovens. O fato de muitos adolescentes migrarem para outras regiões não é uma problemática só do assentamento Vazante, mas, da

Região Nordeste. Porém, há questão mais crítica tais como os motivos que levam os jovens a migrarem, se é pela necessidade, como descreveu o Sr. José Carlos ou por curiosidade, como pensa a Sra. Maria Bendita; ou ainda por que não querem mais trabalhar e viver na terra, logo buscam empregos nas grandes cidades?

Outro ponto é a falta de assistência técnica as familiares assentadas. A falta de acompanhamento técnico tem prejudicado bastante no desenvolvimento econômico do assentamento e na diversificação produtiva das culturas, em especial, na produção do maracujá. Por outro lado, a prefeitura Municipal de Tacima tem atuado pouco ou quase nada no assentamento. São poucas as parcerias com os assentados, sem falar que a secretaria de agricultura oferece mínimas condições, em termos de projeto e benfeitorias para o assentamento.

No entanto, não obstante todas as dificuldades relatadas pelos assentados, para os mesmos, a terra está para além de um meio econômico, de exploração ou de um símbolo de poder, mas, assinala o lugar de reprodução da família. Nos lotes, eles vivem, moram e trabalham dignamente, sendo donos do meio de produção (a terra) e fazendo uso autônomo da sua força-de-trabalho. As famílias resistiram e romperam com as amarras do capital agrário, pondo fim a submissão e exploração do proprietário rural e da propriedade privada. É um novo território, marcado por sonhos.

A partir desses sonhos, os camponeses assentados vão construindo o território de esperança, o território de desejo, porque a terra era o objetivo de desejo daqueles que buscavam uma condição autônoma de trabalho. A terra em mãos foi sinal que permitiu e permite que eles busquem uma qualidade de vida melhor. Contudo, devemos lembrar também que, o assentamento enquanto território de esperança e de desejo é construído pelas dificuldades e desafios enfrentados pelos assentados, desde a luta pela terra, ao está na terra e o futuro nela.

Assim, concluímos com o entendimento que “os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês” (MARQUES, 2008, p. 10). A realização dos assentamentos vão além da apropriação da terra, há em torno desses territórios, novas dinâmicas articuladas e reproduzidas mediante as renovação das relações do grupo, dotadas de significados e cultura, no qual lutam pela terra em razão da reprodução campesina, e na terra, a realização da vida.

Viva os assentados!

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Alan Ripoll; ALVES, João Batista. **Assentamentos rurais no estado da Paraíba sob a ótica de riscos e vulnerabilidades**. 5 encontro da rede de estudo rural. 2012, p. 18.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; ELIAS, Denise. **Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar**. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, 76, 2011, p. 104-117.
- BORGES, Altamira. **Origem e Papel dos Sindicatos**. 2007, p. 34-103. In Escola Nacional de Formação da CONTG: Curso de formação de Educadoras e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologias. 2º Módulo Regional Sul, São José (SC), 2007, p. 109.
- BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- CARVALHO, Horacio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. 2012, p. 28-34. In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs;). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 788.
- CATER, Miguel (org.). **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 564.
- CAUME, David José. **O MST e Os assentamentos de Reforma Agrária: A Construção de Espaços Sociais Modelados**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 2006.
- CURADO, Fernando Fleury. **Identidade Social: Unidade e Singularidade na Luta Pela Terra no Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 23, n. 1, p. 11-39, jan./abr. 2006.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **Os Camponeses, Os agricultores Familiares: Paradigmas em Questão**. Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, 2006, pp. 205-219).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra: A Formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 1994, p. 201.
- FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta, BARONE, Luís Antonio and Almeida, Luiz Manoel de Moraes Camargo. **Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: Produção para os Biocombustíveis e as Alternativas de Programas Municipais**. Interações (Campo Grande), Jun 2010, vol.11, no.1, p. 9-21.
- FILHO, Eraldo da Silva Ramos; MITIDIEIRO, Antônio; SANTOS, Lainy Rose Souza. **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. São Paulo: 1.ed. outras expressões, 2016, p.280.
- FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: Experiências Internacionais de Reordenamento Agrário e a Evolução da Questão da Terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 143.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de; SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e. **A Política de Reforma Agrária nos Governos FHC e Lula e Seus Rebatimentos na Região do Brejo.** Uberlândia-MG: XXI Encontro de Geografia Agrária, 2012, p. 17.

FREIRE, Noemi Paes; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **A luta Pela Terra e a Territorialização Camponesa no Assentamento Dona Antônia/Conde-PB.** Disponível em: <http://www.4ft.unesp.br/nera/telas/nera>.

MAESTRI, Mário. **A Aldeia Ausente: Índios, Caboclos, Cativos, Moradores e Imigrantes na Formação da Classe Camponesa Brasileira.** 2012, p. 217-276. In STEDILE, João Pedro (org); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda – 1960-1980.** São Paulo: --2. Ed. Expressão Popular, 2012, p. 320.

MARIANO NETO, Belarmino. **Território(s) de Esperança: da luta pela terra à vida na terra no Agreste da Paraíba (UEPB/PROPESQ/CNPq).** Guarabira: UEPB/PRPGP, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** - ANO 11, N. 12 – Presidente Prudente– REVISTA NERA JANEIRO/JUNHO DE 2008 – ISSN: 1806-6755.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de; MORAES, Franklin de; MENDES, Vanildo Almeida; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de (Orgs.). **Diagnóstico do Município de Campo de Santana, Estado da Paraíba. - Serviço Geológico do Brasil Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea.** Recife: CPRM/PRODEEM, Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, 2005.

MEJIA, Margarita Rosa Gavirita. **Território, Categoria Analítica e Operativa dos Processos Sociais Vivenciados no Campo: Reflexões Elaboradas a Partir de um Assentamento do Incra.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004, p. 1-25.

MOREIRA Emília; TARGINO, Ivan. **De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-árido Paraibano.** Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 10, nº. 10 p. 72-93 Jan.-jun./2007.

MOREIRA, Emília; TARGINO Ivan. **ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1996, p. 208. Disponível em: [www.followscience.com](http://www.followscience.com) > Geography acesso as 12h:50min 30 de abril de 2015

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: Confluência de Formas de Inserção Social.** Estudos Sociedade e Agricultura, 13 de outubro 1999, p. 5-28.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, p. 185.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **MIGRAÇÕES E ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DA CAPITAL BRASILEIRA**, Universidade Federal de Viçosa, Brasil: TIEMPO Y ESPACIO 26/2011 Universidad del Bío-Bío Chillán - Chile pp. 7-30.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. **A Igreja e a Reforma Agrária no Brejo Paraibano (Década de 80-90)**. Londrina: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p. 1-8. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0394.pdf>. acesso as 14:49 de 06 de abril 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. Fernando Paixão. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Sem Luta Pela Terra não há Reforma Agrária: As Disputas Territoriais na Paraíba**. Porto Alegre: 2010. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, p. 1-13.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins; SILVA, Áurea Régia Oliveira da; MOREIRA, Emília. **Luta Camponesa por Terra no Semiárido Paraibano**. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB: Revista OKARA: Geografia em debate, v.3, n.1, 2009, p. 128-141.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: --1.ed.—Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 368.

SAUER, Sérgio. **Reforma Agrária e o Sindicalismo Rural: A Luta Pela Terra no “Entorno” de Brasília**. Brasília/DF: 1999, p. 34.

SILVA, Ivania Gomes de Araújo. **Estudo Prospectivo da Dinâmica Populacional de Tacima-PB Com Vista a um Planejamento Econômico na Área Urbana e Rural (1980-2010)**. Guarabira: UEPB, 2010, p. 50.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUSA, Ramailda Batista de; TARGINO, Ivan. **Perfil da Produção Familiar Rural na Paraíba**. São Paulo: apresentado no XIX Encontro Nacional de G agrícola, São Paulo, 2009, pp. 1-29. Disponível em: [www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/.../Sousa\\_RB.pd](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/.../Sousa_RB.pd) acesso as 21h:15min .24 de julho de 2014.

SPAROVEK, Gerd. **As qualidades dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: páginas & Letras Editora e gráfica, 2003, p. 204.

STEDILE, João Pedro (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). **A questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003**. --2. ed – São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 220.

STEDILE, João Pedro (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: O debate Tradicional – 1500-1960**. São Paulo: --2. ed.- Expressão Popular, 2011, p. 304.

THOMAS JR. Antônio. **Trabalho de Campo:** O laboratório Por Excelência do Geógrafo. Presidente Prudente: Geografia Passo-a-Passo – Ensaios Críticos dos anos 1990, p. 20-16.

**Sites consultados:**

*Disponível em:* <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> acesso as 10h:01min de 30 de abril de 2015.

*Disponível em:* <http://www.infoescola.com/agricultura/latifundio>.

*Disponível em:* [www.canalrural.com.br/noticias/guias-e-servicos/bicudo-do-algodoeiro-saiba-tudo-sobre-inseto-melhores-formas-controle-praga-9446](http://www.canalrural.com.br/noticias/guias-e-servicos/bicudo-do-algodoeiro-saiba-tudo-sobre-inseto-melhores-formas-controle-praga-9446). Acesso a 1h:48min do dia 27 de julho de 2015.

*Disponível em:* [www.poraldosanimais.com.br](http://www.poraldosanimais.com.br) acesso as 22h:14min do dia 03 de abril de 2017.

*Disponível em:* [www.normaseregras.com](http://www.normaseregras.com). Acesso as 1h:34min do dia 10 de agosto de 2017.



PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esta pesquisa trata de saber quais as **condições de vida e de trabalho em um assentamento rural** e está sendo desenvolvida por José de Arimateia de Oliveira Silva, aluno do curso de graduação em geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III, sob orientação do prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva.

Tem por objetivo geral analisar a inserção de políticas públicas para o acesso à terra no campo, a partir de assentamentos rurais, como força antagônica do Estado no controle das forças sociais do campo.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, você não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na instituição (quando for o caso).

Solicito a sua participação para que a entrevista seja escrita ou gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de geografia agrária e educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. A pesquisa estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

---

José de Arimateia de Oliveira Silva  
Endereço: Sítio Olho D`água  
Bairro: Zona Rural, Dona Inês-PB  
Fone para Contato: (083) 98143-3964.